

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Suzane Caroline Gil Frutuoso

O sofrimento feminino na pandemia de Covid-19:
como vulnerabilidades das mulheres foram reforçadas na crise sanitária

São Paulo
2025

Suzane Caroline Gil Frutuoso

O sofrimento feminino na pandemia de Covid-19:
como vulnerabilidades das mulheres foram reforçadas na crise sanitária

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, sob a orientação da Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras.

São Paulo
2025

Banca Examinadora

A todas as mulheres.
Às que vieram antes de mim.
Às que virão depois.
Às que sustentam meu ser mulher no agora.
Àquelas que compartilharam histórias para esta tese.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentro do Projeto Institucional *Metropolização, Desigualdades Sociais, Crise Urbana e Migrações no Estado de São Paulo*. Código de Financiamento 141230/2021-5.

This study was financed with the support of the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), within the Institutional Project *Metropolization, Social Inequalities, Urban Crisis and Migration in the State of São Paulo*. Finance code 141230/2021-5.

AGRADECIMENTOS

Ainda que um tanto solitária, no sentido de construção de uma teoria percebida e investigada na sociedade a partir do nosso olhar, uma tese de doutorado não se constitui apenas pela mente e pelas mãos da autora. Para chegar aqui, tive o apoio, de diferentes formas, de pessoas que são importantes na minha trajetória acadêmica, profissional e de vida. Da troca de ideias a ajudas práticas para encaixar o desenvolvimento da minha pesquisa em meio ao caos do cotidiano do nosso tempo, são quatro anos e meio contando com quem se fez presente. E com quem, agora, divido essa conquista.

Primeiramente, agradeço a esta minha casa intelectual, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na qual me tornei pesquisadora a partir do mestrado e, neste momento, concluindo o doutorado. Meu respeito e consideração à direção e aos funcionários da instituição. Em especial, ao corpo docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Principalmente a minha orientadora, Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras, que é hoje também uma mentora, amiga, colega de profissão, mãe. Muito do que sou hoje devo a você, professora Maura. Agradeço também às professoras doutoras Bader Sawaia e Marisa Borin, que, com olhar experiente e perspicaz, permitiram o refinamento das ideias para este trabalho em minha banca de qualificação, estando novamente presentes na minha banca de defesa.

Importante destacar que o presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentro do Projeto Institucional *Metropolização, Desigualdades Sociais, Crise Urbana e Migrações no Estado de São Paulo*. Sem essa bolsa eu não poderia me dedicar aos estudos e a esta pesquisa que agora se soma a outras na construção do conhecimento sobre a realidade e os desafios das mulheres.

O caminho percorrido até aqui se tornou menos árduo e mais divertido na companhia de colegas puquianos. Sou grata por dividir com eles as carteiras estudantis – e as angústias em cafés e mensagens de WhatsApp. Em especial, Arthur Spada, Renata Zampronio e Sávio Melgaço. Também amigos de uma vida toda, sempre torcendo e acreditando mais em mim do que eu mesma: Alexandre Mansur, Ana Paula Garrido, Denise Pampolini, Eduardo Bortotti, Kelly Laenia, Leandro Laurenti, Livia Bianchi e Nara Zarino.

Aos meus líderes acadêmicos, pelo apoio e pela compreensão nessa jornada: Alexandre Fernandes, Elvis dos Santos, Esther Cosso, Fabio Brandão, Ilda Reguera, José Carlos Frota e Renata Pili Joias. Aos amigos que chegaram nos últimos anos e acompanharam com paciência e acolhimento meus faniquitos intelectuais: Adriana Pimenta, Clara Filgueiras, Guilherme Godoy, Jefferson Sousa, Rachel Niza e Regina Truffa. Sem jamais esquecer a melhor rede de apoio e sororidade que poderia desejar: minhas Sofias (vocês sabem quem são). Sem jamais esquecer o maior incentivo para eu sempre aprender mais e levar o que aprendo adiante: minhas alunas e meus alunos.

Por fim, e não menos importante, a toda a minha família pelo carinho, apoio, amor, colo e força para não esquecer: desistir não é opção. Minhas tias Marcia, Regina, Marli, Vera; meu tio João José; meu irmão Alexander, minha cunhada Janaina, meu sobrinho-afilhado João Otávio; e eles, de quem sou uma extensão neste mundo, nesta existência, e não seria quem sou e quem me orgulho ser se não estivessem ao meu lado: minha mãe Suzel e meu pai Roberto. Amo vocês e tudo o que me permitiram ser.

Meu muito obrigada a cada uma e a cada um.

RESUMO

Nas crises, as mulheres sempre perdem. Sejam políticas, econômicas, sociais, climáticas ou sanitárias. Elas também sofrem as consequências de maneira diferente – e mais acentuada – da população masculina devido a interseccionalidades que as atravessam. A partir do contexto da pandemia de Covid-19, este trabalho busca compreender quais foram as perdas de direitos e conquistas femininas no período de isolamento e de restrições por conta do coronavírus – e quais são as consequências que perduram no pós-pandemia, mesmo que tais conquistas e direitos tenham sido em parte retomados. O local estudado são regiões do estado de São Paulo/Brasil. Entre as consequências, aumento da violência doméstica e sexual, que perdura, assim como dos feminicídios; a imediata perda de emprego em um número maior do que os homens; a perda de renda como consequência da perda de ocupação, levando a maior dependência financeira de terceiros; a instabilidade de redes de apoio, causando impactos socioeconômicos. Ainda, como a divisão de trabalho e do cuidado entre gêneros segue desigual, em especial para mulheres de estratos sociais mais vulneráveis. A primeira base do debate proposto é um levantamento de dados já apresentados por institutos de pesquisa e apresentados na mídia que corroboram os impactos citados no período da pandemia. Ao mesmo tempo, o referencial teórico também nos dá subsídios para indicar como, historicamente, mulheres sofrem consequências imediatas nas crises – e na do coronavírus não foi diferente. Por fim, os resultados de depoimentos de mulheres de diferentes idades e estratos sociais, de São Paulo capital, cidades da Região Metropolitana e da Baixada Santista, sobre como foi o período pandêmico em suas vidas e se há ou não consequências que seguem interferindo em seu cotidiano. Em especial, que nossa saída é pelo coletivo.

Palavras-chaves: Mulheres. Pandemia. Covid-19. Pós-Pandemia. Interseccionalidade. Sofrimento ético-político.

ABSTRACT

Women always lose during crises. Whether they are political, economic, social, climate, or health-related. They also suffer the consequences differently – and more acutely – than the male population due to the intersectionalities that affect them. From the context of the COVID-19 pandemic, this study seeks to understand what losses of rights and female achievements occurred during the period of isolation and restrictions due to the coronavirus – and what consequences persist in the post-pandemic period, even if some of these achievements and rights have been partially regained. The studied locations are regions within the State of São Paulo/Brazil. Among the consequences are a persistent increase in domestic and sexual violence, as well as feminicides; an immediate loss of employment in greater numbers than men; loss of income as a consequence of job loss, leading to greater financial dependence on others; and the instability of support networks causing socioeconomic impacts. Furthermore, the division of labor and care between genders remains unequal, especially for women from more vulnerable social strata. The first basis of the proposed debate is a survey of data already presented by research institutes and reported in the media, which corroborate the aforementioned impacts during the pandemic. At the same time, the theoretical framework also provides us with grounds to indicate how, historically, women suffer immediate consequences during crises – and the coronavirus crisis was no different. Finally, the results include testimonies from women of different ages and social strata, from São Paulo city, cities in the Metropolitan Region, and Baixada Santista, detailing their experiences during the pandemic and whether or not consequences continue to interfere with their daily lives. Especially, that our way out is through collective action.

Keywords: Women. Pandemic. Covid-19. Post-Pandemic. Intersectionality. Ethical-Political Suffering

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 OS AVANÇOS DA MULHER NA SOCIEDADE: VITÓRIAS E LIMITAÇÕES.....	34
1.1 Epistemicídio.....	36
1.2 Hereges, proletárias, escravas.....	41
1.3 Emancipação.....	45
1.4 A mulher “moderna”.....	47
1.5 Feminismo civilizatório.....	51
1.6 Múltiplas desigualdades.....	59
1.7 Problema estrutural.....	63
1.8 Sofrimento ético-político.....	64
2 ESTATÍSTICAS: IMPACTOS DA PANDEMIA PARA AS MULHERES.....	66
2.1 Violência doméstica.....	72
2.2 Violência sexual e direitos sexuais.....	73
2.3 Redes de apoio, renda e trabalho.....	75
2.4 Saúde mental.....	78
2.5 Pós-pandemia.....	80
2.6 Contextos locais.....	84
2.7 Para onde ir.....	89
3 A PANDEMIA PELAS PRÓPRIAS MULHERES E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO.....	91
3.1 Entrevistas: doze trajetórias.....	93
3.1.1 Quem são elas.....	93
3.1.2 Violência doméstica.....	95
3.1.3 Sobrecarga de trabalho.....	96
3.1.4 Emprego e renda.....	100

3.1.5 Saúde física e emocional.....	106
3.1.6 Medos.....	112
3.1.7 Relacionamentos.....	114
3.1.8 Política.....	120
3.1.9 O que indicam os depoimentos.....	122
3.2 Rodas de conversa: reconhecimento nas histórias umas das outras..	122
3.2.1 Cuidadoras: o cuidar como profissão e vocação.....	
3.2.1.1 <i>Em troca de casa</i>	
3.2.1.2 <i>Acumulando atividades</i>	128
3.2.1.3 <i>Da somatização à depressão</i>	131
3.2.1.4 <i>Entre emoção e razão</i>	134
3.2.2 Guardiãs do Território: a saída é pelo coletivo.....	137
3.2.2.1 <i>A descoberta de talentos</i>	140
3.2.2.2 <i>Conflitos em casa</i>	142
3.2.2.3 <i>Ganhando voz</i>	145
3.2.2.4 <i>Apoio contra o pior</i>	147
3.2.2.5 <i>Descobrimo o próprio valor</i>	148
3.2.3 O que indicam as experiências compartilhadas.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 deixou diferentes consequências na sociedade e na vida das pessoas. Para as mulheres, os impactos negativos foram maiores. No Brasil, não apenas pelas restrições e pelos riscos que a emergência sanitária impôs, mas, aliado a isso, devido a um governo federal, iniciado em 2018 e finalizado em 2022, que reforçava a mística feminina (Friedan, 2020 [1963]), ideal de feminilidade que define a mulher como consumista e frívola, considerando que ela apenas encontraria a realização na dedicação à família e às tarefas domésticas. Em paralelo, esse governo impedia debates importantes sobre a emancipação das mulheres. Ao mesmo tempo, fortalecia, de diferentes formas, um discurso de violência como forma de virilidade.

E um dos principais resultados do isolamento social na pandemia foi o aumento do índice de violência doméstica. Algo que sempre existiu. Mas quando uma ideia de dominação, submissão e agressão de alguém para manter o controle é disseminada por representantes de poder, a quem tantos dão ouvidos e têm como referência, a correlação se faz presente.

Foi também um governo que não levou a sério a pandemia como deveria, causando obstruções a procedimentos que poderiam impedir a disseminação do coronavírus e mantendo as pessoas expostas. Em especial, trabalhadores das áreas de saúde, limpeza, serviços, cuidados – em sua maioria mulheres. Com uma pandemia sem o controle necessário, atrasando um retorno gradual e seguro às atividades cotidianas, os impactos econômicos foram evidentes e prolongados, novamente, principalmente para as mulheres.

Elas sentiram mais imediatamente a perda de emprego, renda ou auxílio no cuidado dos filhos nas creches e escolas. Tornaram-se, algumas, sobrecarregadas,

dando conta de tudo em casa; outras chegaram à exaustão não apenas pela preocupação e pelo cansaço, mas sem saber se no dia seguinte teriam como pagar contas e alimentar a família.

São muitos e variados os riscos que surgiram para a população feminina no país durante a pandemia. A partir de pesquisas e levantamentos relacionados ao tema, é possível ter um olhar sobre a abrangência dos desafios que se impõem. Investigaremos como uma consciência geral e até subjetiva de repressão à mulher se confirma e se mostra patente com o aumento de casos de violência, perda de emprego e renda, inclusive pelo fato de mulheres estarem em parte considerável das áreas mais impactadas pela pandemia, como trabalhos domésticos, de cuidados, serviços e saúde.

Apesar dos inegáveis avanços de direitos das mulheres ao longo da história, é falso que as diferenças de gênero, o machismo e o patriarcado estão resolvidos ou encaminhados para o serem. A reprodução social de comportamentos que vulnerabilizam a situação feminina é uma realidade, reprodução essa reforçada também pelas próprias mulheres. Os avanços em favor da população feminina são evidentes em grupos específicos. Mas perdura a ideia de “lugar/coisa de homem” versus “lugar/coisa de mulher”, algo extremamente enraizado nas sociedades.

A não divisão do trabalho doméstico e do cuidado da família é uma violência psicológica que leva mulheres à exaustão. E mulheres fisicamente e emocionalmente exaustas têm menos forças para reagir e reivindicar direitos. Períodos de crise são pretextos para que mulheres percam ainda mais autonomia, porque nenhuma mudança de mentalidade sobre a condição da mulher é de fato estabelecida, principalmente para as que se encontram em circunstâncias de vulnerabilidade.

A partir do contexto da pandemia de Covid-19, este trabalho busca compreender quais foram as perdas de direitos e conquistas femininas no período de isolamento e de restrições por conta do coronavírus, e quais são as consequências que perduram no pós-pandemia, mesmo que tais conquistas e direitos tenham sido em parte retomados.

Por que o pós-pandemia feminino?

O distanciamento social levou mulheres de classe média e alta à sobrecarga mental e de trabalho, impondo desafios como o trabalho em home office, a orientação dos estudos dos filhos, com as aulas online, o cuidado de parentes idosos e a realização das tarefas domésticas. Entre as mulheres de baixa renda, sendo muitas delas chefes de família, veio o desemprego, também a responsabilidade com filhos e parentes idosos e a dúvida sobre o dia de amanhã. Até mesmo se haveria comida na mesa. Vale destacar novamente que as mulheres são maioria entre os profissionais em cargos mais vulneráveis – são muitas as enfermeiras, cuidadoras e trabalhadoras domésticas, uma classe de profissionais que não pode cumprir o isolamento –, além de estarem mais sujeitas ao trabalho informal.

Segundo a pesquisa “Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?”, realizada em julho de 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a taxa de participação de mulheres com filhos de até 10 anos no mercado de trabalho caiu de 58,3% no segundo trimestre de 2019 para 50,6% no mesmo período do primeiro ano de pandemia. A participação média de mulheres no mercado de trabalho ficou em 46,3% entre abril e junho de 2020, colocando as mulheres nos mesmos patamares de 1990.

O impacto no emprego e na carreira das mulheres por conta da pandemia conta com outros desdobramentos graves. Quando não têm seu próprio sustento, ficam mais vulneráveis à dependência financeira de companheiros e, muitas vezes, presas em relacionamentos violentos e abusivos. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), só no ano de 2019, 17,8% das mulheres em todo o mundo sofreram violência física ou sexual. No Brasil de 2018, mais de 500 mulheres foram agredidas por hora, sendo que 76% dos agressores eram conhecidos da vítima – companheiro, ex-companheiro ou vizinho. O passar do tempo piorou esses números, como veremos no capítulo 2. Para se ter uma ideia do que será apresentado, a pesquisa *Elas Vivem*, da Rede de Observatórios de Segurança (CESEC, fev. 2025), indicou que, em 2024, a cada 24 horas, 13 mulheres foram vítimas de violência no Brasil. O levantamento se restringe aos estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com a adoção das medidas de distanciamento social exigidas para o combate contra o coronavírus, mulheres se viram trancadas em casa com agressores 24 horas por dia. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou um

aumento de 22% dos casos de feminicídio em 12 estados do país, entre março e abril de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019.

Vale refletir como o discurso do medo pode ser usado como forma de legitimar a autoridade masculina e justificar que mulheres voltem a seus “devidos” lugares:

Compreende-se que, na realidade, a obediência é determinada pelos motivos bastante fortes do medo e da esperança – medo da vingança dos poderes mágicos do detentor do poder, esperança de recompensa neste mundo ou no outro – e, além de tudo isso, pelos mais variados interesses (Weber, 2010, p. 56).

Nem mesmo a produção científica das mulheres no Brasil ficou de fora do impacto da Covid-19. Levantamento do projeto brasileiro “Parent in Science” (em português, “Pais na ciência”) indica o dano da pandemia e da desigualdade de condições para docentes, pesquisadoras e alunas de pós-doutorado, doutorado e mestrado. Até maio de 2020, 2 mil acadêmicos haviam respondido o questionário, sendo 70% mulheres. Perguntados sobre ter um artigo científico quase pronto ou em vias de publicação, os entrevistados analisaram o impacto do isolamento social na conclusão do trabalho: 40% das mulheres sem filhos não concluíram seus artigos, contra 20% dos homens; 52% das mulheres com filhos não concluíram seus artigos, contra 38% dos homens. O número de artigos publicados é condição para aprovação em editais de projetos de pesquisa, concursos públicos e progressão de carreira. Segundo Miller (2002, p. 251):

[...] A expectativa geral é de que as mulheres apoiem a “reputação” da família, com suas atitudes sociais tradicionais, e mantenham os “problemas familiares” dentro do próprio lar.

O Relatório Final da CPI da Covid-19 (Senado Federal, 2021), divulgado em outubro de 2021, trouxe um balanço expressivo dos impactos da pandemia na realidade feminina. No capítulo 2 deste trabalho, vamos detalhar os principais trechos do documento voltados especificamente para os impactos na vida das brasileiras. Entre as conclusões, apontou que a Covid-19 atingiu mais mulheres do que homens; as condições econômicas da população feminina retrocederam anos, assim como a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro; e a falta de

ações para conter mortes de grávidas e puérperas – apenas para citar alguns pontos relevantes a serem discutidos adiante.

Todos esses dados sustentam a tese deste trabalho de quantos passos atrás foram dados na realidade das mulheres a partir da crise sanitária, assim como sempre ocorre em crises as mais diversas que afetam as sociedades. Serão os direitos e as conquistas até aqui adquiridos sólidos o suficiente para que o retrocesso não se faça presente na vida das mulheres? Acreditamos que, sejam os avanços previstos em lei, sejam os de transformações comportamentais, direitos e conquistas nunca estão de fato garantidos quando o gênero em questão é o feminino.

Há uma massificação da cultura da violência, uma normalização da tolerância ao agressivo, muito características das sociedades globalmente. Assusta ser tanto das atuais quanto das antigas sociedades. A violência como parte natural do viver sempre existiu. E tal cultura tem se sustentado graças às estruturas machistas, patriarcais, racistas e discriminatórias em geral, que reproduzem desigualdades. Assim, contextualizar um período histórico recente, com base em dados estatísticos, mas que nos lembram também quão recorrente é o retrocesso, coloca a discussão em um patamar diferente daquele que celebra evolução: avançamos realmente ou voltamos sempre às mesmas estacas apenas com roupagens diferentes? Por que aquilo que protege e/ou sustenta o caminho das mulheres é tão fragilizado?

Pesquisa da Sempreviva Organização Feminista (cf. Agência Einstein, 11 mar. 2023), realizada logo nos primeiros meses da pandemia, em 2020, mostrou quanto a crise de saúde e o isolamento social agravaram as desigualdades nas condições femininas. O mundo “parou”. Mas os trabalhos necessários para a sustentabilidade da vida de todos, não. Trabalho esse que é, em sua grande maioria, das mulheres. Três de cada quatro mulheres ouvidas no levantamento e responsáveis pelo cuidado de crianças, idosos ou pessoas com deficiência afirmaram que a necessidade de monitorar e fazer companhia aumentou.

Também 40% das mulheres afirmaram que o sustento da casa ficou em risco no período. Das que tinham essa percepção, 55% eram mulheres negras. As principais dificuldades eram pagamento de contas básicas, aluguel e alimentação. Posto que a exaustão e a preocupação financeira cresceram para elas, outro dado do levantamento indica um aspecto crucial para a defesa da nossa tese: 91% das

mulheres acreditam que a violência doméstica aumentou com o isolamento – mas menos de 10% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no período. Entre aquelas com renda familiar até um salário mínimo, 12% confirmaram ter sofrido violência.

A própria mulher tem dificuldades em compreender o que engloba violência. Em uma sociedade naturalmente agressiva e intimidadora, não é incomum as pessoas desconhecerem o que caracteriza violência. Inclusive a física, a mais “fácil” de confirmar. Onde há cultura de violência há normalização da violência. Onde há normalização, falta identificação e entendimento de que tapas, socos, chutes, objetos jogados contra alguém, gritos, ofensas, xingamentos, perseguições, intimidações, apropriação indevida de bens e dinheiro não são educativos, não são sobre impor respeito. São agressões graves que afetam todos os demais componentes de uma vida: trabalho, estudos, relacionamentos, saúde. Outro ponto importante é o constrangimento. Muitas não revelam sofrer violência por vergonha e mesmo medo de retaliações. Significa que as já altas estatísticas de violência não revelam as subnotificações.

Vamos olhar para um recente avanço jurídico e social importante. Em votação histórica de 12 de março de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade invalidar o uso da tese da legítima defesa da honra em casos de feminicídio (Flores, 13 mar. 2021). Os 11 ministros do STF consideraram contrariedade dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. Portanto, não pode ser aplicada nos tribunais do júri como argumento de defesa em casos de feminicídio. Sem dúvidas, um marco fundamental nos direitos das mulheres. Mas em 2021? Na segunda década do século 21? É essencial aqui colocar: costumes, hábitos e comportamentos não seguem atrasados, em especial quando se aborda o feminino?

Apesar de contar com uma das melhores leis do mundo de proteção às mulheres vítimas de violência, a Lei Maria da Penha, o Brasil carrega a constrangedora imagem de país na quinta posição no ranking mundial daqueles que mais matam mulheres cisgênero e primeiro em feminicídios de mulheres travestis e transexuais. A (menor) importância da mulher como ser humano é construída por dinâmicas históricas das crises, consolidadas com a naturalização da agressividade como parte das relações sociais contemporâneas.

Esses são alguns elementos e dados que mostram quanto a vida das mulheres sofreu alterações significativas e mais relevantes, a ponto de especialistas considerarem que a pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos tiveram gênero. E esse gênero é o feminino.

Estado da arte

Para que uma pesquisa seja capaz de produzir sentidos coletivos, dar sentido às expressões do tempo em que transcorre e mesmo indicar as mudanças sociais e comportamentais que começam a ocorrer ou ocorrerão no mundo, é necessário indicar o direcionamento do que se espera compreender. Delineado o questionamento principal, é essencial conhecer o que nossos pares já vêm estudando e debatendo sobre o tema proposto. Assim, é possível analisar quais autoras e autores trabalharam previamente as indagações que levantamos. Permeando todo o trabalho, o enquadramento teórico trata das escolhas bibliográficas consultadas e analisadas por serem relevantes para a temática e que ajudam na compreensão da resposta do ponto de partida de forma científica.

A pandemia de Covid-19 impactou, das mais diversas maneiras, todas as pessoas, de todas as idades, de qualquer classe social. É conhecido, no entanto, como já dito, que os impactos não foram iguais, assim como não são suas consequências. Por isso, este estudo analisará os impactos do período pandêmico na vida de mulheres de diferentes realidades, moradoras do município de São Paulo, de municípios da Região Metropolitana de São Paulo, assim como de municípios da Baixada Santista.

Importante ressaltar que a variável “mulher” é ampla, com mulheres de idades, ocupações, formações, rendas e classes sociais distintas. Tais diferenças enriqueceram o resultado, mostrando que as mulheres em geral foram afetadas, não apenas do ponto de vista sanitário e emergencial, mas a partir da questão de gênero e do que está implícito no entendimento de quais são os papéis femininos na sociedade. E os ônus que vêm com eles.

Sem dúvidas, a sobrecarga de trabalho, que se relaciona com a ideia de cuidado (casa, família, filhos, dependentes em geral), é essencial pano de fundo das histórias contadas pelas participantes desta tese. Apesar de pontos como questões

econômicas, relacionais, de saúde física e mental, a exaustão vinda do cuidar e o sofrimento experimentando, envolvendo inclusive aspectos éticos e políticos, são evidentes. Essa percepção ganha clareza a partir do levantamento teórico realizado no Periódico Capes. Assim, foi possível identificar o debate já presente entre pares e o que vem sendo produzido sobre o tema que nos permite subsídios para localizar a investigação.

Foram utilizadas as seguintes combinações de palavras no Periódico Capes:

- mulheres and pandemia – 1.008 resultados
- cuidado and mulheres and pandemia – 194 resultados
- sobrecarga feminina and pandemia – 19 resultados (em sua maioria relacionados a profissionais da saúde)

Os 17 primeiros artigos se concentravam nas seguintes áreas das publicações:

- Psicologia
- Saúde
- Enfermagem
- Administração
- Estudos feministas
- Ciências Sociais

Então, 12 artigos foram escolhidos, nos quais foram encontradas 53 palavras-chaves, 22 delas selecionadas para concentrar a busca:

- cuidado
- gênero
- famílias chefiadas por mulheres
- covid-19
- conflito
- dupla jornada
- família
- home office
- economia feminista
- inequality
- trabalho das mulheres

- trabalho não remunerado
- trabalho remunerado
- women's studies
- casa
- maternidade
- relações de gênero
- ciências sociais
- epidemias
- mulheres - questões sociais e morais
- mulheres - trabalho - condições sociais
- esgotamento emocional das mulheres

A seguir, alguns pontos importantes revelados pelo conjunto de artigos nos quais nos debruçamos.

A organização do cuidado está fortemente marcada pelos dispositivos de gênero. Isso gera importante sobrecarga para as mulheres, o que se intensificou durante a pandemia. Em geral, no máximo, há apoio das próprias mães para aquelas que estão próximas da figura materna.

O acesso a políticas públicas de cuidado de setores como saúde, educação e assistência social é precário e frequentemente coexiste com a procura por serviços privados. Logo, em momentos de crise, são setores que rapidamente são desmontados, considerados de necessidade menor diante de outros enfrentamentos (Bustamante; Oliveira, 2023). Porém, são justamente os que oferecem apoio às mulheres para gestão do trabalho, remunerado ou não. O fluxo das relações sociais e as dinâmicas dos serviços públicos apontam para a tendência de fragilidade de direitos, afetando sobretudo a dinâmica do cotidiano das mulheres, uma vez que elas estão implicadas em práticas de cuidado e dedicam mais tempo a outras pessoas.

Crises tendem a impactar negativamente a vida em sociedade e, mais diretamente, a vida das mulheres. No caso da pandemia da Covid-19, a saber: a exposição das profissionais do cuidado, trabalhadoras da saúde e domésticas; os direitos reprodutivos; e a violência doméstica. Epidemias expõem acentuadamente a saúde das mulheres, seja nas precárias condições de trabalho, na ameaça de

suspensão de seus direitos, na atenção à saúde ou no aumento da violência no contexto de isolamento social (Souza; Dumont-Pena; Patrocino, 2022).

O estresse da atividade laboral na linha de frente de uma pandemia somado às demandas dos filhos e do trabalho doméstico desencadearam exaustão e repercussões na saúde mental (Duarte *et al.*; 2023). E o enfrentamento de uma crise sanitária sem precedentes, com efeitos severos sobre a economia e o mercado de trabalho, tanto no plano individual quanto no coletivo, significou cuidar das pessoas (Melo; Mello, 2022). Potencializou também as desigualdades do mercado de trabalho e o peso dos trabalhos.

Portanto, durante a pandemia do coronavírus, as dificuldades já enfrentadas anteriormente pelas mulheres para a conciliação de papéis, entre carreira e vida pessoal, aumentaram. Poucas práticas reais de retenção e gestão de carreira e vida pessoal foram colocadas em prática por parte das organizações durante a pandemia. A flexibilização do trabalho com home office auxilia na conciliação de papéis, ainda não sendo suficiente para manter uma rotina saudável, em especial considerando o contexto da maternidade (Capone; Souza, 2021).

Há ainda a intersecção de raça, gênero e classe na produção das desigualdades vividas por mulheres de diferentes faixas de renda no Brasil (Valeriano, 2021). Tais desigualdades se acirram no contexto da pandemia. Desigualdades na relação trabalho e família, considerando aspectos relacionados às condições de trabalho, aos usos do tempo e aos arranjos domésticos. Os resultados indicam que a pandemia, precedida e intensificada por um duro contexto de recessão econômica e de ampliação de políticas de flexibilização dos direitos trabalhistas, acentuou desigualdades historicamente estruturantes, em especial para trabalhadoras domésticas, da limpeza e do cuidado.

Analisando o conteúdo dos artigos, entendemos que os avanços nos direitos e nas conquistas femininas são frágeis. As diferenças de gênero não estão resolvidas ou encaminhadas. Há muito sofrimento enfrentado pelas mulheres diretamente relacionado ao gênero. A reprodução social do que é “lugar de mulher”, do que seria “coisa de mulher”, dos papéis que lhe cabem ou não, ainda é presente e enraizado na sociedade. Não apenas no Brasil, mas no mundo. É possível dizer que o alcance de tais direitos e conquistas é pontual, em grupos/ambientes/bolhas específicas. O sofrimento, por outro lado, é generalizado.

Ao mesmo tempo, as mulheres levam adiante tabus e ideias que reforçam as mais diversas violências contra si mesmas e suas meninas. A ideia, aqui, não é culpabilizar a mulher, mas entender o que socialmente e emocionalmente as leva a determinadas atitudes, inclusive contra outras mulheres. Medo de mudanças? Sensação de controle? Não compreensão das consequências e da interconexão dos contextos de violência?

Olhando especificamente para a não divisão do trabalho e do cuidado, seria possível considerar suas consequências de exaustão uma violência psicológica. Mulheres fisicamente e emocionalmente exaustas têm menos forças para reagir, inclusive para reconhecer e reivindicar seus direitos. Por fim, crises são sempre pretextos para que as mulheres percam mais, porque nada é de fato estabelecido como uma mudança de mentalidade sobre a condição da mulher.

Antes de indicar as autoras e os autores cujos estudos são o embasamento teórico deste trabalho, é importante ressaltar quais foram aqueles encontrados na pesquisa realizada no Periódico Capes. Citamos, primeiramente, a estudiosa que já estava presente entre as referências desta pesquisa e corrobora a importância destas no debate. Saffioti (2021[1969]) é uma das mais importantes, nos lembrando que o marxismo colabora para a compreensão das violências contra as mulheres, mas sozinho não é suficiente para explicar as complexidades que envolvem gênero e feminino. A seguir, Crenshaw (jul. 1991), revelando os perigos da invisibilidade interseccional e indicando que a perspectiva de gênero, apenas, não responde a todas as discriminações e desigualdades que perpassam o feminino. Já o pensamento de Butler (2003) contribui com o olhar sobre sujeitos historicamente invisibilizados, às margens sociais (como as mulheres que limpam e cuidam em linhas de frente), considerados subalternos na sociedade.

Também Spivak (2018[1942]), em linha com Butler, nos lembra da subalternidade de determinados sujeitos e das formas de repressão que lhes são impostas para que seus devidos lugares sejam permanentes. Por fim, é Federici (2017; 2019) uma das autoras que mais pontuam como às mulheres, historicamente, é imposto o papel de máquinas reprodutoras sexuais e laborais, mesmo que sempre na vanguarda de transformações essenciais da humanidade – uma luta de perde-ganha-perde de protagonismo e direitos.

Algumas autoras surgiram nos artigos levantados na pesquisa de referencial teórico e julgamos interessantes agregar a esta pesquisa. A saber, Cavenaghi e

Alves (2018), sobre os avanços e desafios das mulheres chefes de família no Brasil; e Pimenta (2020), indicando que a pandemia foi feminina, sendo as mulheres mais afetadas e silenciadas no período - assim como ocorrido em outras pandemias/epidemias/endemias.

Genealogia conceitual

Ao longo da história, mulheres de destaque, com poder, sempre existiram. Mas sua presença e representação foram silenciadas pela dominação masculina assim que os homens as percebiam como ameaças a seus domínios e espaços. Então, por séculos, as ondas de conquistas femininas avançavam e recuavam – tal como as ondas do mar (Faludi, 2006). Avançaram sempre e muito mais para mulheres com alguma voz em contextos privilegiados: em classes abastadas, entre intelectuais e/ou em meio às artes. Não todas essas mulheres. Apenas parte delas.

As desigualdades que colocavam as mulheres em situações de vulnerabilidade das mais diversas, desde perda do direito a herança até escrutínio público e morte quando essas desviavam dos papéis a elas determinados, são motivos de lutas e reivindicações no passado, porém com persistente atualidade. Foi no século 18, na França, com as origens do que viria a ser o movimento sufragista, que as condições femininas começaram a ser questionadas em sociedade com maior veemência. Quando assuntos que até hoje são debatidos e analisados sobre a realidade política, social e econômica das mulheres se tornaram questões a serem estudadas.

Foi Flora Tristan, uma sindicalista franco-peruana, no século 19, quem primeiro registrou com precisão as dificuldades femininas, exigindo liberdade para que estivessem no espaço público sem serem incomodadas, capazes de evoluir como bem entendessem. Vítima de violência do marido, do qual fugiu, abordou já naquela época a questão do consentimento. Publicou em 1840 a obra “Passeios em Londres”, no qual abordava as desigualdades da sociedade, culpando a aristocracia e o capitalismo por tal quadro. Inclusive, Flora foi uma inspiração para Karl Marx, que a reconheceu como “precursora de elevados ideais” – mas não a citou no Manifesto Comunista mesmo sendo ela a primeira a colocar a expressão de que a classe trabalhadora constitui entidade única com interesses em comum.

Falando em Marx, não podemos deixar de usar neste trabalho o conceito de reprodução social. Nos interessa porque, em dado momento, relacionamos como a sociedade, incluindo as próprias mulheres, seguem reproduzindo comportamentos e tabus que mantêm relações sociais capazes de reforçar aquilo que as vulnerabiliza, com destaque para a questão da sobrecarga e da desigualdade de trabalhos, tarefas domésticas e de cuidado. O feminismo marxista nos lembra o trabalho reprodutivo e a contribuição da mulher, não reconhecidos, à economia por meio dos papéis que exerce dentro de casa, geradora de filhos e cuidadora de famílias. Um trabalho gratuito, necessário para produzir e manter os trabalhadores.

No século 20, uma das primeiras referências de nosso estudo é Simone de Beauvoir (2008[1949]), que antecipou a teoria de gênero, defendendo a ideia de que a sociedade criou aquilo que se viria a entender como constituição da mulher a partir de uma tese de dominação, para oprimi-la. Beauvoir é base para praticamente todas as teorias feministas que se seguiram, com suas revisões necessárias de acordo com as transformações do tempo, mas sempre um ponto de partida fundamental.

No começo dos anos 2000, por exemplo, Susan Faludi, com seu termo “*backlash*”, que significa retaliação, indica que as conquistas feministas começaram a ser atacadas, como se fossem o real problema das mulheres. Os conservadores aproveitaram os índices de ansiedade, depressão e angústia das mulheres – que são marcas do século 21 para toda a humanidade – para dizer que o feminismo e suas exigências eram a questão que as perturbava, não todos os tipos de violências que sofrem.

É Federici (2017) quem nos lembra: entre os séculos 13 e 18, muito do conhecimento feminino foi apagado com a caça às bruxas – que nada mais eram que mulheres líderes de suas comunidades ou miseráveis demais para serem consideradas de algum valor na sociedade. O epistemicídio feminino carrega seus reflexos até hoje, configurando-se na desigualdade de gênero e na continuação do patriarcado. Matar as mulheres (vide o crescimento do número de feminicídios), diz a autora, sempre foi a maneira mais eficaz para destruir a resistência e a luta por direitos.

Apesar disso, Vergès (2020) afirma que a emancipação feminina, em especial das mulheres negras, deve ser construída em solidariedade com os homens, principalmente os homens negros, já que as discriminações de raça e gênero caminham lado a lado, como resultado do sistema capitalista global. A autora

também exige um olhar diferente do feminismo, não centralizado no feminismo branco, mas focalizando as diversas situações e contextos das mulheres. Destaca, por exemplo, como as mulheres negras e subalternas, das classes vulnerabilizadas, são responsáveis por “limpar” o mundo, em qualquer lugar do planeta. São trabalhadoras domésticas e de limpeza, que executam tarefas perigosas, com produtos químicos, que mantêm a sociedade em condições de uso para o resto da humanidade. Não incomum, são também as que cuidam.

Neste ponto é importante trazer as ideias de Hill Collins (cf. Bilge; Collins, 2021), que, hoje, é expoente do conceito de interseccionalidade nas Ciências Sociais. As entrevistas com mulheres realizadas para compor este trabalho revelam como a teoria interseccional é presente em aspectos de suas falas. Entrevistando mulheres de diferentes realidades, é evidente que elas não sofreram os mesmos problemas durante a pandemia. Por exemplo, há aquelas atravessadas por questões de classe, enquanto outras não convivem com tal preocupação. Há as que perderam renda e continuaram trabalhando fora de casa, há aquelas que trabalharam mais, mas ganharam mais e em home office. Há as que tiveram de se dividir entre trabalho corporativo e cuidado dos filhos, e há quem perdeu emprego e ficou com o cuidado dos dependentes, mas sem saber se teria o que comer e dar de comer aos filhos no dia seguinte.

Também a vulnerabilidade social é um conceito que dimensiona este trabalho. Para tal recorremos a Kaztman (2021), que enfatiza quanto essa fragilidade socioeconômica inclui, além da falta de recursos materiais e oportunidades, instabilidade de relações sociais, ausência de redes sólidas e de laços comunitários que permitam enfrentar situações de risco. Temos ainda em Sawaia (2016[1999]) o conceito de sofrimento ético-político, que emerge de relações sociais e desigualdades que afetam a subjetividade dos indivíduos. Não como um sofrimento individual, e sim enraizado nas estruturas sociais e nas relações de poder geradoras de marginalizações ligadas a processos de exclusão e preconceitos – de gênero, entre eles. Uma subjetividade que leva ao adoecimento psíquico e à perda de autonomia, autoestima e capacidade de agir.

Patriarcado?

Em 24 de junho de 2022, a Suprema Corte dos Estados Unidos, considerada a mais conservadora da sociedade americana até hoje, derrubou a proteção constitucional do direito ao aborto, uma decisão histórica de 1973 conhecida como *Roe contra Wade* (G1, 24 jun. 2022). Depois de proteger esse direito por quase cinco décadas, o tribunal superior delegou a tribunais e autoridades estaduais o poder de restringir ou proteger o acesso à interrupção da gravidez, numa decisão que afeta aproximadamente 36 milhões de mulheres em idade reprodutiva no país. Dos 50 estados, 14 proibiram completamente o procedimento. Um reflexo dos retrocessos e da desinformação impostos nos anos anteriores pelo governo do republicano Donald Trump, que deixou um legado negativo, na contramão do que pregam os direitos sexuais e reprodutivos – e ainda assim retornou ao poder em 2024.

Olhando para o Brasil, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, em entrevista à Folha de S. Paulo, reproduzida no portal Poder360, em 21 de julho de 2023, atribuiu o aumento da violência contra a mulher no pós-pandemia à falta de investimentos no enfrentamento do problema entre as gestões dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro. Além disso, o crescimento de discursos de ódio, inclusive presentes na fala de autoridades desses governos, incentivou a intolerância, refletindo nas famílias e, claro, chegando nas mulheres.

Na ocasião, Gonçalves comentava os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, então divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O levantamento mostrou o crescimento da violência contra a mulher em 2022. No caso de estupro, o Brasil registrou o maior número de vítimas da história: 74.930 casos de violência sexual no país, o que representa um crescimento de 8,2%, em comparação a 2021. O crime chegou a 36,9 casos para cada 100 mil habitantes. Nas estatísticas apresentadas no capítulo 2 desta tese, trazemos os dados mais recentes.

Também de 2022, um levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), organização não governamental sem fins lucrativos, indicou que em quatro anos de gestão, incluindo os anos de pandemia, Bolsonaro propôs 94% menos recursos do orçamento da União para políticas específicas de combate à violência contra a mulher em relação aos quatro anos anteriores. Entre 2016 e 2019, o total de recursos no orçamento era de R\$ 366,58 milhões. Entre 2020 e 2023 o valor despencou para R\$ 22,96 milhões.

Os especialistas do Inesc consideraram a queda no orçamento como parte do desmonte generalizado de políticas sociais, em um momento de emergência em que mais se precisava delas. Na época da divulgação de tais resultados, Carmela Zigoni, assessora política do Inesc, afirmou em entrevista ao portal G1 que esses recursos de enfrentamento à violência contra mulheres são usados para fomentar a rede de proteção. Isso inclui convênios com organizações locais, prefeituras, serviços públicos de modo geral como de assistência social e saúde, além de oportunidades e condições de trabalho, no intuito de evitar a volta dessas mulheres a um lugar de vulnerabilidade – e mesmo a volta para o agressor por falta de perspectiva de como sustentar a si e aos filhos (cf. Martello, 29 set. 2022).

Significa que a regra é termos sempre nossas conquistas e direitos por um fio. Não importa qual seja a cultura (como veremos especialmente no capítulo 1). O fator mulher é o determinante de uma série de riscos que classificam uma parte da humanidade como secundária. Existe pano de fundo para isso. Mas dizer simplesmente que é uma sociedade patriarcal seria insuficiente.

É fundamental entender que, quando estudiosas indicam o patriarcado como responsável pelos problemas femininos, uma parte considerável das pessoas não compreende o que esse conceito abrange. Em especial, não se relaciona com a própria realidade, nem mesmo com os próprios comportamentos. Inclusive das mulheres. Distorcido por parte da mídia e por produtores de conteúdo de redes sociais, o conceito de patriarcado é usado como sinônimo de figura protetora que acolhe a família.

Ao definir dominação legítima tradicional, Weber (2012 [1921]) indicou como sendo essa uma relação de um tipo de poder baseado na tradição e na obediência a quem exerce autoridade. Sustentada de forma geracional por costumes, hábitos e valores, é a própria conformação dos sistemas patriarcais. A mesma fonte diz que o patriarcado domina mulheres, filhos, servos e outros. Assim, o patriarcado envolve relações de gênero desiguais e hierárquicas (Saffioti, 2004), nas quais homens se veem como superiores a todas as demais pessoas. E, quando se entendem superiores, também acreditam ter mais direitos e constroem entornos nos quais tenham mais vantagens e poder.

Tal incompreensão gera consequências, como reforçar estereótipos e padrões femininos, inclusive aqueles que parecem individualmente empoderadores, mas, na verdade, enfraquecem as mulheres no coletivo. Por exemplo, a carreira em

ascensão de uma mulher é um reforço positivo para muitas outras. No entanto, a generalização de que cargo e dinheiro a protegem é errônea. Mais que isso: de que carreira em ascensão está ao alcance de toda mulher. É preciso falar de privilégios e sobre a falta deles, que nos levam ou não a determinados patamares. Uma mulher que não consegue vaga na creche pública para um filho enfrenta mais barreiras para trabalhar e estudar. Uma mulher em contexto de violência, fisicamente e emocionalmente fragilizada, terá mais dificuldade em sair desse lugar de dependência e submissão.

Enquanto mulheres forem vítimas de agressões ou tiverem de lidar com circunstâncias que as limitam, permanece um inconsciente de que nem tudo é para a mulher. Logo, ela não deve reivindicar. Caso o faça, estará indo contra uma ordem estabelecida. Se vai contra essa ordem, ela está errada – ou é perigosa para a sociedade. Assim, pode ser castigada, se for necessário, mesmo em ascensão econômica e social. De uma maneira ou de outra, a mentalidade vigente é de que mulheres devem se contentar e/ou aceitar as circunstâncias. Do contrário, sofrerão consequências como violências físicas, emocionais, verbais, simbólicas e patrimoniais.

É preciso ainda cuidado com a reprodução da própria realidade como verdade para a realidade de todas as mulheres – comportamento comum entre as feministas brancas (grupo no qual me incluo) e que abordaremos ao longo deste trabalho. Não é oferecer fórmulas prontas a partir de soluções possíveis em contextos privilegiados que não reverberam em outros contextos. Não viver tais circunstâncias citadas não significa que não aconteça com milhares de mulheres em outros territórios. Não acontecer conosco não significa que as consequências do que vivem essas milhares de mulheres um dia não chegará a nós. Enquanto houver a ideia de dominação sobre o feminino, todas correm riscos.

Rafia Zakaria, em “Contra o feminismo branco” (2021, p. 24), provoca:

[...] mulheres brancas tomaram para si o direito de falar por todas as mulheres, ocasionalmente permitindo que uma de cor fale, mas apenas quando ela consegue fazê-lo no tom e na linguagem da mulher branca, adotando as prioridades, as causas e os argumentos da branquitude. Mas a suposição de que mulheres de cor e mulheres brancas enfrentam as mesmas desvantagens em relação ao homem é falha. Todas as mulheres brancas desfrutam do privilégio racial branco.

A dominação e a submissão da mulher atravessam séculos, como veremos no capítulo 1 desta tese. São históricas e atuais ao mesmo tempo. É uma luta com avanços imensos e significativos, mas longe de ser vencida, porque a mentalidade do “lugar de mulher” se aproveita justamente das crises recorrentes que a própria humanidade cria. Na crise, esse “lugar de mulher” é vendido como uma das saídas para colocar “ordem” nas rupturas. Ao amansá-las, homens têm menos problemas para lidar e mais espaço para a manutenção de seus brios de macheza. O objetivo é sempre ser bom para eles.

Em “Os excluídos da história” (2017[1988]), a historiadora Michelle Perrot permite uma visão ampla de quanto as mulheres foram invisibilizadas e marginalizadas, além de excluídas de relatos históricos importantes. Analisa como elas resistiram e lutaram por direitos e participação social, desafiando normas e buscando espaço na sociedade. Não eram meras espectadoras, mas agentes de mudança que, especialmente a partir do capitalismo, viram-se confinadas e subordinadas a um mundo doméstico desvalorizado pelo capital. A contribuição feminina à construção da história, para Perrot, foi negligenciada.

A boa notícia é que, junto com os avanços significativos, há maior consciência sobre o que é ser mulher na sociedade. Inúmeras barreiras foram derrubadas e há mais oportunidades para elas, tanto profissionais quanto pessoais. Mulheres em todo o mundo estão mais sensíveis às dores das outras e criaram redes de apoio. Nos ajudamos mais e com menos julgamento. Importante dizer que a construção do conhecimento e o debate sobre a situação feminina não são novos. Porém, por muito tempo, estiveram restritos a meios intelectuais e acadêmicos.

Apesar das inúmeras críticas que podemos fazer à internet, sem dúvidas foi o meio que nos levou a conhecer com mais facilidade e em linguagens mais acessíveis a situação feminina em outras culturas. Com um ponto em comum entre essas culturas: em todas o machismo está presente e mulheres sofrem suas consequências. A internet nos conectou ao pensamento feminista e a movimentos feministas, ajudando muitas de nós a compreender que o que viviam dentro de casa, no trabalho, na família, em suas relações interpessoais as amedrontava, machucava. E a descobrir que não estavam sozinhas e que não mereciam mais passar por isso.

O empoderamento pelo consumo também precisa de um olhar crítico. O empoderamento econômico, que permite às mulheres não mais serem dependentes

financeiramente de parceiros e/ou familiares, que lhes permite avançar não só do ponto de vista material, mas também educacional, está posto. É crucial para autonomia e capacidade de escolha. Para que saiam de contextos nos quais são agredidas, diminuídas, intimidadas. No entanto, a ideia de que esse poder vem basicamente do consumo de itens que as façam parecer mais poderosas – roupas, acessórios, eletrônicos, cosméticos, lazeres – reforça um padrão do que é ser uma mulher forte e/ou que deve ser respeitada. Novamente, a figura feminina é aprisionada em uma ideia preestabelecida pelo mercado, que acaba por limitá-la e, até mesmo, gera angústia e ansiedade para que tenha seu valor reconhecido.

É também Saffioti, com seu pioneirismo em “A mulher na sociedade de classes” (2021[1969], p. 16), quem já nos alertava sobre a dupla desvantagem da condição feminina no Brasil sob a óptica capitalista: no plano superestrutural, uma subvalorização das capacidades femininas; e no estrutural, uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção. Para ela, que enxergava o aumento da participação feminina no mercado de trabalho em atividades mais precárias do sistema capitalista, as facilidades da vida moderna, por exemplo, continuam mantendo a mulher trabalhadora presa ao lar – desde os anos 1960, quando escreveu a obra, e continua uma verdade no século 21. Para a maioria, como reforçou a conjuntura pandêmica, não há real divisão de tarefas entre homens e mulheres nos cuidados da família e da casa. Por trás disso está toda a ideia do que é “lugar de mulher”. Afirmar Saffioti (2021[1969], p. 128): “É ilusório imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente.”

São pontos que nos vulnerabilizam constantemente como grupo. Existem outros, a serem debatidos ao longo deste trabalho. Nossos direitos e nossas conquistas são mais fáceis de serem suprimidos pelo não entendimento de que o reforço de estereótipos e padrões, especialmente como solução para todas, nos colocam em um lugar subalterno e de obediência – princípios do patriarcado que direcionaram o mundo até aqui.

Material e método

Iniciamos este trabalho com o levantamento de dados secundários, estatísticas e casos que corroboram perdas para as mulheres no período pandêmico, especialmente 2020 e 2021, com foco no Brasil. Serão usados dados oficiais de institutos de pesquisa e conteúdos da mídia em geral. Seguimos com uma pesquisa qualitativa, com depoimentos de 21 mulheres obtidos por dois tipos de abordagem: a entrevista em profundidade e o grupo focal. Os resultados serão apresentados no capítulo 3 deste trabalho.

O que se busca com a coleta de depoimentos são histórias de mulheres sobre como a pandemia impactou sua vida pessoal e profissional, refletindo o que dizem os números estatísticos. Por um lado, são entrevistas individuais, semiestruturadas e presenciais. Por outro, rodas de conversa iniciadas com perguntas abertas sobre a pandemia para incentivar a participação. Ambas as abordagens dão base a uma análise de narrativa do contexto. Analisaremos diferenças e semelhanças entre essas mulheres de variados estratos sociais.

A amostra não é uma representação absoluta do todo do gênero feminino. Porém, é capaz de indicar quadros importantes e explicativos sobre a situação da mulher no Brasil no pós-pandemia. Suas vulnerabilidades e sofrimento ético-político.

A princípio, as entrevistadas vieram a partir de um chamamento realizado pelas redes sociais para participação na pesquisa. Por meio da técnica bola de neve (*snowball sampling*), método de amostragem não aleatória, muito usada em estudos com comunidades fechadas ou populações marginalizadas, seguiram-se indicações de mulheres entrevistadas para conhecidas suas ou de pessoas que, ao conhecer o objetivo do trabalho, indicavam novas participantes.

Parte delas se concentra na faixa etária de 40 anos. Tal idade não foi definida como critério de seleção das entrevistadas. Mas, a partir do chamamento para este trabalho, foram mulheres dessa faixa etária que se interessaram por participar da pesquisa. Um indício de que o tema é patente para as que estão nessa etapa da vida, inclusive corroborando que a crise da meia-idade é real (O Globo, 16 set. 2022), assim como o fenômeno global batizado de “geração sanduíche” – pessoas, em especial mulheres, que se dividem entre cuidar dos filhos e dos pais idosos ao mesmo tempo (por vezes também dos netos), além do trabalho fora e da divisão desigual de tarefas domésticas (Idoeta, 9 jun. 2023).

Com um total de 12 entrevistas presenciais, que ocorreram entre janeiro de 2023 e agosto de 2024, os roteiros das conversas foram semiestruturados, com o

objetivo de resultar em uma pesquisa qualitativa. Essa é uma abordagem que valoriza as complexidades de contextos sociais, culturais e comportamentais de indivíduos ou grupos em busca de compreender um fenômeno. No primeiro semestre de 2023, ocorreram três entrevistas consideradas como pesquisa exploratória e que confirmaram a importância de dar sequência ao tema proposto nesta tese. Em sua maioria, as mulheres das entrevistas individuais se identificam como pertencentes à classe média ou média-alta.

Para os depoimentos das nove mulheres que participaram das conversas em grupo, as perguntas foram abertas, para estimular o debate sobre o assunto. Rodas de conversa são espaços de diálogo e interação em que participantes podem se expressar e aprender com as falas uns dos outros. Um tipo de dinâmica utilizado para os mais diversos fins – educacionais, terapêuticos, de desenvolvimento social. Já o grupo focal, em essência de pesquisa, busca explorar visões, percepções, crenças, valores, opiniões e reações de um grupo de pessoas sobre um tema específico. É uma abordagem qualitativa. Para este trabalho, ousamos “passear” por ambas as possibilidades: formar grupos focais nos quais foram colocadas perguntas orientadoras para o despertar do tema desta tese e sua análise, mas com a leveza de ser um ambiente de troca, emoção e acolhimento em que perguntas abertas surgiram, inclusive entre participantes, estimulando o debate.

A opção por uma segunda metodologia na apuração da pesquisa, além das entrevistas individuais, surge como meio de enriquecer o estudo, compreendendo-se a realidade de dois mundos específicos e fortemente impactados pela pandemia: o de cuidadoras profissionais e o de mulheres de um bairro periférico que se uniram e criaram um coletivo para ajudar o próprio território, sem esperar o poder público.

Primeiramente, trataremos as narrativas que emergiram em uma tarde de sexta-feira de março de 2025, no Centro da cidade de São Paulo, mais especificamente na sede da Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo (Acirmesp). Foram cinco horas de conversa com quatro mulheres cujas idades variam entre 44 e 72 anos. Reconhecem-se como classe média e média-baixa.

As demais histórias são de mulheres do bairro Jardim Lapena, região de São Miguel Paulista, Zona Leste da capital paulista. Elas são as Guardiãs do Território, grupo que nasceu na pandemia. Ganhou tamanha relevância que conta hoje com cem Guardiãs, prontas a auxiliar os moradores locais das mais diversas

formas. A conversa, que durou três horas, ocorreu em uma tarde de quinta-feira de janeiro de 2025, na casa que atualmente é a sede das ações, com cinco mulheres entre 38 e 55 anos. Identificam-se como classe média-baixa e pobreza.

No geral, as participantes são moradoras das seguintes cidades: Guarujá, Osasco, Praia Grande, São Paulo e Taboão da Serra – municípios do estado de São Paulo, localidade onde se encontra esta pesquisadora. Novamente, não é o reflexo exato da situação feminina em todo o país, mas nos dá pistas importantes sobre os enfrentamentos e desafios das mulheres brasileiras.

Consideramos que a variedade de perfis trará riqueza à investigação. Assim, além de estratos sociais variados, também são diversas as realidades: mulheres solteiras, casadas e divorciadas; mulheres com filhos e sem filhos; brancas, negras e pardas (a partir de autodeclaração); diferentes escolaridades e profissões.

O ponto aqui é mostrar, novamente, que a pandemia teve gênero, mesmo quando outras particularidades nos atravessam, como classe e raça, explicadas pela interseccionalidade (Crenshaw, jul. 1991; Bilge; Collins, 2021; Akotirene, 2023). Fundamental, a partir daí, no entanto, mostrar como classe e raça influenciam uma recuperação geral na vida da mulher no pós-pandemia. As consequências são maiores para umas do que para outras.

A ideia é acompanhar os desdobramentos de um vírus que obrigou ao isolamento social, isolamento esse considerado “oportunidade” para devolver mulheres a limitações sociais, econômicas e culturais. Também compreender em que as percepções de perdas são similares ou distintas para mulheres de diferentes contextos. Importante lembrar que o estudo de impactos da pandemia nos direitos e espaços femininos busca mensurar quanto esse aspecto é negativo, com reflexos para toda a sociedade.

Considerando que uma parte da pesquisa é concentrada em dados de situações já ocorridas e/ou em andamento, faremos uma análise diagnóstica relacionando causa e efeito, que nos permite analisar e compreender o cenário que as participantes da pesquisa estão enfrentando a partir da pandemia. Com o diagnóstico, traçamos probabilidades dos impactos futuros que a pandemia deixará na realidade feminina dessas mulheres e, ao mesmo tempo, possíveis oportunidades para transformar tais impactos.

Considerando ainda que tanto a pesquisa qualitativa quanto as estatísticas levantadas para este trabalho podem nos trazer novos resultados além dos já

divulgados e observados até o momento, esperamos desenvolver uma análise descritiva capaz de direcionar a construção de estratégias de boas práticas a serem desenvolvidas em planejamentos públicos e/ou privados. Ou seja, ambas as análises se complementam, enriquecendo os resultados e a relevância deste trabalho.

Assim, vamos investigar quanto da pandemia e quanto ainda de um pensamento patriarcal estão interligados nesse processo de atrasos para as mulheres, sem deixar de pontuar o que pode ser reflexo de cada situação em separado. O que desejamos é contribuir para que nenhuma mulher fique para trás e todas possam encontrar caminhos para alcançar condições de vida digna em todas as esferas. Para que, de alguma forma, nossos direitos e nossas conquistas se convertam em algo de fato inviolável, independentemente do cenário.

Fator de risco

Por meio de depoimentos e dados estatísticos, este trabalho indica que as estruturas das relações sociais vigentes e a reprodução social vulnerabilizam o gênero feminino. Mais que isso. Não se renovam de fato a ponto de serem seguras o suficiente para que não sofram retrocessos quando as crises criadas pela humanidade surgirem. E elas surgem constantemente. O que significa que a instabilidade de direitos e conquistas femininas, que desencadeiam sofrimentos e vulnerabilidades, é patente.

A pandemia reforçou que mulheres podem ser atacadas e ter suas vidas desestabilizadas a qualquer tempo, independentemente do quanto avançamos até aqui. Isso tem raiz em uma subjetividade, que cria uma consciência geral de menos-valia da mulher enquanto ser humano. Segue a ideia de que ela deve se submeter, em especial como modo de paralisar seu crescimento, sua autonomia e sua liberdade de escolha. Nem que para tal seja necessária a violência.

Sem dúvidas, esse “submeter” aparece de diferentes maneiras e em maior ou menor grau de acordo com o estrato social de cada mulher. Mas o que nos parece crucial demonstrar é que todas nós estamos sujeitas às vulnerabilidades impostas pela sociedade apenas por sermos mulheres. Emocionalmente, para todas as participantes há um resquício dos impactos da pandemia. Algo relevante porque

o estado da saúde mental interfere em outros aspectos cotidianos, como trabalho, estudos, relações sociais.

A originalidade desta tese, portanto, está em demonstrar que a evolução sobre os espaços ocupados e o respeito às mulheres existe, mas sempre com uma carga de fragilidade que é preciso ser colocada como um fator de risco, inclusive de vida, para o gênero feminino. O que ganha evidência em um momento de crise, que acaba como um subterfúgio para justificar que seus direitos e conquistas sejam assaltados como algo natural, porque o cenário assim exige. Tal vulnerabilidade permanece a partir de uma mentalidade de que nem tudo deve ser para as mulheres. Apesar de um atual lema de “lugar de mulher é onde ela quiser”, repetido à exaustão como parte de movimentos – sejam sociais, sejam de marketing –, não é o experienciado por todas. É preciso compreender se e onde estamos falhando na luta pelo feminino.

A presente tese se estrutura em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 1, discorreremos sobre os avanços da mulher na sociedade, suas vitórias e limitações, a partir de autoras e autores que dão base aos argumentos deste trabalho. No capítulo 2, indicamos estatísticas em diferentes áreas que mostram os impactos na realidade feminina durante e após a pandemia. No capítulo 3 estão os depoimentos das mulheres entrevistadas para esta tese sobre suas experiências no enfrentamento da Covid-19 e as consequências, positivas e negativas, do período.

1 OS AVANÇOS DA MULHER NA SOCIEDADE: VITÓRIAS E LIMITAÇÕES

A Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) é um marco histórico na luta contra a violência que assola as mulheres (cf. IMP - Instituto Maria da Penha, c. 2025). Promulgada em 2006, foi uma das revoluções mais significativas do campo jurídico no Brasil, com repercussões pelo mundo. Jogou luz sobre as barbaridades que mulheres enfrentam dentro de suas próprias casas e como o gênero feminino é submetido a todo tipo de violência. Mostrou que mulheres podem ser assassinadas apenas pelo fato de serem mulheres e por desejarem se proteger e/ou se livrar de relacionamentos nos quais não querem mais estar pelos mais diversos motivos. O que não é incomum, justamente pela violência que sofrem. A cearense Maria da Penha Maia Fernandes é quem dá nome à lei. Ela ficou paraplégica porque o marido

atirou em suas costas enquanto dormia. Era 1983 e levou 19 anos para o crime ser devidamente reconhecido pelo Estado brasileiro – somente depois de o caso virar pauta em cortes internacionais de direitos humanos.

A mudança na legislação resultou desde então em inúmeras iniciativas de conscientização, assim como fortaleceu os direitos das mulheres, permitindo proteção e apoio às vítimas e punições mais severas aos agressores. Estabeleceu um conjunto inovador de ações: a urgência de medidas protetivas, de instalação de um número maior e de melhor atendimento de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, criação de Casas-abrigo, de Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. É considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das melhores leis do mundo no combate a esse tipo de violência, atrás apenas das leis do Chile e da Espanha (Instituto C - Criança, Cuidado, Cidadão, 22 mar. 2023).

Apesar do avanço tão importante, a violência contra a mulher cresce (como será detalhado no capítulo 2). Sem dúvidas porque há mais mulheres entendendo que sofrem violência e denunciando as agressões. Mas também porque o machismo permanece como um dos traços do comportamento, da educação e das relações sociais.

Machismo é uma manifestação do patriarcado, esse sistema de opressão que ainda favorece o masculino e a crença de superioridade do homem. Outra consequência do patriarcado é a misoginia, uma atitude de ódio ao feminino, de desprezo pelas mulheres, determinando-as como seres humanos de menor valor. O machismo pode acontecer de forma branda ou violenta. A misoginia é sempre extremamente violenta seja em ações ou palavras – ainda mais comum atualmente nos discursos de ódio propagados pelas conexões virtuais (Carneiro, 5 ago. 2019).

A violência contra a mulher é um fenômeno estrutural e endêmico, enraizado e naturalizado em nossa cultura androcêntrica, em que o masculino está no centro das interpretações do mundo. Tal violência permaneceu oculta dentro de casa por muito tempo, quando então era tratada como questão privada, e não de Estado e saúde pública.

Por outro lado, há uma série de entraves do ponto de vista político-social para que a lei seja de fato cumprida país afora. Por exemplo, o desconhecimento das próprias mulheres sobre direitos, assim como o fato de a Lei Maria da Penha ainda não ser efetiva em todo o Brasil. Levantamento do Instituto DataSenado em

parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência revelou que oito em cada dez brasileiras se consideram mal informadas a respeito da Lei Maria da Penha. A pesquisa, realizada entre setembro e outubro de 2023, ouviu 21,7 mil mulheres com 16 anos ou mais. A análise indicou que 30% das entrevistadas já sofreram algum tipo de violência provocada por homens. O número de mulheres vítimas de violência doméstica pode ser ainda maior do que apontam os órgãos oficiais, uma vez que, dessas entrevistadas, 61% afirmaram que não procuraram a delegacia para denunciar (Agência Senado, 7 mar. 2024).

Investir em mecanismos de conscientização que levem a uma mudança comportamental por parte dos agressores é outro ponto-chave. Ao apenas serem afastados das mulheres ou pessoas que agrediram, o comportamento violento permanecerá, sendo replicado em outros núcleos de convívio. Essa reeducação é essencial para que os índices de violência diminuam.

O projeto Tempo de Despertar foi instituído pelo governo do Estado de São Paulo pela Lei nº. 16.732, de 1º de novembro de 2017, como um programa de reeducação de agressores que cometeram violência doméstica contra a mulher, e prova que é possível. Idealizado em 2014 pela promotora Gabriela Mansur no município de Taboão da Serra, Região Metropolitana de São Paulo, o objetivo é desconstruir a cultura do machismo por meio de grupos de reflexão com a participação de homens que respondem a inquérito policial, medida protetiva ou processo criminal. Uma terapia em grupo, com cerca de dez encontros. A taxa de reincidência de violência contra a mulher fica em torno de 2% entre esses homens (Mansuido, 30 nov. 2020). Significa que mudanças de comportamento e de pensamento são possíveis por meio de um processo educativo. Mas é preciso ampliar os instrumentos de transformação comportamental e aplicá-los antes de o homem se tornar agressor.

Por isso, é preciso falar de continuidade e consistência de políticas públicas. Como indicado na introdução deste trabalho, o orçamento destinado para combater a violência contra a mulher diminuiu, especialmente na gestão Bolsonaro. Além da redução da previsão orçamentária, o período também apresentou baixa alocação ou baixa execução dos recursos. Ou seja, o pouco dinheiro disponível não foi utilizado de maneira adequada e efetiva. Milhões de reais não chegaram a estados e municípios para financiar as redes de atendimento à mulher (ANDI - Comunicação e Direitos, 10 mar. 2023). E não se pode esquecer o aumento do porte de armas, da

polarização e do discurso de ódio, que ganharam força a partir de 2018 e seguem inflamando conflitos perigosos.

A violência contra a mulher continua e aumenta porque ainda não chegamos na origem da questão: a real e consistente desconstrução de um pensamento opressor sobre o feminino que torna a jornada dos direitos das mulheres uma eterna onda: avança, mas volta ao seu lugar (Faludi, 2006[1991]). Foi assim ao longo da história. As mulheres ganham, mas sempre perdem porque o olhar sobre o feminino é repleto de fissuras, incômodos e vieses inconscientes que reforçam ações e atitudes violentas e de dominação.

E, para que não se chegue à violência física, ainda é preciso compreender que índices alarmantes são reflexo do desrespeito internalizado em relação ao feminino. Mesmo não verbalizado, está presente nos detalhes cotidianos. As microviolências são graves. São elas que enfraquecem a autoestima, a percepção positiva sobre si mesma e sobre as próprias capacidades, despertam dúvidas, medos e vulnerabilizam. As limitações para nos manter sob controle são históricas. É necessário rompê-las. Vamos entender o que as reforçaram até aqui para encontrar respostas.

1.1 Epistemicídio

Um dos problemas centrais que o feminino enfrenta ao longo do tempo é o sexismo epistêmico. Por mais que na atualidade a construção do pensamento em diversas áreas conte com a presença de mulheres, não foi sempre assim. Na realidade, o conhecimento produzido por mulheres incomodava e era quase imediatamente interrompido, desconsiderado, ignorado. Nem que para isso fosse necessário tirar a vida dessas mulheres.

Como afirma Grosfoguel (2016, p. 25):

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo.

Para o autor, a inferiorização do conhecimento produzido por mulheres permitiu que os homens definissem o que é verdade, o que é realidade, o que é melhor. Tal monopólio gerou estruturas e instituições que reproduzem o sexismo e desqualificam vozes críticas femininas. O mesmo acontece com o racismo. Uma “autoridade” nada democrática que se impõe à base de superioridade do conhecimento, imposta por um sistema patriarcal, capitalista e racista.

O mais emblemático e histórico exemplo de epistemicídio (morte do conhecimento) foi o assassinato de milhões de mulheres, queimadas vivas, acusadas de feitiçaria na Europa entre o século 13 e meados do século 18. Na verdade, a Caça às Bruxas, como ficou conhecido o período, foi um movimento de perseguição religiosa, política, econômica e social. Executou sobretudo aquelas que representavam lideranças em suas comunidades ou detinham algum poder. Também eram assassinadas as miseráveis, velhas, viúvas, solteiras e separadas, tidas como alvos fáceis de acusações, servindo como exemplo de punição por desvio da conduta esperada. Muitas eram curandeiras, parteiras, cozinheiras e perfumistas – dons que a ignorância relacionava com feitiços. Tinham ofícios e desenvolviam atividades a partir dos próprios conhecimentos, sem depender de ninguém.

As conselheiras de grupos e comunidades, vistas como transgressoras, não escapavam da caçada. Nem mulheres que exerciam plenamente a sexualidade e conheciam métodos de contracepção. O domínio do conhecimento sobre a reprodução humana – gravidez, parto, aborto – era das mulheres, o que causava crescente incômodo entre os homens por questões econômicas. As denúncias sobre bruxaria carregavam superstições. Mas, em geral, era o caminho mais fácil para eliminar alguém em disputas como as de propriedades ou por vingança pessoal.

Embora o assassinato em massa dessas mulheres tenha ocorrido na Europa, a colonização trouxe a perseguição para as Américas, especialmente para o Peru, o México e a Colômbia (Moreno, 21 set. 2021). O Brasil também teve perseguições a mulheres, afirma Del Priore (1997, p. 81). No século 18, um processo-crime por feitiçaria foi movido contra a escrava Maria na cidade de Itu, interior de São Paulo. No processo, o escrivão anota que na vila existia apenas um cirurgião, que, por estar enfermo, não poderia atender os doentes. Diante disso, era costume das mulheres, nos longínquos rincões da Colônia, curar com ervas e raízes, o que era tolerado pela justiça pela penúria e falta de médicos. A sentença foi

benevolente, indicando que médicos residiam apenas nas principais cidades e vilas das capitânias.

[...] a ciência médica passou a perseguir as mulheres que possuíam conhecimento sobre como tratar do próprio corpo. Esse saber informal, transmitido de mãe para filha, era necessário para sobrevivência dos costumes e das tradições femininas. Conjurando os espíritos, curandeiras e benzedoras, com suas palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas, substituíam a falta de médicos e cirurgiões. Era também a crença na origem do sobrenatural da doença que levava tais mulheres a recorrer a expedientes sobrenaturais; mas essa atitude acabou deixando-as na mira da Igreja, que as via como feitiçarias capazes de detectar e debelar as manifestações de Satã nos corpos assentados. Isso mesmo quando elas estavam apenas substituindo os médicos [...] (DEL PRIORE, 1997, p. 81).

Voltando à Europa, a Caça às Bruxas se deu durante a Santa Inquisição, tribunal da Igreja Católica que perseguia e condenava aqueles que considerava hereges. Para a igreja, eles ameaçavam a unidade religiosa – e todo o poder político e financeiro nas mãos daqueles que diziam falar em nome de Deus para controlar a mente e a fé de seus fiéis. Importante destacar que a época também é marcada pela transição do feudalismo para o capitalismo, entre os séculos 15 e 16.

Uma das marcas do capital é justamente a apropriação da capacidade reprodutiva das mulheres e desvalorização do trabalho doméstico, mesmo que essencial para a manutenção da vida, ou seja, da força de trabalho, a mercadoria mais essencial do capitalismo. Nesse período manufatureiro, as mulheres, então, foram praticamente excluídas ou diminuídas do trabalho assalariado, não recebiam pelo que produziam no ambiente doméstico e passaram a ser subordinadas aos homens, perdendo autonomia. Mais que isso: transformaram-se em máquinas de produção de novos trabalhadores (Federici, 2017), inclusive por serem destituídas do conhecimento reprodutivo ao temerem as acusações de feitiçaria. A degradação das mulheres é condição necessária para a existência do capitalismo em qualquer época. A perseguição por bruxaria destrói o controle das mulheres sobre suas funções reprodutivas, preparando terreno para um regime patriarcal mais opressor.

Afirma Federici (2017, p. 30):

[...] convém demonstrar que a perseguição às bruxas (assim como o tráfico de escravos e os cercamentos) constituiu um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto na Europa como no Novo Mundo [...] a redefinição das tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima

violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista.

No feudalismo a mulher estava limitada em alguns aspectos à autoridade masculina, inclusive do senhor feudal – que controlava não só posses e terras dos servos, mas trabalho, casamento e até conduta sexual. Mas a autoridade dos parentes sobre as mulheres era restrita, já que a entrega da terra se dava à unidade familiar. “[...] e as mulheres não somente trabalhavam nela, mas também podiam dispor dos produtos de seu trabalho e não precisavam depender de seus maridos para se manter”, afirma Federici (2017, p. 52).

A separação social entre produção de bens e reprodução da força de trabalho não existia na aldeia feudal. O trabalho de todos contribuía para o sustento da família. Mulheres trabalhavam nos campos, cuidavam dos filhos, dos animais, cozinhavam, lavavam, fiavam e mantinham a horta, atividades domésticas que não eram desvalorizadas. O trabalho doméstico só deixa de ser visto como um trabalho importante no capitalismo, quando a economia monetária diferencia as relações sociais, colocando as atividades exercidas pelos homens como de maior valor a ser reconhecido financeiramente.

Além disso, na sociedade medieval as relações coletivas prevaleciam sobre as relações familiares. Logo, as tarefas eram realizadas em cooperação com outras mulheres, o que evitava isolamento e era fonte de poder e proteção entre todas. “Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentar os homens, embora a Igreja pregasse pela submissão e a Lei Canônica santificasse o direito do marido bater em sua esposa”, destaca Federici (2017, p. 53).

A transição para o capitalismo dividiu o campesinato ao transformar diferenças de rendimentos em diferentes classes sociais. Quem não se estabelecia no mercado e ganhava dinheiro dava forma a uma crescente massa de pobres, que, sem o campo, viviam de doações. As mulheres em todas as classes foram afetadas negativamente. Dentro de casa, com o trabalho de gerenciamento doméstico invisibilizado, elas viram o acesso à renda cair, perderam o direito de herdar parte das propriedades dos maridos, foram excluídas das posses de terra – principalmente se solteiras ou viúvas.

Se no final do século 13 elas eram maioria no êxodo do campo, no século 15 eram maioria nas cidades. Apesar de quase sempre viverem em condições de

pobreza, com trabalhos mal pagos como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes sem licença, fiandeiras e prostitutas, a vida nos centros urbanos dava-lhes autonomia social. Destaca Federici (2017, p. 64):

As leis da cidade não libertavam as mulheres [...] Porém, na cidade, a subordinação das mulheres à tutela masculina era menor, pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando a moradia com outras mulheres. Embora geralmente fossem os membros mais pobres da sociedade urbana, com o tempo as mulheres ganharam acesso a muitas ocupações que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos. Nas cidades medievais, as mulheres trabalhavam como ferreiras, açougueiras, padeiras, caneleiras, chapeleiras, cervejeiras, carcadeiras de lã e comerciantes.

Na Inglaterra, 72 das 85 guildas (associações de trabalhadores) incluíam mulheres entre seus membros, sendo que algumas, como a da indústria da seda, eram controladas por elas. Em outras a porcentagem de trabalho feminino era tão alta quanto a masculina. No século 14 elas já eram professoras escolares e médicas que competiam com homens formados nas universidades, muitas obtendo alta reputação. Quanto mais autonomia as mulheres ganhavam, mais sua presença na vida social e urbana era contestada nos sermões dos padres.

Assim, em resposta à nova independência feminina pós-aldeia feudal, começaram reações misóginas em sátiras e narrativas populares de folhetins e jornais, cujos primeiros indícios os historiadores definem como “a luta pelas calças”. Aqui nascem as mensagens de ódio e desprezo ao feminino que se espalham pelas sociedades.

1.2 Hereges, proletárias, escravas

Os sermões dos padres católicos, que se tornaram violentos e geraram violência contra as mulheres ao serem ampliados pela palavra escrita, nasceram muito antes. Eles já condenavam as mulheres hereges, que faziam parte do movimento herético, nascido no século 12, que questionava e contrariava os dogmas da Igreja Católica. Entre outros pontos, criticavam hierarquias sociais, a exploração econômica e a corrupção clerical.

Uma das características mais significativas da heresia era a elevada posição social feminina. Enquanto para a Igreja as mulheres não eram minimamente reconhecidas por nada, entre os heréticos eram consideradas iguais, com mesmos direitos e autorizadas a desfrutar da vida em sociedade. Mais do que isso: ministravam sacramentos, batizados, pregavam. Podiam compartilhar a casa com o homem mesmo sem estarem casadas. Formavam suas próprias comunidades e mantinham o trabalho fora da subordinação masculina e religiosa.

Divididos em várias vertentes, os hereges enxergavam a sexualidade de maneira livre, exercendo-a ou não. Para alguns grupos, a abstinência evitava que mais pessoas no mundo fossem exploradas. Para outros, o ato sexual carregava um valor místico. Havia aqueles que desdenhavam da importância que a Igreja dava à castidade. Quanto às mulheres, elas tentavam controlar sua função reprodutiva com métodos contraceptivos e aborto.

Quando o controle das mulheres hereges sobre a reprodução é percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social, elas passam a ser acusadas de sodomia (sexo anal), cultuação a animais, promoção de rituais orgiásticos – dizia-se ainda que voavam à noite e sacrificavam crianças.

Coincidindo com este processo, que marcou a transição da perseguição à heresia para a caça às bruxas, a figura do herege se tornou, cada vez mais, a de uma mulher, de forma que, no início do século 15, a bruxa se transformou no principal alvo de perseguição aos hereges (Federici, 2017, p. 86).

Nesse mesmo período, século 15, autoridades políticas praticamente autorizaram o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa. Ou seja, as proletárias. A ideia da política sexual era cooptar trabalhadores mais jovens e rebeldes com sexo gratuito, “acalmando” as exigências por salários, condições de trabalho e benefícios no que ficou conhecido como “a idade de ouro do proletariado europeu” (Marx, 2008[1867]). Esse ápice tem início após a Peste Negra, que matou entre 30% e 40% da população europeia no século 14. A consequência mais significativa da peste foi a intensificação de uma crise do trabalho a partir da mão de obra dizimada pela doença. Os trabalhadores se tornaram escassos, seu custo aumentou e romperam laços de domínio com seus senhores, passando a fazer exigências.

Para controle dos homens do proletariado, as mulheres tornaram-se alvos, inclusive de estupros coletivos, com um preço a pagar incalculável. Para Federici (2017, p. 104), os resultados foram destrutivos “para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal”. A autora ressalta que a legalização do estupro criou um clima intensamente misógino, degradando todas as mulheres da sociedade, de todas as classes sociais. Além disso, insensibilizou a população ante a violência contra as mulheres, preparando o terreno para as acusações de bruxaria que teriam início nesse período.

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social [...] foi um elemento essencial da acumulação primitiva e da “transição” ao capitalismo (Federici, 2017, p. 294).

Desestabilizada a autossuficiência feminina, o equilíbrio de seus papéis na sociedade e sua segurança física, emocional e sexual como ser humano, é aberto o caminho para a construção de conceitos que direcionam o “ser mulher” nos séculos seguintes. A partir da destruição de todo um universo de práticas femininas, relações coletivas e sistemas de conhecimento, base de seus poderes e sua influência na Europa pré-capitalista, surge um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal. Passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas (Federici, 2017, p. 205). Uma mudança que começa no final do século 17. Vale aqui destacar o que nos lembra Butler (2003) sobre como as construções de gênero ocorrem por meio de comportamentos, gestos e ações repetidas.

Logo depois, surge o conceito de família nuclear – pai (no comando), mãe e filhos – como ideal, excluindo o valor comunitário. A determinação desse ideal surge na Europa do século 19, centrada na dependência econômica das mulheres aos homens, as expulsando de vez dos postos de trabalho remunerados e tornando o sexo um serviço ao masculino e à procriação. Na classe alta, era a propriedade que dava ao marido poder sobre a mulher. No proletariado, era a exclusão das mulheres do recebimento de um salário que as colocava sob o domínio do marido. Foram

domesticadas num mundo “desencantado” da “bruxaria” para ser dominado pela racionalidade e pela brutalidade.

Mas é importante destacar que, se por um lado o ideal de feminilidade e família era construído de maneira eurocêntrica, a realidade de mulheres negras escravizadas nas colônias do mesmo período histórico era completamente oposta. Como afirma Davis (2016, p. 17-18), o sistema escravista definia o povo negro como propriedade, sendo as mulheres negras vistas apenas como unidades de trabalho lucrativas, trabalhadoras em tempo integral, somente ocasionalmente esposa, mãe, dona de casa. “A julgar pela crescente ideologia de feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.”

Nas colônias, meninas e mulheres escravizadas, assim como meninos e homens escravizados, arrancados à força de seus territórios no continente africano na condição de animais, seres sem alma, trabalhavam pesado na lavoura do amanhecer ao fim do dia. Mas as mulheres sofriam de forma diferente:

[...] porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea (Davis, 2016, p. 19).

Quando, por exemplo, a abolição do tráfico internacional da mão de obra escrava passou a ameaçar a expansão da indústria do algodão nos Estados Unidos, os proprietários de escravos contaram com a reprodução natural para repor a população de escravas e escravos. A capacidade reprodutiva e a fertilidade das mulheres negras passam a ser analisadas e valorizadas. Tornaram-se ainda mais vulneráveis a todo tipo de coerção sexual. Em caso de desobediência, eram açoitadas, mutiladas e estupradas.

A exaltação ideológica da maternidade - tão popular no século XIX - não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser

vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas (Davis, 2016, p. 19-20).

Davis (2016) destaca que a aposta agressiva na industrialização, em especial nos Estados Unidos, roubou das mulheres brancas a utilidade de suas máquinas de fiar, de seus instrumentos para fazer velas, entre outras ferramentas necessárias para a sobrevivência de suas famílias. Mas, à medida que a ideologia da feminilidade, que a autora classifica como subproduto da industrialização, se popularizou e se disseminou por meio de revistas femininas e romances, as mulheres brancas passaram a ser colocadas à parte do mundo do trabalho produtivo. “A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca” (Davis, 2016, p.25).

No entanto, embora a propaganda vigente veiculasse a ideia de “mulher” como sinônimo de “mãe” e “dona de casa” para as mulheres brancas, carregando a marca fatal da inferioridade, entre as mulheres negras esse vocabulário não se fazia presente. Davis cita Stamp (1989) ao apontar que a típica família escrava era matriarcal em sua estrutura. E que a vida doméstica tinha imensa importância na vida social de escravas e escravos, único espaço em que podiam vivenciar suas experiências como seres humanos.

Por serem trabalhadoras, assim como seus companheiros, as mulheres negras não eram diminuídas em suas funções domésticas. O trabalho doméstico na senzala não distinguia tarefas de homens e mulheres como superiores ou inferiores. Às vezes, elas caçavam e eles cuidavam da cabana. Outras vezes, eles cuidavam da horta e elas cozinhavam. As tarefas eram de todos. Havia um motivo para que a igualdade sexual fosse relevante: os filhos de escravos precisavam de exemplos masculinos fortes para sobreviver tanto quanto as filhas de exemplos femininos fortes para também sobreviver.

Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração essa que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (Davis, 2016, p. 35-36).

Quando o movimento abolicionista ganhou força nos Estados Unidos nos anos 1830, também greves e paralisações nas fábricas têxteis no Norte do país, em sua maioria realizadas por mulheres e crianças, começaram a acontecer. A turbulência se estendia às mulheres brancas de classes abastadas, que passavam a reivindicar direito à educação e a uma carreira fora do lar. Tanto donas de casa quanto operárias brancas evocavam a metáfora da escravidão para expressar suas respectivas opressões.

Segundo Davis (2016, p. 46), enquanto as primeiras definiam o casamento como forma de escravidão, as segundas a relacionavam à opressão econômica de salários inferiores aos dos homens e condições de trabalho absolutamente degradantes. A afinidade com a situação de homens e mulheres negras transformou um número grande de mulheres em apoiadoras do movimento abolicionista, e aprenderam, assim, a lutar contra as amarras da própria sujeição. É inclusive a partir daqui, dessa percepção, que as mulheres brancas de classes abastadas iniciam o que viria a ser o movimento pelo sufrágio feminino, reivindicam direitos políticos e, por volta dos anos 1840, fundam associações feministas (BEAUVOIR, 2008[1949], p. 181).

1.3 Emancipação

Destaca-se, no entanto, que o alinhamento à causa negra não significava uma postura antirracista para muitas daquelas que se colocavam como sufragistas. Elas não lutavam pelo fim da segregação racial. O voto de homens e mulheres negros em alguns estados estadunidenses só foi permitido mais de 40 anos depois de autorizarem o voto das mulheres brancas, em 1920 (Castro, 7 jul. 2021). E muitas sufragistas se colocaram contra a possibilidade de o voto dos homens negros ser autorizado antes do voto das mulheres brancas, alegando inferioridade daqueles (Davis, 2016).

Embora o movimento sufragista tenha surgido em 1897 e possua origens britânicas, um século antes a escritora Olympe de Gouges, em 1791, publicou a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, na qual criticava a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, promulgada na França dois anos antes. Olympe foi sentenciada à morte, acusada de trair os ideais do país (Gouges, 2021).

A educadora inglesa Millicent Fawcett foi a responsável por iniciar a luta sufragista britânica, ao fundar a União Nacional pelo Sufrágio Feminino. De atuação pacífica no início, entregava pedidos formais na Assembleia Legislativa, sempre ignorados. Seis anos mais tarde, em 1903, Emmeline Pankhurst, membro da classe média-alta inglesa, deu início à União Social e Política das Mulheres. O grupo se aliou a mulheres trabalhadoras, pregando a desobediência civil, e tomou as ruas do Reino Unido com manifestações violentas e não violentas, promoveu greves e campanhas publicitárias pelo direito ao voto. Ao aprovarem o voto feminino, Nova Zelândia, em 1893, e Finlândia, em 1906, serviram de exemplo e impulsionaram mulheres de outros países a buscar seus direitos políticos.

O direito ao sufrágio para as mulheres brasileiras, alfabetizadas e assalariadas foi concedido em 1932, no governo de Getúlio Vargas. Nesse mesmo ano, a educadora e escritora Nísia Floresta publicou o artigo “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, em que defendia o acesso igualitário à educação e aos direitos políticos. A primeira associação feminina a pautar direitos políticos, o Partido Republicano Feminino, é de 1910, fundada no Rio de Janeiro pela professora e indigenista Leolinda de Figueiredo Daltro. Nos anos 1920 foi fundada a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde seria renomeada como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Sua principal líder era Bertha Lutz, bióloga, educadora e diplomata, que se aliou ao movimento feminista internacional (Rezende, c.2025).

Apesar de tais avanços, vale refletir sobre a provocação de Beauvoir (2008[1949], p. 15-16):

Os proletários dizem “nós”. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em ‘outros’ os burgueses, os brancos. As mulheres - salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas - não dizem “nós” [...] não se opõem autenticamente como Sujeito [...] a ação das mulheres nunca passou de uma agitação simbólica; só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder; elas nada tomaram; elas receberam. Isso porque não têm meios concretos de se reunir em uma unidade que se afirmaria em se opondo.

Para a autora, as mulheres não têm, como os proletários, uma solidariedade em relação a trabalho e interesses ou, como os negros, a solidariedade que se forma a partir dos ataques raciais. Mesmo que se considere que Beauvoir tenha escrito tal afirmação há quase 80 anos, a ideia ainda se faz presente. Por mais que

hoje o conceito de sororidade, que é o apoio entre mulheres, seja vivo, real e festejado, como grupo ainda há uma distância grande de ações e consciência forte o suficiente para ser bom para todas as mulheres. Diz na ocasião a filósofa:

Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens - pai ou marido - mais estreitamente do que a outras mulheres. Burguesas são solidárias dos burgueses e não das proletárias; brancas dos homens brancos e não das mulheres negras [...] O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro (Beauvoir, 2008[1949], p. 16).

As redes de apoio entre mulheres são presentes e robustas em diversos lugares e contextos, capazes de transformar realidades. Ainda assim, muito mais entre mulheres de vidas semelhantes e menos entre mulheres de pontos de partida distintos. Com o perigo de algumas acreditarem que o que serve a elas é universal e aplicável a todas as mulheres. Esse esgarçamento do tecido social feminino é um ponto nevrálgico na nossa capacidade de concretizar conquistas e fazer valer direitos. Mas, antes de olhar para essa questão, vamos examinar avanços dentro do capitalismo que, na verdade, acabam aprisionando as mulheres em outros formatos.

1.4 A mulher “moderna”

O capitalismo coloca fortes obstáculos à realização plena da mulher, inclusive quando parece vantagem. Na Revolução Industrial, no final do século 18, o trabalho da mulher passa do doméstico para o da fábrica, com remuneração. As portas do mercado se abrem para o feminino e a percepção sobre as mulheres na sociedade se transforma – tornam-se figuras ativas na produção econômica. No entanto, as condições de trabalho eram precárias e os salários inferiores aos dos homens por exaustivas jornadas de até 17 horas. Destaca Marx (2008[1867], p. 449-450):

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de

idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes.

A passagem do tempo e mudanças das estruturas socioeconômicas não melhoram a condição feminina em meio ao capitalismo. Como destaca Saffioti (2021[1969]), as facilidades da vida moderna, a partir do século 20, continuaram a manter a mulher trabalhadora sem reconhecimento pelo trabalho doméstico e acumulando obrigações. A atividade fora de casa era vista como pouco significativa, como uma ajuda familiar, quando necessário, e não uma realização. “É ilusório imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente” (p. 128).

Segundo a autora, a indústria de eletrodomésticos, a existência de produtos alimentícios semiprontos, a limitação da natalidade, a antecipação do início da educação das crianças (escolas maternas e, sobretudo, jardins de infância) e tantos outros produtos da civilização moderna têm poupado a mulher de serviços mais fatigantes e demorados (p. 124). No entanto, essas facilidades continuam mantendo a mulher presa ao lar, e o preço nem sempre pode ser pago pelas famílias que mais necessitam de tais facilidades. Esses recursos não existiam para uma grande parcela das mulheres economicamente ativas, tornando sua integração na sociedade mais difícil. Para as que tinham posses, tais produtos serviam como paliativo para as insatisfações de uma vida restrita e sem perspectivas.

Afirma Gonçalves¹ no prefácio da edição de 2013 de “A Mulher na Sociedade de Classes”, de Saffioti (2021[1969], p. 21):

O capitalismo, segundo Saffioti, pode até se revelar maleável e até mesmo permitir e estimular mudanças. Todavia, isto não significa que ele oferece plenas possibilidades de integração social feminina. Para a autora, neste modo de produção, as características naturais (sexo e raça) se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes [...] não reconhece o feminismo pequeno-burguês de onde advêm as teorias que atrelam a emancipação feminina ao desenvolvimento econômico, o caminho para a superação da desigualdade de sexo.

Condições plenas de igualdade entre gêneros e capitalismo são inconciliáveis. Ao mesmo tempo, a luta de classes não conduz à emancipação humana sem destruir, concomitantemente, a opressão feminina. Para Saffioti

¹ Professora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, e coordenadora do Núcleo de Estudos Heleith Saffioti (NEHS), na mesma instituição.

(2021[1969], p. 61), a mulher das camadas sociais ligadas à produção de bens e serviços jamais foi alheia ao trabalho. “Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social.” Mas o surgimento do capitalismo se dá em condições extremamente adversas à mulher, quando já se via periféricamente situada no sistema de produção, perdendo a importância de seu trabalho doméstico e sendo perseguida por seus saberes.

O modo capitalista lança mão da tradição para justificar a marginalização de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim, o sexo, há muito selecionado como fator de inferiorização da mulher, passa a interferir na constituição da sociedade competitiva e das classes sociais. Alegações de “deficiências” físicas e mentais do sexo feminino determinam a mulher como elemento obstrutor do desenvolvimento social. Quando na verdade, diz Saffioti (2021[1969], p. 66), é a sociedade que coloca obstáculos na realização plena da mulher.

Entretanto, a sociedade não prescinde do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Há uma imensa massa feminina no trabalho industrial, por exemplo, mas com salários mais baixos do que os dos homens, com jornadas de trabalho intensas e extensas. Por outro lado, o trabalho feminino acaba visto como causa do desemprego masculino. Operários do século 19 já hostilizavam as mulheres sem perceber que não eram elas as responsáveis pelo desemprego que os atingia. O próprio sistema capitalista criava as condições ao tirarem o máximo de mais-valia do trabalho feminino.

Nas épocas de crise econômica, o sexo opera como fator de seleção dos trabalhadores, expulsando as mulheres muito mais do que os homens da estrutura ocupacional (como ocorreu na pandemia de Covid-19 e pode ser constatado no capítulo 2). O desemprego feminino afeta menos a família porque seu salário é mais baixo, escreveu Saffioti em 1969, parecendo “natural à sociedade que ele seja temporariamente suprimido” (p. 493). Segue sendo uma realidade nos dias atuais.

Já no século 20 ainda não era permitido às mulheres pensar o trabalho como o desenvolver de uma carreira. Seus empregos, como vendedoras ou secretárias, em países como Brasil e Estados Unidos dos anos 1960, eram para ajudar a pagar empréstimos e estudos dos filhos (Saffioti, 2021[1969], p. 81). Para muitas, eram ocupações apenas enquanto esperavam um casamento. A convicção

de que a missão da mulher é o matrimônio era mais forte do que nunca. E devido à procriação elas acabavam em trabalhos subalternos e mal remunerados.

Mas, como destaca Saffioti (2021[1969], p. 86), a maternidade não pode ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres, já que toda a sociedade é interessada em nascimentos. Portanto, deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade – e a licença-maternidade vem dessa ideia. Ainda hoje parte das próprias mulheres fazem de si mesmas esse julgamento de um destino profundamente determinado pelo gênero, criando um medo inconsciente de falhar e reduzindo aspirações.

Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve em nível de consciência, muito mais do que perceber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio. Todavia, o equilíbrio da mulher não pode ser pensado exclusivamente como o resultado do exercício de uma atividade ocupacional [...] Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes e, de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família [...] buscar a integração na estrutura de classes e entre os papéis ocupacionais e os familiares constitui, para a mulher, uma sobrecarga considerável. Esta dificuldade tem levado muitas a abrir mão de uma possível realização profissional [...] (Saffioti, 2021[1969], p. 96-97).

Portanto, ressalta Saffioti (2021[1969], p. 427), a exaltação da mulher como esposa exemplar e mãe dedicada, seu trabalho em atividades menos reconhecidas ou não pretendidas pelos homens e a “certeza” de sua vocação para o cuidado de terceiros “revelam nada menos que o esforço da sociedade para conservar-se”. Há todo um sistema de constrangimento colocado como barreira à ascensão da mulher para mantê-la em condições desiguais em relação ao homem: reforça-se a mística do papel de mãe e esposa como desejo e destino; para elas são reservadas atividades mal remuneradas ou sem prestígio social; busca-se manter baixas as aspirações femininas para não provocar tensões; e impedir mecanismos de mudança na estrutura familiar.

É importante destacar que as desigualdades de capacidade intelectual se deviam a fatores históricos, que levaram a mulher a permanecer na inferioridade mental e social. No período colonial eram traços femininos a timidez e a ignorância. Por não saberem ler e escrever, muitas tiveram suas fortunas lesadas em benefício de estranhos (Saffioti, 2021[1969], p. 268). Ainda no século 19, mestras tinham

piores remunerações e, no ensino de exatas, por exemplo, não tinham conhecimento de geometria, passando às meninas apenas as quatro operações básicas. Os currículos feminino e masculino eram diferentes, o delas tinham lições ainda voltadas ao lar, julgando que não lidariam com determinados temas, portanto, não precisavam aprendê-los. Era uma educação para o casamento. Muitas aprendiam, por exemplo, idiomas, para que o futuro marido pudesse exibir em reuniões uma esposa culta e requintada. A elas era reservado apenas o primeiro grau (hoje ensino fundamental), enquanto liceus, ginásios (ensino médio) e academias (superior) eram para os homens (p. 274).

Nos lembra Spivak (2018[1942]), a subalternidade de determinados sujeitos e as formas de repressão a eles existem para que seus devidos lugares sejam permanentes.

[...] o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado [...] apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos insurgentes, a construção ideológica do gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2018[1942], p. 66-67).

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões no mundo econômico. Apesar dos salários mais baixos, o trabalho em lojas, fábricas e escritórios rompeu o isolamento de grande parte das mulheres. A educação doméstica se conserva, mas a educação escolarizada tem um crescente. Diminuindo a segregação sexual e a reclusão ao lar, caem as diferenças culturais entre os gêneros. Com o controle da natalidade e o recurso da separação legal disponível, as mulheres ganharam mais liberdade e possibilidade de circular na sociedade. Sempre lembrando: algumas podem mais do que outras, de acordo com as circunstâncias e contextos em que vivem.

1.5 Feminismo civilizatório

Para quem estuda gênero, direitos e conquistas das mulheres, não há dúvidas sobre o papel crucial do movimento feminista para melhorar as condições femininas nos mais diversos campos. Contudo, com o tempo, tornou-se evidente

que uma parte das ativistas considerava que seus meios de emancipação deveriam ser replicados para o bem de todas. Desconsideravam características particulares e culturais de outras mulheres e que, atravessadas por problemas diferentes, o que era solução para algumas não seria para outras. Afirma Butler (2003, p. 23) que a insistência num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. “Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com princípios emancipatórios.”

Assim, as feministas brancas passaram a ser criticadas por outras vertentes feministas e classificadas a partir do chamado feminismo civilizatório. O termo foi cunhado pela cientista política Françoise Vergès (2020) para se referir ao feminismo que valoriza a ascensão econômica individual, é predominantemente branco e ocidental e tornou os direitos das mulheres um trunfo a ser explorado pelo neoliberalismo. Ou seja, o mercado responderia e atenderia às necessidades femininas mais do que o Estado seria capaz. Mas, num mundo desigual, o mercado não está acessível a todas as mulheres através do capital.

As políticas públicas precisam existir para dar conta das necessidades e segurança das mulheres em todas as suas dimensões. E, mesmo que nem todas precisem do acesso a determinadas políticas públicas, faz-se urgente que todas apoiem essas ações para que, como grupo, sejamos menos vulneráveis a violências e crises da sociedade. Escreve Vergès (2020, p. 22) no prefácio de “Um Feminismo Decolonial”, em março de 2020, início da pandemia de Covid-19:

Entre os elementos do confinamento que contribuem para as diferenças de classe, gênero e racialização, há aquelas/aqueles que vivem em 12 m² e aquelas/aqueles que vivem em 150 m², aquelas/aqueles que podem usar o serviço de delivery ou não, aquelas/aqueles que têm como se cadastrar em diversos sites de streaming ou não, aquelas/aqueles que possuem uma boa banda larga para garantir cursos em casa ou não, aquelas/aqueles que podem ajudar crianças com deveres de casa ou não, aquelas/aqueles que têm computador e impressora ou não, aquelas/aqueles que estão totalmente isolados/as ou não, estrangeiros/as legalizados/as ou não, aquelas/aqueles que estão financeiramente confortáveis ou não, as mulheres e crianças que vivem com seus companheiros violentos, as mulheres sozinhas com crianças - em resumo, milhares e milhares de situações tragadas por um discurso nacional de um país onde as desigualdades, as violências do Estado, o racismo e o sexismo organizam a vida social há anos [...] O desprezo imenso traça novamente uma fronteira entre vidas que importam e vidas que repousam sobre o trabalho mal pago, explorado, invisível, porém necessário de centenas de milhares de outros.

Na obra, a autora destaca a realidade de bilhões de mulheres que se ocupam da “incansável tarefa de limpar o mundo” (Vergès, 2020, p. 24). Ressalta que há um entendimento social de que esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer sem reclamar há séculos: o trabalho feminino de cuidar e limpar de forma gratuita. E começa cedo. Meninas costumam assumir mais tarefas domésticas do que os meninos nas famílias. A pesquisa “Por ser menina”, realizada desde 2014 pela organização humanitária Plan International Brasil, em 21 cidades brasileiras, aponta discrepâncias significativas em relação às tarefas do lar. Entre as meninas, 81,4% arrumam a própria cama, 76,8% lavam louça e 65,6% limpam a casa. Entre os meninos, 11,6% arrumam a cama, 12,5% são responsáveis pela louça e 11,4% limpam a casa (Plan International Brasil, 2021).

Uma segunda edição da pesquisa, de 2021, indicou que 84% das meninas relataram aumento da quantidade de serviços domésticos que eram obrigação delas na pandemia. Em 2023 surgiu uma tendência nas redes sociais, especialmente no TikTok, com meninas adolescentes reclamando da sobrecarga de trabalhos domésticos e cuidados dispensados a irmãos mais novos. A partir dessas histórias, Yang Hu (11 abr. 2023), professor de Sociologia da Universidade Lancaster, no Reino Unido, escreveu um artigo sobre a síndrome da filha mais velha, indicando o quanto a desigualdade na divisão de tarefas domésticas se reproduz nas gerações seguintes. O impacto da contribuição ao trabalho doméstico no bem-estar e nos estudos das meninas, afirma o especialista, é subestimado. De acordo com dados do Fundo das Nações para a Infância (Unicef, 7 out. 2016), meninas de 5 a 14 anos passam 40% mais tempo realizando atividades do lar do que os meninos em regiões como Norte da África, Oriente Médio e Sudeste Asiático.

Para Maria Mies (cf. Mies; Salleh, 1990), o estudo de Marx e Engels sobre trabalho assalariado e o capital exclui todas as relações de trabalho não assalariadas. Essas são empurradas para a ideia de “natureza”, chamadas de “pré-capitalistas”, como o trabalho de dar e sustentar a vida feito por mulheres. Ao chamar o trabalho assalariado de “produtivo” e todos os outros tipos de trabalho não assalariado de “não produtivos” ou naturais, Marx contribuiu para a “naturalização” do trabalho feminino, que desaparece da esfera social ou humana e torna-se invisível por ser natural. O problema desse conceito marxista de trabalho não é apenas sua divisão dualista “entre 'natureza' e 'sociedade'”, mas a relação de dominação existente entre esses dois pólos: a sociedade domina a natureza, a

cultura domina a natureza, o homem domina a mulher” (cf. Mies; Salleh, 1990, p. 74).

Retomando Vergès (2020), ela diz que o capitalismo produz trabalhos invisíveis e vidas descartáveis na indústria da limpeza, perigosa para a saúde ao lidar com produtos químicos e sujeira. Quem se vê em tal situação enfrenta emergências femininas que não correspondem às questões de mulheres em situação privilegiada. Assim, não basta oferecer a elas soluções homogêneas.

A vida confortável das mulheres da burguesia só é possível em um mundo onde milhões de mulheres racializadas e exploradas proporcionam esse conforto, fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham, tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros. Consequentemente, elas têm como passatempo discutir a legitimidade das coisas, reclamar que não querem ser ‘incomodadas’ no metrô ou aspirar a postos de lideranças de grandes empresas (Vergès, 2020, p. 26).

Apesar de parecer radical e incômoda, a colocação de Vergès é um exemplo importante de que o feminismo não pode ter respostas isoladas e iguais para as diversas condições femininas. E que, de alguma forma, parte das mulheres também tem responsabilidade na opressão vivida pela outra parte. Inclusive mulheres das camadas médias e assalariadas, que também empregam mulheres como domésticas e tentam reproduzir por meio do capital um status de classe abastada.

Federici (2019) aprofunda a análise do tema ao destacar que a mulher que trabalha como empregada doméstica sofre uma dupla exploração: capitalista e de gênero. A exploração pelo capital se materializa com má remuneração e precarização dos direitos trabalhistas. A de gênero pela assunção de tarefas reprodutivas historicamente atribuídas ao feminino e desvalorizadas pela sociedade patriarcal. Essa dinâmica leva a uma cadeia na qual as com mais recursos (muitas vezes, também trabalhadoras, mas com salários mais altos) pagam outras mulheres (geralmente mais vulneráveis economicamente e, no caso brasileiro, majoritariamente negras), criando relações de poder e desigualdade entre as próprias mulheres, dificultando a solidariedade e a luta conjunta.

E, ao acreditarmos que o mercado e o consumo resolverão os problemas femininos por meio do capitalismo neoliberal, reforçamos a exclusão daquelas cujo acesso às ofertas do mercado é impossível. O Estado de bem-estar social e o acesso a direitos por meio de políticas públicas devem ser exigências coletivas.

Também Rafia Zakaria (2021, p. 18) faz críticas sobre o feminismo declarado como ideal, no qual “as mulheres que são pagas para escrever sobre feminismo, que lideram organizações feministas e fazem política feminista no mundo ocidental são brancas e da classe média alta”. Afirmar a autora:

Essas são nossas especialistas [...] que sabem, ou pelo menos dizem saber, o que significa feminismo e como ele funciona. Do outro lado, temos as mulheres de cor, trabalhadoras, imigrantes, pertencentes a minorias, indígenas, trans, moradoras de abrigos - muitas das quais vivem como feministas, mas raramente conseguem falar ou escrever sobre si. Existe uma suposição incipiente, criada por outras feministas brancas, de que as mulheres realmente fortes, as feministas “de verdade”, não acabam em situações abusivas [...] a imagem de feministas brancas como salvadoras é estimulada/mantida, assim como a de mulheres de cor como aquelas que são salvas (Zakaria, 2021, p. 18).

A reflexão da autora leva à compreensão de que há um tipo de feminismo que se considera superior, com uma perspectiva de ponto de partida original a partir do qual todo o resto deve ser medido. Se não for assim, é visto como uma ameaça à legitimidade da própria contribuição das feministas brancas e ocidentais para os direitos das mulheres. Como se um conhecimento suplantasse o outro.

Zakaria (2021), uma advogada de direitos humanos de origem paquistanesa, critica também a ideia de que a luta feminista tenha um modelo único. Para mulheres racializadas e periféricas, a postura feminista não necessariamente é sobre debates e posicionamentos veementes.

A resiliência, o senso de responsabilidade, a empatia e a capacidade de ter esperança delas também são qualidades feministas, mas não aquelas que a atual aritmética do feminismo vai reconhecer. No sistema de valores do feminismo branco, é a rebeldia, em vez da resiliência, que é vista como a principal virtude do feminismo; o sofrimento das minhas ancestrais maternas é categorizado, assim, como um impulso pré-feminista, equivocado, ignorante e incapaz de conquistar mudanças [...] O fato de que a resiliência pode ser uma qualidade feminista tanto quanto a rebeldia se perde na história do feminismo escrita e povoada inteiramente por mulheres brancas (Zakaria, 2021, p. 25).

Em sua obra “Contra o feminismo branco”, a autora conta que em países como a Índia e o Paquistão, que foram colônias britânicas, as mulheres brancas chegavam dispostas a construir escolas para garotas ou para treinar professoras. No entanto, eram mal preparadas para lidar com diferenças culturais básicas. Por exemplo, as roupas. E as mulheres locais não se tratavam de ignorantes a serem educadas. Perto da metade do século 19, as indianas já publicavam suas próprias

revistas que lidavam com questões femininas. Em 1905, Begum Rokeya Sakhawat Hossain, esposa de um funcionário público de Bengala, escreveu um dos principais textos feministas da literatura indiana em inglês. Em “O sonho da sultana”, a protagonista é transportada para um mundo maravilhoso sem homens e no qual mulheres controlavam tudo. A história era fictícia, mas refletia a estratégia “separatista” adotada pelas mulheres indianas em suas organizações, não permitindo que homens ocupassem nenhum dos altos cargos.

No século 20, quando as sufragistas se aproximavam de conquistar o voto, queriam que as irmãs colonizadas se engajassem na luta. “Mas as indianas [...] tinham como especial preocupação o fim da dominação colonial. As sufragistas britânicas se recusaram a apoiar a luta contra a dominação colonial no exterior” (Zakaria, 2021, p. 48). A poeta Sarojini Naidu, entre outras, adotou o lema de Mahatma Gandhi: a Índia não pode ser livre até que as mulheres sejam livres, e as mulheres não podem ser livres até que a Índia seja livre. Naidu foi líder do Movimento Deixe a Índia para que os britânicos fossem embora. Mulheres indianas desejavam votar, mas em um país livre do colonialismo inglês. Afinal, qual seria de fato o poder do voto em um país subjugado?

Outro exemplo de miopia sobre o que seria resposta para os problemas femininos pode ser verificado considerando a Aliança Global por Fogões Limpos, da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1995, a Declaração de Pequim, adotada na Quarta Conferência Mundial da Mulher, estabeleceu uma política de igualdade, desenvolvimento e paz para todos, com um plano de ação global para o empoderamento de meninas e mulheres. Cem milhões de “fogões limpos”, ou seja, elétricos, que não eram a lenha nem a carvão, seriam distribuídos a mulheres em situação de vulnerabilidade. Para isso, o Banco Mundial arrecadou US\$ 130 milhões com doações de treze países. Segundo Zakaria (2021, p. 84), a boa ação teve impacto negativo na Índia, por exemplo:

[...] ninguém perguntou às mulheres que de fato cozinhavam se elas queriam fogões novos, nem pensaram nos motivos pelos quais, como acabou acontecendo, elas não os quiseram: para começar, o ato de recolher a lenha (que não envolve derrubar árvores nem tem o impacto ambiental que se acreditava) vinha sendo, durante séculos, um ritual por meio do qual as mulheres da zona rural estabeleciam e mantinham seus vínculos sociais. Era nessas trocas que elas debatiam como resolver seus problemas, como superar as muitas dificuldades enfrentadas pela comunidade, compartilhavam alegrias e perdas, além de notícias de familiares e amigos. Era parte essencial da socialização das mulheres nessas regiões [...]

cozinhar e cuidar da casa era visto por elas como um exercício de poder. Manter-se fiel às receitas tradicionais e àquela maneira de cozinhar [...] refletia seu compromisso com as tradições [...] a base de suas vidas e de suas famílias.

As estudiosas do feminismo decolonial, que questiona o civilizatório e considera relações de poder produto das colonizações, criticam a ideia de empoderamento que ganhou força entre os anos 1990 e 2000. Afirmam que o termo foi esvaziado e despolitizado, com foco na capacidade de consumo, de crescimento de carreira, mas sem mobilização por políticas públicas que alcancem todas as mulheres. Tornou-se individualista e voltado para a expansão do mercado. Questionam como esse empoderamento não olha para a contínua exploração do trabalho feminino e para as causas da pobreza de milhares de mulheres pelo mundo. A pilhagem colonialista seria uma dessas causas ao esgotar riquezas de nações, assim como juros atuais do mercado financeiro com valores calculados “com base no mínimo que se pode pagar a elas para produzir camisetas e calças jeans” (Zakaria, 2021, p. 100).

O crescimento da participação das mulheres na economia entre os anos 1970 e 1980 se deu além da economia doméstica, criando uma nova categoria de consumidora. O marketing inventou um feminismo sexy direcionado à compra de produtos supostamente empoderadores, de roupas a acessórios, de cosméticos a brinquedos sexuais, passando pelo entretenimento e pela cultura. O foco era a busca do prazer e do desejo de vencer, de seguir adiante – pouco preocupado com o coletivo e a solidariedade feminina.

Para Zakaria (2021, p. 154), a transformação política estava fora de cena, “[...] o que estava dentro era o aumento do poder de compra individual da mulher, tornando-a um espécime melhor do *homo economicus*”. A autora cita Millet, para quem a liberação sexual não podia ser a única forma de liberação das mulheres porque o sexo também podia ser um meio de perpetuação do patriarcado. O feminismo não podia deixar de lidar com esse tema se quisesse de fato atingir a igualdade e canalizar o poder real da Revolução Sexual como meio de desmoronamento dos sistemas de poder, que, então, levaria à igualdade para as mulheres.

Entretanto, o empoderamento ficou atrelado ao consumo de certos produtos e ao sexo como protagonista da liberação feminina e do exercício de poder das

mulheres. Quem ganhou foi um feminismo corporativo que incentivava o consumo desenfreado para moldar a mulher empoderada. A liberdade é reduzida a consumir e performar sexualmente – sem justiça social, igualdade ou redistribuição de recursos. E aqui vale a reflexão sobre o quanto as ondas feministas não se deram por escolhas, em grande medida, produzidas pelo mercado e por aquilo que reproduzia o universo masculino.

A primeira onda feminista é marcada pelo sufrágio. A segunda, pelo feminismo radical em busca de recriar estruturas políticas e sociais, com trabalhadoras ávidas por conquistar novas oportunidades. A terceira onda marca o feminismo corporativo, consumista e individualista. A quarta, para Bilge e Collins (2021, p. 148), é de um feminismo digital, no qual plataformas desempenham papel importante na introdução do feminismo entre as novas gerações de meninas e adolescentes, mudando o perfil da idade média das feministas. Cada fase – mesmo a terceira – trouxe avanços, informação e conhecimento para as mulheres. Mas favorecendo um constructo socioeconômico no qual quem dita as regras não são as emergências de segurança do feminino.

As mulheres agora podiam escolher entre múltiplas marcas de sabão em pó, mas adiaram ou negligenciavam oportunidades de se organizar politicamente para reivindicar creches gratuitas para todas as mulheres [...] Essas escolhas davam a ilusão de poder e controle nesse constante “isso ou aquilo”, que é a base do mundo das compras. E a compradora é sempre uma mulher individual. Ela pode escolher comprar esse ou aquele carro, essa ou aquela casa, exercendo poder econômico enquanto o poder coletivo das mulheres [...] se esvai (Zakaria, 2021, p. 160).

Se a independência e a liberação sexual das mulheres brancas é algo a ser celebrado na sociedade, no caso das mulheres negras o mesmo contexto é considerado um perigo para o sistema. Deve ser reprimido e trazido para dentro dos limites da decência definida pelos brancos. Diz Zakaria (2021, p. 182) que, se meninas e mulheres negras “são sexualizadas demais e não cobrem o corpo o suficiente, as meninas norte-americanas muçulmanas, incluindo as que são negras, cobrem o corpo demais e vivem sendo solicitadas a remover seus véus”.

Feminismo de escolha é um termo cunhado pela advogada e filósofa Linda Hirshman (2007), que seria o movimento liberando as mulheres para tomarem as decisões que quisessem. Ela se debruça principalmente nas escolhas relacionadas a trabalho assalariado e a trabalho não remunerado em casa. Mas critica que a ideia

de feminismo de escolha permite às mulheres não dar opinião e não contestar o status quo, abstendo-se de julgar as próprias ações – ainda que essas ações prejudiquem outras mulheres –, evitando decisões difíceis e a exigência de mudanças por parte dos amigos, da família e dos companheiros sobre o que reforça os preconceitos e as violências contra as mulheres. A escolha não está de fato ao alcance de todas nós. E as que têm escolha para parte de suas ações não podem ignorar a importância do combate às opressões que sujeitam o feminino de maneira comum.

Já o feminismo corporativo, para Zakaria (2021, p. 227), seria um culto ao individualismo, encorajando as mulheres a acreditarem que “chegaram lá” sozinhas e sem nenhum custo a quem lutou para abrir os espaços que caminham. Para ela, a sugestão de que o privilégio racial pode ter desempenhado papel em sua ascensão é uma ameaça para a mitologia da supermulher que se constrói com esforço próprio. Parte das mulheres considera progresso apenas assumir os mesmos papéis dos homens – e agindo da mesma maneira. Instituições agora lideradas por mulheres praticam exclusões e pagamentos desiguais.

A visão individualista do capitalismo sobre o sucesso, de ter um crescimento pessoal por meio do trabalho duro, promove a ilusão de que o sistema seria justo e recompensaria os esforços de forma linear e consistente. Então, a subjetividade do homem branco, mascarada como uma subjetividade sem raça e sem gênero, é apenas transferida para aquela que, apesar do gênero, compartilha muitas das características culturais, econômicas e sociais masculinas de dominância.

As engrenagens do capitalismo são ruins para todas as mulheres. E o feminismo que resulta do capital é despolitizado, corporatizado, consumista e dominador. Acaba que o foco é conquistar o sistema, exatamente como os homens fizeram. Por isso, é importante olhar além do gênero e compreender as diversas opressões que atravessam a realidade feminina. A interseccionalidade nos ajuda a compreender.

1.6 Múltiplas desigualdades

Em 1991, a professora e teórica feminista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (jul. 1991) publicou um dos artigos mais inovadores dos estudos

feministas. Em “Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor”, ela argumenta que a investigação e a práxis interseccionais são necessárias para abordar o problema social da violência contra as mulheres de cor. Ou seja, soluções continuarão improváveis se a questão for vista por lentes exclusivas e isoladas. A autora, então, introduz o conceito de interseccionalidade para a compreensão das dinâmicas de opressão que afetam mulheres não brancas por meio da interconexão de diferentes formas de discriminação, como raça, gênero, classe e sexualidade. A partir da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, África do Sul, em 2001, o termo conquistou popularidade acadêmica como ferramenta de análise e agência.

Crenshaw argumenta que as experiências de mulheres de cor não podem ser compreendidas apenas através das lentes do feminismo branco ou do ativismo antirracista. A interseccionalidade, assim, permite uma análise mais detalhada e complexa das identidades e das formas como diferentes sistemas de opressão se sobrepõem. Ela destaca como as vozes das mulheres racializadas foram historicamente marginalizadas, tanto no feminismo quanto nos movimentos pelos direitos civis, e explora como são frequentemente invisibilizadas, com políticas de proteção que não levam em conta as especificidades das suas experiências.

A violência que muitas mulheres experimentam é muitas vezes moldada por outras dimensões de suas identidades, como raça e classe. Além disso, ignorar a diferença dentro dos grupos contribui para a tensão entre estes [...] Embora o racismo e o sexismo se entrecruzam facilmente na vida de pessoas reais, raramente o fazem nas práticas feministas e antirracistas (Crenshaw, jul. 1991, p. 1242).

Segundo Crenshaw, a experiência interseccional é maior do que a soma de racismo e sexismo. Análises que não levam isso em consideração não darão atenção suficiente às particularidades a que as mulheres não brancas são subordinadas. Elas estão diferentemente situadas no mundo econômico, social e político. Quando os esforços em nome das mulheres negligenciam esse ponto crucial, as mulheres racializadas têm menos probabilidade de ter suas necessidades atendidas em relação às mulheres racialmente privilegiadas.

[...] o racismo, tal como experimentado por pessoas não-brancas que pertencem a um gênero particular - o homem - tende a determinar os

parâmetros das estratégias antirracistas, assim como o sexismo experimentado pelas mulheres de uma raça particular - branca - tende a fundamentar o movimento das mulheres. O problema não é simplesmente que ambos os discursos falham às mulheres não-brancas ao não reconhecer a questão 'adicional' da raça ou do patriarcado, mas que os discursos são muitas vezes inadequados até mesmo às tarefas discretas de articular as dimensões completas do racismo e do sexismo. Como as mulheres não brancas vivenciam o racismo de maneiras nem sempre as mesmas que as experimentadas por homens não-brancos e sexismo de maneiras nem sempre paralelas às experiências das mulheres brancas, o antirracismo e o feminismo são limitados, mesmo em seus próprios termos (Crenshaw, jul. 1991, p. 1252).

Reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros em seus movimentos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras. Como destaca a filósofa Djamila Ribeiro (2020, p. 39), é comum ouvir a frase “mulheres ganham 30% menos do que os homens no Brasil” quando a discussão é desigualdade salarial. Mas ela questiona: essa afirmação está incorreta? Logicamente não, mas do ponto de vista ético, sim. “Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos.” A autora ressalta ainda que as mulheres negras estão inseridas em mais relações precárias de trabalho, são maior contingente entre desempregados e maioria no trabalho doméstico. “A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que apenas parte desse ser mulher seja visto” (Ribeiro, 2020, p. 41).

Portanto, para atender às demandas e necessidades de todas as mulheres, é imprescindível compreender que suas emergências jamais serão todas iguais. Como destacam Bilge e Collins (2021, p. 16), apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social e sustentam desigualdades. E a interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber.

As autoras lembram que versões oficiais da história podem ser amplamente aceitas, mas a interpretação direta da história que elas fazem privilegia alguns grupos em detrimento de outros, realçando certas experiências em detrimento de outras. “As pessoas são ensinadas a tratá-las como universais, mas as histórias oficiais apresentam, em geral, uma visão parcial do mundo, de acordo com a perspectiva dos grupos dominantes”, afirmam Bilge e Collins (2021, p. 89). Ngozi Adichie (2019) nos lembra o perigo de uma história única.

A interseccionalidade promove um entendimento complexo das identidades individuais. Transforma o significado de identidade de “o que se tem” para “o que se constrói”. E se aplica diferentemente de um contexto social para outro, contextos esses moldados por relações de poder interseccionais e pelo modo como são contadas as histórias. Hall (2017, p. 16, grifos do autor) resume tal tensão:

A identidade não é um conjunto de atributos fixos, a essência imutável do eu interior, mas um processo de posicionamento em constante mudança. Tendemos a pensar que a identidade nos leva de volta às nossas raízes, à parte de nós que permanece essencialmente a mesma ao longo do tempo. De fato, a identidade é sempre um *processo* de devenir que nunca se completa - um processo de identificações mutáveis, não um estado de ser singular, completo e acabado.

Para Bilge e Collins (2021, p. 199), as pessoas têm muitas escolhas e uma agência considerável sobre quem escolhem ser, mas dentro das limitações impostas pelas circunstâncias sociais, que independem de sua escolha. Manifestamos combinações variadas de nossas múltiplas identidades de gênero, sexualidade, raça, etnia e religião em situações diferentes. E o contexto social, reforçam as autoras, é importante na maneira como as pessoas usam a identidade para criar espaço de liberdade pessoal.

As mídias digitais e redes sociais constituem um vibrante palco da interseccionalidade e dessa multiplicidade das identidades. Na internet, uma nova geração de ativistas, artistas e especialistas discutem suas questões intelectuais e políticas com alcance global. Os ambientes digitais passaram a desempenhar um papel cada vez mais proeminente na mediação de questões de interesse público e de encontro entre aquelas que se reconhecem em suas histórias pessoais e lutas.

No entanto, no virtual não se pode ignorar que forças reacionárias têm mais dinheiro e são mais organizadas digitalmente. Assim, é constante a capacidade de distorcer e desmerecer conteúdos sobre as mulheres e mesmo atacá-las com discursos de ódio promovidos por indivíduos brancos, cisgênero e homens. Esses discursos, dizem Bilge e Collins (2021, p. 74), incluem “não apenas palavras, mas uma série de imagens, letras de música, gestos e outras formas de comunicação que, coletivamente, contribuem para um *éthos* de violência”. Ou seja, fomentam o abuso contra as mulheres. O resultado é que para muitos a misoginia ganha sentido diante de outras opressões, como de raça, religião, heterossexualidade, classe e capacidade.

Akotirene (2023, p. 26) aborda um ponto crucial a partir da interseccionalidade sobre o envelhecimento das mulheres. Se o feminismo hegemônico argumenta que na velhice as mulheres experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho e de classe ao perderem frequentemente a aposentadoria para outras pessoas da família, ainda assim é a “marcação de raça que garantirá às mulheres brancas segurança social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas”. Para a mulher negra, inexistente o tempo de parar de trabalhar.

A autora traz um outro exemplo que faz pensar a importância da análise interseccional, ao trazer o dado que indica que oito em cada dez mulheres no Brasil que dão à luz a bebês com microcefalia são negras (Werneck, fev. 2016). A pobreza seria apenas a ponta do problema. Citando Góes (26 out. 2016), afirma que essas mulheres pariram filhos com microcefalia porque são “negras, vítimas do racismo, gerador de pauperização, atendimento público precário, ausência de saneamento, impedindo os mosquitos de picarem as trabalhadoras brancas com a mesma frequência” (*apud* Akotirene, 2023, p. 49). Portanto, epidemias como as de zika e microcefalia no país são dimensões de um racismo institucionalizado.

Cabe aqui citar Vêras (2010), que em suas reflexões aponta que a noção de “vulnerabilidade” tem sido apresentada por autores como um termo mais adequado que “pobreza” – mais relacionado à mensuração de renda monetária – e parâmetro importante para os estudos femininos. A análise do vulnerável se amplia abordando também exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante do risco. Enquanto vulnerabilidade social engloba insegurança, exposição a riscos provocados por crises econômicas, a instabilidade das condições de vida dos grupos mais pobres e a (in)capacidade das famílias para enfrentar tais condições com os recursos de que dispõem.

1.7 Problema estrutural

A pandemia mostrou que as desigualdades e violências enfrentadas pelas mulheres não são apenas parte de uma conjuntura, mas, sim, um problema estrutural, que se construiu ao longo da história e se intensifica independentemente das transformações sociais. Esse problema estrutural vem de um sistema, o

capitalismo, que funciona usurpando muito do feminino, mediante a reprodução social, o trabalho doméstico não remunerado, os empregos mal remunerados, perigosos e informais, a sobrecarga que vem do cuidar. Uma crise do cuidado (Moreno, 21 set. 2021). Um processo permanente de invisibilização que naturaliza os trabalhos que sustentam a vida como responsabilidade das mulheres, como parte de uma essência, e não um processo social de responsabilização. E a violência contra as mulheres é essencial para a manutenção dessa divisão do trabalho e estruturação de dominação patriarcal. Colocá-las “no lugar” e restringir seus espaços, mesmo que à força, sempre que “necessário”.

Os exemplos, como vimos ao longo do capítulo, são abundantes e atravessam os séculos. Estão na história do colonialismo, na política da escravidão, na destruição violenta de sistemas de sobrevivência autossuficientes, no processo de caça às bruxas na Europa e sua contrapartida histórica nas colônias (Mies; Salleh, 1990). A dona de casa e a colonização fazem parte do sistema de mercado mundial, sendo ambas partes da acumulação de capital. Conforme Mies, as mulheres não podem esperar que a libertação venha da exploração contínua da natureza e de outros povos colonizados. Uma colônia não pode ser descolonizada à custa de outras colônias (cf. Mies; Salleh, 1990).

Na atualidade, há um crescente nas representações das mulheres na política. Parte delas, no entanto, levanta bandeiras reacionárias, que justamente reforçam a mística feminina. Focam, por exemplo, em liberdade, carreira e dinheiro, mas, quando se trata do atendimento à saúde da mulher, excetam os direitos sexuais e reprodutivos. Por conta da pandemia, vimos novos avanços como leis no enfrentamento da pobreza menstrual. Algo extremamente importante. Mas que vem desacompanhado de orientações e práticas pelos direitos sexuais e reprodutivos. Portanto, mais mulheres na política não necessariamente significou, até aqui, melhores condições de vida para as mulheres.

1.8 Sofrimento ético-político

Mais do que uma experiência individual a partir de uma sensação de desajuste, o sofrimento que atravessa a realidade feminina é sobre uma vivência de questões sociais presentes e dominantes em cada época histórica (Sawaia,

2016[1999]). Antes mesmo da pandemia, as brasileiras já carregavam o peso do sofrimento ético-político – categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social –, tratadas de diferentes formas e em variadas situações como apêndices subalternos da sociedade. Com dificuldades para lutar contra cerceamentos sociais marcados pelas desigualdades de gênero, raça e classe. A saber: a divisão sexual do trabalho com a sobrecarga da tarefa doméstica e do cuidado não remunerado; a violência de gênero; as disparidades salariais entre homens e mulheres e a presença massiva em trabalhos precarizados; e a invisibilização, com demandas silenciadas e deslegitimadas em espaços de poder e decisão.

Em “Exclusão ou inclusão perversa?”, texto de introdução assinado por Sawaia em “As artimanhas da Exclusão” (2016[1999]), obra da qual é organizadora, a autora afirma:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inserido de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão” (Sawaia, 2016[1999], posição 104).

A pandemia de Covid-19 joga luz sobre essas desigualdades, que se aprofundaram com a emergência sanitária. Logo, intensificando esse sofrimento intrínseco à posição feminina na sociedade, interferindo na liberdade e na autonomia das mulheres como não se esperava (ou se enxergava) a essa altura, quando tanto se celebravam barreiras que pareciam superadas. Uma dor profunda e coletiva, impedindo-as de viver plenamente, com um tipo de descrédito que atormenta.

Mas a teoria de Sawaia (2016[1999]) mostra que justamente a partir de dores como essa podem emergir resistência e potência. Por meio da construção ou do fortalecimento de redes de apoio e solidariedade comunitárias, as mulheres enfrentaram a pandemia. Com ônus, sem dúvidas. No entanto, denunciando seus próprios enfrentamentos, analisando e buscando ajuda para os enfrentamentos de outras mulheres. Compartilharam suas vivências para serem ponte na composição desta tese, como meio de estruturar melhores condições para si mesmas e suas pares em crises futuras.

A partir daqui, estatísticas e depoimentos permitem compreender como o sofrimento ético-político aparece na vida das mulheres e como foi intensificado na pandemia.

2 ESTATÍSTICAS: IMPACTOS DA PANDEMIA PARA AS MULHERES

Este trabalho está sendo escrito exatamente cinco anos após o início da pandemia de Covid-19. O cotidiano das pessoas voltou à normalidade. Mas a realidade feminina, não totalmente. Em alguns casos, piorou. A comprovação de que a pandemia de Covid-19 foi avassaladora na vida das mulheres é expressa em números. São muitas e variadas as estatísticas que indicaram piora na situação feminina, logo nos primeiros meses da emergência sanitária, em diferentes áreas: renda, emprego, rede de apoio e assistências sociais, sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, violência doméstica.

Meia década depois, há estabilização dessas questões para uma parte considerável das mulheres. Mas o lugar de vulnerabilidade experimentado no momento da crise colocou muitas em situações de risco, que deixaram sequelas emocionais, físicas, materiais e socioeconômicas, que podem se estender por muitos anos – se não por uma vida.

O Relatório Final da CPI da Covid-19 (Senado Federal, 2021), documento com 1.180 páginas elaborado pelo Senado Federal, a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, para apurar ações e omissões do então governo federal no enfrentamento da emergência sanitária, dedica um subcapítulo inteiro à condição das mulheres no país na ocasião. É um compilado de dados de pesquisas e situações reais que mostram as perdas e o sofrimento acarretado por tais perdas no período.

Divulgado em outubro de 2021, o relatório trouxe um balanço expressivo dos impactos da pandemia na realidade das mulheres. É o principal ponto de partida para apresentação das estatísticas sobre o tema deste trabalho. A seguir, trechos do documento, a partir da página 604, do subcapítulo voltado especificamente para as circunstâncias e os desafios das brasileiras, com uma breve análise de cada ponto.

1. Covid-19 atingiu mais mulheres do que homens

Os boletins epidemiológicos mostraram que em todos os estados, com exceção de Pernambuco, as mulheres foram pouco mais de 50% das pessoas infectadas pelo coronavírus. Indicativo de que elas estavam mais expostas à doença. O texto afirma que isso talvez seja reflexo da maior participação feminina em profissões ligadas ao cuidado e à limpeza. O documento destaca que as duas primeiras mortes pela Covid no Brasil foram das trabalhadoras domésticas Rosana Aparecida Urbano, 57, de São Paulo, e Cleonice Gonçalves, 63, do Rio de Janeiro. “Duas mulheres negras, provavelmente contaminadas no local de trabalho” (Senado Federal, 2021, p. 604).

O trecho evidencia que ocupações frequentemente desvalorizadas e com condições de trabalho precárias colocaram as mulheres na linha de frente da pandemia. Enfermeiras, técnicas de enfermagem, cuidadoras de idosos, profissionais de limpeza e trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres, continuaram as atividades essenciais, muitas sem equipamentos de proteção adequados, expondo-se diariamente ao risco de contaminação.

As duas primeiras mortes decorrentes da Covid-19 no Brasil, duas mulheres negras e trabalhadoras domésticas, são um exemplo contundente da intersecção de vulnerabilidades. Além de serem mulheres em uma profissão de alto risco, o fato de serem negras expõe a camada adicional de discriminação e desigualdade que historicamente afeta essa população no Brasil. Como tantas outras, estavam em seus locais de trabalho e foram as primeiras a pagar o preço mais alto.

2. Condições econômicas da população feminina retrocederam dez anos

Cálculo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) apontou retrocesso de dez anos nas condições econômicas das mulheres. Elas ocupam as posições mais precárias do mercado de trabalho, além de serem maioria nos empregos informais – rapidamente e diretamente afetados pela quarentena. Sem a possibilidade de migrar para o home office, perderam logo o emprego e, muitas vezes, não contavam com nenhuma proteção previdenciária. Quanto às trabalhadoras domésticas, “as quais historicamente são afetadas pela informalidade e precariedade nas condições de trabalho, tiveram a situação ainda mais agravadas” (Senado Federal, 2021, p. 605).

A regressão está diretamente ligada à estrutura do mercado de trabalho, com as mulheres ocupando posições com salários menores ou empregos informais,

sem direitos trabalhistas, proteção previdenciária e, conseqüentemente, segurança em momentos de crise. Com a pandemia, as trabalhadoras foram as primeiras a serem diretamente afetadas, perdendo fontes de renda de forma abrupta. Muitas foram demitidas sem aviso prévio, sem direitos e sem acesso a auxílios emergenciais – a informalidade as invisibiliza para o sistema. É a evidência da interseccionalidade de desigualdades: ser mulher, muitas vezes negra, em trabalhos desvalorizados ou informais.

3. Situação agravada das mulheres chefes de família

O impacto direto sobre mulheres abalou milhões de famílias cujo sustento depende delas, caso de 30 milhões de cidadãs, segundo dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Note-se que esse número inclui mesmo famílias em que há um cônjuge, mas que dependem fundamentalmente da mulher para sua sobrevivência” (Senado Federal, 2021, p. 606).

Aqui é apresentado um ponto crítico e muitas vezes subestimado de um impacto da pandemia com efeito cascata. A fragilização das famílias que dependem financeiramente das mulheres levou a um abalo de milhares de lares. A perda de emprego ou diminuição da renda feminina gerou insegurança alimentar e precarizou o acesso à saúde e à educação de crianças, idosos e outros dependentes dessas chefes de família. A sobrecarga de trabalho, já crônica para essas mulheres, foi agravada. Elas, que são parte fundamental da estrutura econômica do país, foram empurradas para o empobrecimento.

4. Diminuição do auxílio emergencial

O documento destaca a decisão do Congresso Nacional de aumentar o valor do auxílio emergencial para famílias monoparentais, ou seja, que têm só pai ou só mãe. Em 2020, isso era o equivalente a 11 milhões de lares, sendo que 90% deles possuíam chefes femininas, em sua maioria negras. Mas ressalta o texto:

O valor, porém, que foi de três parcelas de R\$ 1.200 em 2020, foi reduzido também para três parcelas de apenas R\$ 375 em 2021, situação que jogou na insegurança alimentar milhões dessas famílias e as obrigou a buscar trabalho para complementar a renda insuficiente, mesmo sob risco de adoecer (Senado Federal, 2021, p. 606).

Essa informação reforça a análise anterior: as mulheres são, em grande parte, as principais provedoras de suas famílias. A interseccionalidade de gênero e raça as coloca em uma posição de maior vulnerabilidade socioeconômica. O reconhecimento das necessidades por meio de um auxílio emergencial foi uma medida essencial para garantir a sobrevivência de milhões de pessoas. Mas a consequente redução do auxílio, novamente, gera insegurança alimentar, psicológica e financeira, além de aumentar a exposição ao vírus. Uma evidência da importância da proteção social em contextos de crise.

5. Queda de 25% da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro

Citando estudo da ONG internacional Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam), o relatório indica redução de 5% da participação feminina no mercado de trabalho no mundo, o que representa 60 milhões de empregos perdidos. No Brasil, o número foi maior, alcançando 25%.

Basta dizer que seis milhões de mulheres, ou 15% do total das trabalhadoras ocupadas, são empregadas em serviços domésticos. Por outro lado, a elevação da carga das atividades domésticas e de cuidados com a família foram tão fortes para essas mulheres, especialmente as negras, que impossibilitaram, em muitos casos, sequer a procura por trabalho (Senado Federal, 2021, p. 607).

Tal discrepância no Brasil se dá justamente pela alta concentração de mulheres em empregos domésticos. Essas foram, em grande parte, as primeiras trabalhadoras a serem dispensadas com a quarentena, sem direitos e sem a possibilidade de trabalhar remotamente.

Mas o impacto vai além da perda do emprego. O relatório destaca a elevação da carga das atividades domésticas e dos cuidados da família. Com escolas fechadas, creches indisponíveis e o aumento da presença de familiares em casa, a responsabilidade pelo cuidado recaiu sobre as mulheres. Para muitas delas, especialmente mulheres negras, essa sobrecarga foi tão intensa que impossibilitou até mesmo a procura por um novo trabalho. Portanto, as mulheres foram penalizadas duplamente: primeiro, com a perda massiva de empregos em setores vulneráveis; segundo, com o aumento das responsabilidades não remuneradas de cuidado. Assim, para muitas, a saída do mercado de trabalho não foi uma escolha, mas uma consequência inevitável dessa sobrecarga.

6. Falta de ações para conter a morte de grávidas e puérperas

O documento critica claramente o discurso do então governo federal, que, apesar da retórica em favor da família, não colocou esforços para evitar a morte de grávidas e puérperas (mães de recém-nascidos) por Covid. Esse descaso teria levado o Brasil ao recorde de mortalidade materna no mundo: segundo uma pesquisa do *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 77% das gestantes que morreram de Covid-19 são brasileiras. Segundo dados da Fiocruz, 544 gestantes e puérperas morreram pela doença no Brasil em 2020.

Os números atualizados não parecem ter desviado dessa tendência, conforme aponta a Rede de Mulheres Cientistas, cujos cálculos apontam que mais de mil gestantes e puérperas perderam a vida por Covid-19 até abril de 2021, sem que fosse registrado nenhum especial empenho do Ministério da Saúde dirigido às mulheres nessas condições, debitando-se esse resultado à negligência do governo federal e à falta de acesso aos cuidados adequados [...] Nesses casos, não há informações consolidadas sobre a situação dos bebês, mas considerando que 55% das gestantes mortas por Covid-19 estavam no terço final da gravidez, é provável que centenas de bebês tenham morrido sem sequer ter o nascimento registrado, tornando-se vítimas invisíveis para as estatísticas, mas duramente sentidas pelas famílias enlutadas (Senado Federal, 2021, p. 608-609).

Essa parte do relatório expõe a desconexão entre a retórica governamental de “apoio à família” e a ausência de ações efetivas para proteger uma das parcelas mais vulneráveis da população. Não se trata apenas de uma estatística. É um indicativo grave de falha sistêmica. O Brasil tornou-se o epicentro de uma tragédia materna, evidenciando não um infortúnio inevitável da pandemia, mas uma negligência da inação e da priorização inadequada. E quando o Estado falha em proteger suas cidadãs mais vulneráveis, especialmente em um período de crise, qual é o custo humano e moral dessa falha? Lembrando que a falta de acesso a cuidados adequados para gestantes e puérperas é sobre má gestão e também violação de um direito humano básico.

7. Medidas protetivas e chamados à polícia por violência doméstica cresceram

Ainda que o número de registros de ocorrência de violência doméstica nas delegacias tenha caído durante a pandemia, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), houve aumento de pedidos e concessões de medidas

protetivas, além de chamados à polícia por emergências envolvendo agressões contra mulheres. Expõe o relatório:

O número de medidas protetivas de urgência concedidas às mulheres cresceu 4,4%, passando de 281.941 em 2019 para 294.440 em 2020. Houve crescimento de 16,3% de chamados de violência doméstica às polícias militares no 190 em 2020 (Senado Federal, 2021, p. 609).

O relatório evidencia que a pandemia não só não diminuiu a violência doméstica como a intensificou, criando barreiras adicionais para que as vítimas pudessem denunciar formalmente. Os dados das medidas protetivas e dos chamados de emergência não permitem negar que a violência contra as mulheres continuou uma epidemia silenciosa, exigindo atenção e políticas públicas contínuas e eficazes além de um momento de crise. O confinamento, embora necessário para conter o coronavírus, tornou-se uma armadilha para muitas mulheres, que ficaram presas com seus agressores, muitas vezes sem a rede de apoio externa (escola, trabalho, família, amigos) que poderia auxiliar na denúncia ou na fuga.

A parte do relatório dedicada à situação das brasileiras durante a pandemia de Covid-19 finaliza com a seguinte colocação:

É importante frisar, enfim, que a Covid-19, para além das mortes que acarreta diretamente, também impactou na vida das mulheres pelo aumento da violência doméstica e familiar; pelo sofrimento mental agravado, em razão do acúmulo de tarefas, especialmente daquelas relacionadas ao cuidado com doentes e crianças; em razão do fechamento de escolas e creches; pela intermitência no funcionamento dos serviços públicos de atendimento a gestantes e puérperas; e, ainda, pela paralisação de serviços relacionados aos cuidados contraceptivos (Senado Federal, 2021, p. 610).

Os pontos principais do relatório impressionam pela variedade de desafios que atravessaram as mulheres na pandemia – que perdurou oficialmente de março de 2020 a maio de 2023, segundo a Organização Mundial da Saúde (OPAS, 5 mai. 2023). Mas, mais que isso, escancaram que a condição feminina já era tão fragilizada que quase imediatamente os problemas das mulheres ganharam enormes dimensões diante de uma crise sem precedentes.

Como posto na introdução deste trabalho, voltamos ao questionamento: até onde os avanços históricos nos direitos e nas conquistas das mulheres estão internalizados de fato pela sociedade?

A seguir, outros números que afirmam a precariedade do ser mulher na atualidade.

2.1 Violência doméstica

De acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Importante dizer que as vítimas de violência doméstica também podem ser crianças, idosos ou pessoas com algum tipo de deficiência física e/ou intelectual. Em sua maioria, no entanto, são mulheres dos mais diferentes perfis e estratos sociais que sofrem violência dentro de casa. Em geral, cometida por homens da própria família, como cônjuge, pai ou irmão, sendo o cônjuge/companheiro o principal agente de tais agressões.

Segundo os Anuários Brasileiros de Segurança Pública, produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a violência contra a mulher cresce – e disparou a partir da pandemia (CNJ, c.2025). A série histórica de feminicídios² mostra que, se em 2015 foram assassinadas 449 mulheres no Brasil, em 2022 esse número chegou a 1.437. Sendo que, em 2022, mulheres negras eram 61,2% das vítimas, e as mulheres brancas, 38,3%. Os casos de ameaças eram 448.256 em 2018, alcançando 613.529 em 2022. Já os de lesão corporal dolosa³ foram 227.753 em 2020, chegando a 245.713 em 2022.

E se as medidas protetivas concedidas pelos Tribunais de Justiça do país eram 389.798 em 2021, no ano seguinte esse número ficou em 445.456. Os casos de violência doméstica atendidos pelo Disque 190, em 2020, contabilizaram 597.705 ligações. Dois anos depois, passaram a 899.485 ligações.

² A Lei 13.104, de 9 de março de 2015, qualificou o crime de feminicídio quando é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

³ A lesão corporal dolosa praticada em contexto doméstico refere-se a todo ato de violência física praticado contra a mulher no ambiente familiar (Art. 129, § 9º, do Código Penal).

Ainda sobre feminicídios, um levantamento do Portal G1 (Velasco; Grandin; Pinhoni; Farias, 8 mar. 2023), com base em dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal, apontou aumento de 5% nos casos em 2022 em comparação com 2021 – uma média de uma morte a cada seis horas. O levantamento indicou que a maior taxa de feminicídios é do estado do Mato Grosso do Sul, com 3,5 mortes a cada 100 mil mulheres. Em Rondônia, que ocupa o segundo lugar nesse ranking, esse número é de 3,1 mortes a cada 100 mil mulheres. Metade dos estados brasileiros teve alta nos casos de feminicídio no período. Em alguns casos, o aumento foi de mais de 40%. Por exemplo, em Mato Grosso do Sul (40%), Rondônia (75%) e Amapá (100%).

2.2 Violência sexual e direitos sexuais

Apesar de ser parte do que caracteriza violência doméstica, a violência sexual também pode ocorrer fora do lar. Contudo, vale destacá-la, inclusive por sua contribuição para o entendimento das barreiras de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos (Brasil/ Ministério da Saúde, 2009). Ainda como parte das informações dos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os casos de estupro e estupro de vulnerável⁴ (contabilizando apenas vítimas mulheres) chegavam a 50.511 em 2020 e alcançaram 65.569 em 2022.

O isolamento social imposto pela necessidade de quarentena provocou um aumento dos episódios de violência sexual contra mulheres e crianças de todas as idades, o que refletiu nos registros dos serviços de saúde que atendem vítimas desse tipo de crime e realizam a interrupção da gravidez prevista em lei (em caso de estupro, risco de morte materna ou feto anencéfalo). De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, no primeiro semestre de 2020, o Hospital Pérola Byington, em São Paulo, referência no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, realizou 275 procedimentos de aborto legal. Em 2019, no mesmo período, foram 190 procedimentos.

Já no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Minas Gerais, o registro foi de aumento não apenas nos procedimentos de aborto

⁴ Os dados informados correspondem ao número total de vítimas mulheres de estupro (Art. 213 do Código Penal) e estupro de vulnerável (Art. 217-A do Código Penal) consumados.

legal: mais vítimas de estupro procuraram o centro médico com gestação em idade avançada. Em todo o ano de 2019, foram realizadas 19 interrupções da gravidez previstas em lei. Nos seis primeiros meses de 2020, foram 24 procedimentos. No Pérola Byington, 45% dos atendimentos de violência sexual referem-se a vítimas infantis, com até 11 anos. Entre janeiro e junho de 2020, a unidade realizou 1.600 atendimentos, sendo 728 deles a crianças até essa idade. No mesmo período de 2019, foram 1.954 atendimentos, 855 deles a vítimas infantis (Oliveira, 30 ago. 2020).

Vale destacar a falta de posicionamento do então governo federal em se tratando dos direitos de meninas e mulheres, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos. O país não assinou uma declaração global que contou com a anuência de 60 países e ainda questionou a permissão ao aborto, que já existe no Brasil para casos específicos. O caso ocorreu em 9 de março de 2021, logo após o Dia Internacional da Mulher (Chade, 14 mar. 2021).

Mesmo o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Brasil, 2021), sancionado em outubro de 2021, foi desmerecido pelo então governo, que vetou naquele momento a previsão de distribuição gratuita de absorventes femininos para estudantes de baixa renda e pessoas em situação de rua. Era a principal medida determinada pelo programa, cujo objetivo consistia em combater a precariedade menstrual, problema que ficou evidente na pandemia. Foi mantida a obrigatoriedade de campanhas informativas sobre o tema. Em março de 2022, sob pressão pública e repercussão negativa, Bolsonaro assinou decreto para distribuição de itens de higiene, como absorventes íntimos, para mulheres em situação de rua, aquelas com idade entre 12 e 21 anos que cumpriam medidas socioeducativas e alunas de 9 a 24 anos matriculadas em escolas integrantes do programa Saúde na Escola (Rocha; Diniz, 8 mar. 2022).

Mas, no intervalo entre Bolsonaro negar o acesso aos absorventes e voltar atrás, surgiram diversas leis municipais e estaduais no mesmo sentido. É verdade que o primeiro passo tanto para discussão quanto para ações práticas no combate à pobreza menstrual partiu de organizações não governamentais. E foi por pressão delas que a classe política abraçou a causa. No entanto, as iniciativas de distribuição de produtos de higiene íntima e absorventes deveriam vir acompanhadas de acesso e esclarecimento a outros direitos, como ao aborto por lei e escolha do tipo de anticoncepcional, a ser retirado gratuitamente (lembrando que a

distribuição de métodos contraceptivos ainda é irregular em muitos lugares do país, especialmente regiões mais pobres).

A profusão de leis criadas para combater a pobreza menstrual é legítima e importante. Porém, pouco ou nada levantou o debate sobre o que são direitos sexuais e reprodutivos. Significa que algo positivo pode ser usado para “abafar” uma questão que coloca em risco milhares de mulheres no Brasil e no mundo. Os direitos sexuais englobam a possibilidade de expressar livremente a orientação sexual; escolher a parceria sexual; viver a sexualidade independentemente da reprodução; ter acesso a sexo seguro; receber educação sexual e reprodutiva. Já os direitos reprodutivos incluem decidir livremente se quer ou não ter filhos; decidir quantos filhos quer ter; decidir em que momento da vida quer ter filhos; ter acesso a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos. Direitos sexuais e reprodutivos protegem a dignidade, a autonomia, o direito à saúde e ampliam a equidade de gênero.

2.3 Redes de apoio, renda e trabalho

Uma das primeiras consequências da pandemia na vida das mulheres foi o fechamento de creches e escolas logo no início da emergência sanitária. Isso automaticamente as colocou como responsáveis imediatas por crianças e adolescentes em casa, quase majoritariamente acompanhando os estudos dos filhos, além de assumirem cuidados da casa e de outras pessoas da família, como idosos. Por mais que exista, em alguma medida, a divisão de tarefas domésticas, não é a realidade da maioria dos lares.

Dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que as mulheres dedicavam em média 9,6 horas a mais por semana aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas do que os homens. Elas enfrentavam 21,3 horas semanais de tais tarefas por semana, enquanto eles dedicavam 11,7 horas semanais para atividades domésticas e de cuidado. As taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas (90,5%), pretas (92,7%) ou pardas (91,9%) são sempre mais altas que as dos homens dos mesmos grupos (80%, 80,6% e 78%, respectivamente) (cf. Nery; Brito, 11 ago. 2023).

Essa divisão desigual de tarefas domésticas e cuidados, aliada ao fechamento de creches e escolas na pandemia, levou a participação das mulheres no mercado de trabalho ao menor patamar desde 1990. Sem ter onde deixar os filhos, parte das brasileiras teve de largar o emprego ou a ocupação. As que não largaram se viram sobrecarregadas fisicamente e mentalmente (abordaremos mais esse ponto no próximo tópico).

A pesquisa “Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes?” (cf. Barbosa; Costa; Hecksher, jul. 2020), realizada em julho de 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrou que a taxa de participação de mulheres com filhos de até 10 anos no mercado de trabalho caiu de 58,3% no segundo trimestre de 2019 para 50,6% no mesmo período do primeiro ano de pandemia. Sendo que a participação média de mulheres (14 anos ou mais) no mercado de trabalho ficou em 46,3% entre abril e junho de 2020. Na ocasião da divulgação dos dados, o pesquisador Marcos Hecksher, do Ipea, afirmou que “foi um salto para trás na história do mercado de trabalho. O último resultado abaixo de 50% foi registrado em 1990” (cf. Basílio, 5 set. 2020). Segundo ele, uma situação inédita.

Parte das mulheres, assim, encontrou maior dificuldade para voltar a trabalhar. Especialmente aquelas com menor escolaridade e as mães. São mulheres que muitas vezes acabam desistindo do trabalho formal, mas que também abrem mão de seguranças e benefícios como plano de saúde, férias, décimo terceiro, recolhimento do INSS, cesta básica, entre outros. Esse quadro é explicado por fatores estruturais anteriores à pandemia, como a desigualdade na inserção das mulheres no mercado e a maior rotatividade entre elas, que quase sempre são a pessoa da família a largar a profissão para o cuidar. Inclusive porque têm salários mais baixos.

É preciso ainda considerar o conjunto de normas sociais que atribui às mulheres a responsabilidade pelos cuidados domésticos e dos filhos. O resultado é que, em momentos de choque, como a crise da Covid-19, grupos mais vulneráveis são os mais rapidamente atingidos – as mulheres entre eles.

A economista Cecília Machado, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), classificou a crise econômica causada pela Covid-10 como uma *she-cession*, em um trocadilho com a palavra “recessão” e o pronome *she* (ela, em inglês). Ela afirmou em coluna no jornal *Folha de São Paulo* que a combinação de políticas de

distanciamento social (que afetaram setores como o de serviços) com o fechamento de escolas “é a receita perfeita para fazer das mulheres as maiores perdedoras desta recessão” (Machado, 4 jan. 2021).

Apesar de mudanças nos últimos 30 anos quando olhamos para desigualdades de gênero no mercado de trabalho, os avanços são lentos. Como destaca a economista Janaína Rodrigues Feijó (8 mar. 2023), do FGV IBRE, ao analisar a última década, as melhorias nos principais indicadores foram modestas, “pois a pandemia da Covid dificultou a continuidade dos avanços obtidos entre os anos de 2012 e 2019”. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, no quarto trimestre de 2022, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro era 52,7%, 1,6 ponto percentual abaixo do período pré-pandemia (54,3%). Significa que, a cada 10 mulheres em idade para trabalhar, 5 estavam empregadas ou buscando emprego. Entre os homens esse número era de 7 a cada 10 homens na força de trabalho.

“A baixa proporção de mulheres ofertando sua mão de obra é mais do que uma questão social, é também um problema econômico, pois podem representar talentos em potencial fora da força de trabalho”, afirma Feijó (8 mar. 2023) em artigo. Para ela, embora a taxa de participação masculina também tenha ficado abaixo da registrada no quarto trimestre de 2019, as mulheres estavam em uma trajetória distinta da dos homens antes da pandemia. Enquanto a taxa de participação masculina diminuiu 1,1 ponto percentual entre os anos de 2012 e 2019, a feminina apresentou crescimento de 2,8 pontos percentuais no mesmo período. Portanto, a taxa de participação masculina voltou para a tendência, mas a das mulheres, ao final de 2022, ainda não voltara.

Entre setembro e julho de 2021, o número de crianças na fila das creches na cidade de São Paulo mais que triplicou. Era um reflexo da flexibilização nas medidas de restrição do combate à pandemia. Os responsáveis pelas crianças voltaram a sair para trabalhar e/ou buscar emprego. Ao mesmo tempo, muitas famílias foram impactadas financeiramente, levando a um aumento da procura pelas unidades educacionais do município cujo ensino é gratuito.

Segundo a Prefeitura de São Paulo, em junho de 2021, havia cerca de 8,7 mil solicitações de vagas em creches na capital. Já em setembro do mesmo ano, o número chegou a 28,5 mil. Os distritos com maior demanda por vagas em creches naquele momento eram Sapopemba, com 1.250 crianças aguardando; Tremembé,

1.010; Grajaú, 988; Brasilândia, 957; e Jabaquara, 934 (G1 São Paulo, 9 dez. 2021). Esses distritos estão entre os 20 mais pobres da cidade de São Paulo.

É importante também relacionar renda e trabalho com a questão da violência doméstica em geral. Dados expressivos, divulgados em novembro de 2024, a partir de Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher Negra (cf. DataSenado, 21 nov. 2023), do DataSenado e Nexus, em parceria com o Observatório da Mulher Contra a Violência, indicaram que uma a cada três mulheres negras que não têm renda suficiente para se sustentar já sofreu algum tipo de agressão. Dessas, 85% continuam vivendo com o agressor, sendo que para 24% a violência ocorreu nos 12 meses anteriores. A pesquisa foi realizada em 2023. Logo, são dados que vêm na esteira da pandemia. Filhos menores de idade também são motivo para permanecerem em tais condições para 80% das respondentes. O levantamento é uma análise fundamental do quanto a vulnerabilidade econômica das mulheres, principalmente as pretas e pardas, está diretamente associada a episódios de abuso e violência, que pioram nas crises.

O desespero fez mulheres que ficaram desempregadas em razão da pandemia recorrerem à prostituição. Reportagem de Felipe Pereira para o TAB Uol, de 19 abril de 2021, traz a história de uma vendedora e de uma cabeleireira que, ao não conseguirem pagar as contas e sem oportunidade de emprego, não viram outra saída. Pâmela, 21 anos, que era vendedora em uma loja no Brás e mãe de um bebê com bronquite, começou a se prostituir nas ruas do bairro da Luz, na capital paulista, para comprar comida, fraldas, roupas e brinquedos. A criança passou a ser cuidada pelo pai, ajudante de pedreiro também desempregado, enquanto Pâmela fazia ponto. Tirava 500 reais por dia, o que a fez perder a vergonha e o asco que sentia dos clientes. Afirma na reportagem que traficar ou roubar não davam futuro e acabaria longe do filho.

A cabeleireira Mirella entrou em pânico em dezembro de 2020 ao ver o dinheiro acabar e lidar com a possibilidade de ter de viver na rua com o marido. Pediu R\$ 1 mil a um agiota, mas com 40% de juros a serem pagos religiosamente – ou sofreria consequências. Passou a se prostituir no bairro da Penha, próximo a uma garagem de caminhões. O marido protestou, mas foi vencido pela resolução de Mirella, que trabalhava de segunda a sexta-feira, até 23 horas, e reservava o final de semana para ele.

2.4 Saúde mental

A instabilidade nos cenários de renda, trabalho e rede de apoio para as mulheres durante a pandemia é elemento que subsidia estatísticas sobre os impactos na saúde mental feminina nesse período. Entre eles, aumento de ansiedade, estresse, insônia e depressão, com índices maiores do que entre os homens. Somado a isso, o risco físico imposto pela possibilidade de contrair o vírus, ainda mais para aquelas que precisavam sair para trabalhar e ficavam expostas, tanto no trajeto do transporte público quanto nos locais de serviço em si. Um estresse adicional gerado pelo medo de contaminar familiares.

De acordo com o levantamento “Tracking the Coronavirus”, realizado pelo Instituto Ipsos em 16 países, incluindo o Brasil, divulgado em junho de 2020, os brasileiros eram líderes mundiais em ansiedade, alimentação excessiva e enxaqueca no contexto da emergência sanitária. E todos esses fatores eram mais intensos entre as mulheres (cf. Calliari, 1 jun. 2020).

Na pesquisa, 49% das brasileiras diziam se sentir ansiosas naquele momento, contra 33% dos brasileiros. A insônia estava presente para 33% das mulheres, contra 19% dos homens. A enxaqueca acometeu 18% delas e 9% deles. A alimentação excessiva ocorreu com 42% das brasileiras e 36% dos brasileiros. Por fim, a depressão chegou para 14% das mulheres e 7% dos homens.

Algumas observações devem ser colocadas. As mulheres têm maior facilidade em expressar suas emoções e sentimentos. As sociedades não ensinam e/ou incentivam os homens a explicar como estão se sentindo. Ainda assim, e mesmo que exista uma divisão de tarefas igualitária na execução das atividades, as mulheres seguem responsáveis por tal gestão. Ou seja, pensar, planejar e tomar decisões constantes sobre o cotidiano da família fica por conta delas.

Mais do que dupla jornada, o que existe é uma jornada feminina intensa, múltipla e interminável, aponta a socióloga Renata Moreno (cf. IHU, 12 abr. 2021). Isso se agravou na pandemia, com as mulheres exauridas. Parte delas, cuidando e decidindo em condições de precariedade, fome, solidão e sem renda. Muitas mulheres contavam com ajuda de outras mulheres para dar conta de suas jornadas, além de creches, escolas e familiares. Na pandemia, essa rede de apoio desapareceu de repente.

Um outro estudo, conduzido entre maio e junho de 2020 pela equipe do neuropsicólogo Antônio de Pádua Serafim, do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, reforça os dados da pesquisa citada anteriormente. Com 3 mil participantes, homens e mulheres de várias regiões do país (26 estados brasileiros e Distrito Federal), a pesquisa mostrou que um número significativo de pessoas apresentou na pandemia sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Houve também maior consumo de drogas ilícitas, de cigarros, de medicamentos e de alimentos. Novamente, as mais afetadas emocionalmente foram as mulheres. Elas responderam por 40,5% de sintomas de depressão, 34,9% de ansiedade e 37,3% de estresse (cf. Ferreira, 14 fev. 2021).

Interessante notar entre os dados da pesquisa o sofrimento psíquico das mulheres que moravam sozinhas e não tinham filhos. Os níveis mais elevados de estresse, depressão e ansiedade estavam entre elas. Segundo a análise, uma situação provavelmente associada a outras variáveis. Muitas dessas entrevistadas estavam desempregadas, tinham histórico de doenças crônicas (25,9%) e relataram contato com pessoas com diagnóstico de Covid (35,2%). Serafim levanta a hipótese de que a pandemia tenha deixado esse grupo mais vulnerável a um estado de falta de perspectivas e incertezas quanto ao futuro, causando mais sensações de desconforto, angústia, ansiedade e desamparo (cf. Ferreira, 14 fev. 2021).

2.5 Pós-pandemia

Olhando primeiro para emprego e renda, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho enfrenta desafios para se recuperar, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da LCA Consultores, divulgado em março de 2024 (cf. Gombata, 8 mar. 2024). O estudo confirma que tal taxa vinha crescendo até 2019, mas não se recuperou como a presença masculina no mercado de trabalho. Disparidade salarial e proporção menor de mulheres em cargos de chefia continuam.

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), a taxa de participação no mercado de trabalho (pessoas ocupadas ou procurando emprego em idade de trabalhar) no quarto trimestre de 2023 era de 52,7% entre as mulheres (1,6 ponto percentual abaixo da média de

2019) e 72,3% entre os homens (1,2 ponto percentual abaixo da média de 2019). Ainda são significativas as diferenças de salário em cargos de chefia, indica a pesquisa. Por exemplo, homens diretores e gerentes ganham, em média, salário de R\$ 9.382, enquanto mulheres nas mesmas posições recebem cerca de R\$ 6.779 (veja mais exemplos no quadro).

Quadro 1 - Diferença salarial entre homens e mulheres em cargos de chefia



Fonte: Valor Econômico (GOMBATA, 8 mar. 2024)

Além da diferença salarial, a presença de mulheres nos cargos de chefia também é menor. Nos poderes Executivo e Legislativo a proporção é de 68,7% de homens e 31,3% de mulheres. Entre diretores e gerentes-gerais, eles são 79,3% e elas 20,7%. A exceção está na categoria de diretores e gerentes de serviços – ocupação que envolve cuidado das pessoas –, na qual as mulheres são 58,4% e os homens 41,6%.

Espera-se que tais desigualdades sejam, ao menos em parte, revertidas nos próximos anos graças à Lei da Igualdade Salarial (14.611/2023), regulamentada em

julho de 2023, que determina o mesmo salário para homens e mulheres que exercem a mesma função, além de estabelecer critérios remuneratórios iguais para ambos. Os empregadores que descumprirem a norma são multados e auditorias são realizadas para garantir o cumprimento da lei.

Mas, se emprego e renda têm a lei como um ponto positivo para avanço feminino, o mesmo não se pode dizer sobre a violência contra a mulher. Agressões e feminicídios seguem em crescimento mesmo após o período de isolamento e depois de tantas informações sobre o assunto serem amplamente divulgadas e repetidas. Publicada em março de 2025, a pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que está na 5ª edição, indica que 21 milhões de brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência nos 12 meses anteriores. O número corresponde a 37,5% das mulheres ouvidas, sendo essa a maior prevalência apontada na série histórica, 8,6 pontos percentuais acima do resultado da pesquisa anterior (cf. Bueno, mar. 2025).

Cônjuges, companheiros ou namorados foram responsáveis por 40% dos casos de violência. Os relatos são de espancamento, ofensas verbais, agressão física, ameaças de agressão, perseguição, lesão, ameaça com faca ou arma de fogo e divulgação de fotos ou vídeos íntimos. Também é alarmante o dado sobre os casos de abuso sexual. No período analisado, uma em cada dez mulheres relatou ter sofrido abuso ou ter sido forçada a manter relação sexual contra a própria vontade. A maioria das vítimas, negras com idade entre 25 e 44 anos.

As mulheres também estão em evidência em uma crise de saúde mental que atinge o Brasil em 2025. Levantamento do Ministério da Previdência Social (MPS) mostra que foi registrado quase meio milhão de afastamentos por transtornos mentais em 2024, situação incapacitante inédita, com 472.328 licenças-médicas. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de 68%. A ansiedade está no topo, com 141.414 afastamentos, seguida por depressão (113.604), depressão recorrente (52.627) e transtorno bipolar (51.314). Demais doenças como vícios em drogas e reações ao estresse grave somam 75.492 afastamentos. O burnout, que é o ultrapassar o limite do estresse até a pessoa se tornar improdutiva, gerou 4 mil licenças. Desses, 301.348 afastamentos (64%) foram concedidos a mulheres, enquanto 170.980 homens foram afastados. Ambos com idade média de 41 anos e apresentando quadros de ansiedade e depressão (cf. Casemiro; Moura, 10 mar. 2025).

Não é possível determinar que o aumento se verifica especificamente por conta da pandemia, já que os transtornos mentais são causados por múltiplos fatores. Mas o luto e o estresse emocional como o vivido na emergência sanitária são gatilhos para a configuração desses quadros. Em 2023, o relatório “Esgotadas: o empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres”, elaborado pela organização não governamental Think Olga (out. 2023), indicou que 45% das brasileiras têm um diagnóstico de ansiedade, depressão ou outros tipos de transtornos mentais a partir da pandemia de Covid-19. A pesquisa foi realizada com 1.078 mulheres, entre 18 e 65 anos, em todos os estados do país, entre 12 e 26 de maio de 2023. A ansiedade é o mais comum, atingindo seis em cada dez mulheres.

O relatório busca compreender como a produção e a manutenção da vida estão relacionadas à sobrecarga de trabalho, à insegurança financeira e ao esgotamento mental e físico, resultando nos transtornos mentais. Em uma classificação de 1 a 10, a situação financeira e a capacidade de conciliar os diferentes aspectos da vida apresentaram as menores notas de satisfação entre as entrevistadas. A vida financeira recebeu a classificação 1.4, enquanto a capacidade de conciliação das diferentes áreas da vida ficou em 2.2.

Tal situação financeira difícil atinge 48% das entrevistadas, e a insatisfação com a remuneração baixa alcança 32% delas. Nas classes D e E, 59% das mulheres estão insatisfeitas com a situação financeira, sendo essa uma insatisfação para 54% das pretas e pardas. As respondentes são as únicas ou principais provedoras em 38% dos lares, em sua maior parte negras das classes D e E e com mais de 55 anos de idade. Apenas 11% não contribuem financeiramente para a manutenção de suas famílias.

A sobrecarga de trabalho doméstico e a jornada excessiva foram a segunda causa de descontentamento. O trabalho de cuidado sobrecarrega principalmente as mulheres de 36 a 55 anos (57% cuidam de alguém) e pretas e pardas (50% cuidam de alguém). As mulheres que consideram ter muita carga de responsabilidades alcançam 86% das entrevistadas. A insatisfação entre mães solo e cuidadoras é superior em relação àquelas que não têm tal responsabilidade. Cuidadoras e mães solo também são as mais sobrecarregadas com as tarefas domésticas e de cuidado, com 51% das mães e 49% das cuidadoras apontando a situação financeira restrita como o maior impacto na saúde mental. Significa que a cultura do cuidado feminino é um fator de empobrecimento das mulheres.

Os padrões de beleza impostos impactam negativamente a saúde mental de 26% das entrevistadas mais jovens. O medo de ser vítima de violência é uma preocupação para 16%. Para 91% das entrevistadas, a saúde emocional deve ser levada muito a sério, e 76% estão prestando mais atenção a esse fator em suas vidas, principalmente após a pandemia de Covid-19. As que não cuidam da saúde emocional de nenhuma forma chegam a 11% das participantes.

2.6 Contextos locais

Conforme especificado na introdução, as participantes desta pesquisa são moradoras dos municípios de São Paulo (capital, diferentes bairros); Guarujá e Praia Grande (Baixada Santista); Osasco e Taboão da Serra (Região Metropolitana de São Paulo). É interessante observar dados referentes a esses locais. Segundo a Pesquisa Estadual da Violência contra a Mulher - São Paulo, realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado com 800 mulheres paulistas e divulgada em fevereiro de 2024, 30% delas já sofreram algum tipo de violência doméstica provocada por um homem, sendo que 20% dos casos ocorreram nos 12 meses anteriores à pesquisa (DataSenado, fev. 2024). Para 36%, a agressão ocorreu até os 19 anos.

De forma geral, as paulistas consideram o Brasil um país muito machista (59%) e que nos 12 meses anteriores à pesquisa, em 2023, a violência doméstica aumentou (69%). O levantamento mostra que 67% das mulheres de São Paulo conhecem pouco sobre a Lei Maria da Penha e que, na percepção de 54% delas, a lei protege apenas em parte as mulheres contra a violência doméstica e familiar. De acordo com 62% das paulistas, o conhecimento que têm sobre Medida Protetiva é pouco; 67% afirmam que uma amiga, familiar ou conhecida já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar. Em relação ao tipo de violência sofrida, a mais recorrente é a violência psicológica, declarada por 90% das mulheres de São Paulo que sofreram violência doméstica provocada por homem, seguida pelas violências física (77%) e moral (76%).

São números altos e com tendência de crescimento, como demonstram outros levantamentos. Por exemplo, a central do Ligue 180 no Estado de São Paulo

registrou em 2024 aumento de 43,7% nas denúncias de violência contra a mulher em relação ao ano anterior (Gov.br, 19 ago. 2024). A violência reflete negativamente em outros contextos pessoais e profissionais das mulheres, como capacidade de trabalho, renda, estudo, autoestima, saúde emocional, entre outros fatores. A partir desse panorama do estado de São Paulo, vamos analisar as cidades das participantes da pesquisa.

São Paulo

O estudo “Piores Cidades para Ser Mulher 2024”, da consultoria Tewá 225 (out. 2024), com 319 cidades brasileiras, indicou que nenhum município no país está bem posicionado no quesito igualdade de gênero para as mulheres. Cerca de 85% dos municípios analisados estão performando de maneira “muito baixa” para promover a igualdade. O levantamento utilizou o Índice do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5, Igualdade de Gênero), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), plano global com metas a serem alcançadas até 2030 por meio de 17 ODS. Para acompanhar os avanços brasileiros, o Instituto Cidades Sustentáveis desenvolveu tal índice no Brasil (IDSC-BR), ferramenta de monitoramento dos ODS nos 5.570 municípios brasileiros. Criado em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o IDSC-BR oferece uma visão abrangente e integrada do desempenho das cidades em relação aos 17 ODS.

A composição do Índice do ODS 5 considera as seguintes variáveis:

- taxa de feminicídio a cada 100 mil mulheres;
- desigualdade salarial por sexo;
- percentual de mulheres na Câmara de Vereadores - ciclo legislativo 2020-2024;
- taxa de jovens mulheres (15 a 24 anos) que não estudam nem trabalham (NENT);
- e a diferença percentual entre homens e mulheres que não estudam nem trabalham.

Assim, o estudo “Piores Cidades para Ser Mulher 2024” elaborou um ranking no qual mesmo os municípios mais bem colocados deixam muito a desejar. Revela, por exemplo, que economias fortes nem sempre distribuem a riqueza igualmente.

A cidade de São Paulo, com 11.451.999 habitantes, alcançou índice de 40,4 (numa escala que vai de 0 a 100), classificando-a em desempenho baixo (ou seja, abaixo do esperado), ocupando a posição 281 do ranking. Apesar desse desempenho, figura entre as 20 cidades com mais iniciativas pela igualdade de gênero. Entre as capitais, apenas Brasília alcança o indicador médio (índice 50,00). Também foi observado que capitais comumente associadas a uma boa qualidade de vida, como Florianópolis (37,8) e Curitiba (39,9), não atingiram indicadores médios de igualdade de gênero. Esse fato evidencia que o desenvolvimento econômico e a infraestrutura avançada dessas cidades não se traduzem, necessariamente, em avanços para a população feminina.

Longe de oferecer um cenário igualitário às mulheres, a capital paulista é marcada por outros dados que colocam a população feminina em desvantagem e perigo. A pesquisa Mapa da Desigualdade 2022, da Rede Nossa São Paulo, mostrou que a violência contra a mulher no município aumentou 67,9% de 2020 para 2021 (Rede Nossa São Paulo, nov. 2022). Em 2024, a cidade registrou mais de 100 mil atendimentos a mulheres vítimas de violência, número quase duas vezes maior que o registrado no mesmo período de 2023, segundo a Prefeitura Municipal (cf. Coelho; Gama, 10 jan. 2025). Houve crescimento de quase 40% nos casos de feminicídio nos primeiros quatro meses de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP) (Jozino, 14 jun. 2024).

A força de trabalho da cidade de São Paulo possui 7,3 milhões de trabalhadores, sendo que 46,7% desses são mulheres, conforme o Observatório do Trabalho DIEESE em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. No terceiro trimestre de 2024, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 60,4%, enquanto a dos homens foi de 77,5%. O maior número de mulheres desocupadas, desde 2012, ocorreu em 2020, na pandemia, quando havia 567,3 mil mulheres desempregadas. No entanto, o número de desocupadas caiu constantemente desde então, chegando a 217,6 mil, em 2024. Atualmente, a taxa de desemprego entre as mulheres é de 6,4%, enquanto a dos homens é de 5,2% (DIEESE, jan. 2025).

De 2012 a 2024, o desemprego das mulheres negras foi consistentemente maior do que o dos demais grupos na cidade de São Paulo. Em 2020, a taxa de desocupação das mulheres negras atingiu um pico de 22,4%. Em 2024, caiu para

8,2%. No entanto, as taxas dos demais grupos ficaram entre 5% e 5,3% no mesmo período. Para a mulher, em geral, é mais comum ficar desempregada por mais de um ano. Em 2024, 38% delas estavam nessa situação, em comparação com 33% dos homens.

A pandemia afetou o mercado de trabalho de forma diferenciada para homens e mulheres em cargos de liderança na capital. Houve, em 2020, queda no número de mulheres nesses cargos de 23,6%, ou quase uma em cada quatro mulheres perdeu seu posto, enquanto o número de homens na mesma posição caiu 10,2%. O rendimento das mulheres ocupadas foi de R\$ 4.380 no terceiro trimestre de 2024, enquanto o dos homens, R\$ 5.980. Significa que o rendimento médio recebido pelo trabalho delas foi 27% menor que o deles. As mulheres não negras tiveram rendimento médio mensal de R\$ 5.558, enquanto as negras, R\$ 2.736. Ou seja, as mulheres negras recebem, em média, 51% menos que as não negras.

Guarujá

Classificada com índice muito baixo em igualdade de gênero, 35,36 pontos, ocupando a posição 173 do estudo “Piores Cidades para Ser Mulher 2024”, Guarujá, na Baixada Santista, registrou aumento de 200% nos casos de violência doméstica na Delegacia de Defesa da Mulher do município entre março e julho de 2020, em relação aos mesmos meses do ano anterior (Gravatá; Lima; Megda; Macedo, dez. 2020), período inicial da pandemia. Em seis anos de Patrulha Maria da Penha, a localidade com 287.634 habitantes realizou 5 mil atendimentos até março de 2025 (Prefeitura de Guarujá, 10 mar. 2025).

Divulgado em abril de 2024, relatório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania revelou que 33,8% das mulheres do Guarujá estão empregadas, demonstrando vulnerabilidade econômica significativa. Somente 16,5% estão inseridas no mercado formal de trabalho (com carteira assinada); outras 11,5% atuam de forma informal ou autônoma; e 9,6% se identificam como empreendedoras. Mais da metade das entrevistadas (55,1%) utiliza exclusivamente o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de acesso à saúde, enquanto 43,7% afirmam ter convênio. No entanto, 38,9% relatam que não conseguem marcar consultas pelo SUS. No que diz respeito ao atendimento psicológico pelo SUS, 72% das mulheres relataram que houve demora ou não conseguiram atendimento.

A violência de gênero é um dos dados mais sensíveis da pesquisa: 30,2% das mulheres afirmaram já ter sofrido violência, sendo psicológica (25,4%), moral

(11,5%) e física (14,5%). Apenas uma pequena parcela buscou ajuda de forma efetiva; 70,4% não buscaram por medo, falta de informação ou descrença no sistema. De acordo com a pesquisa, 64,6% das entrevistadas afirmaram conhecer ao menos uma mulher que já sofreu violência ou foi vítima de feminicídio.

Em 2022, as trabalhadoras do sexo feminino eram 43,4% da população ativa, com remuneração média de R\$ 3.607,72. A parte masculina era de 56,6%, com remuneração média de R\$ 3.968,78 (SEBRAE, c.2025).

Praia Grande

Com índice muito baixo em igualdade de gênero, 34,83 pontos, ocupando a posição 163 do estudo “Piores Cidades para Ser Mulher 2024”, Praia Grande, Baixada Santista, carece de dados estruturados sobre a situação feminina no município. Inclusive, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) instaurou um procedimento para apurar a falta de abrigos específicos para mulheres vítimas de violência doméstica na cidade em novembro de 2024. Segundo o MP-SP, essa é uma grave omissão da administração municipal, já que a falta do serviço viola dispositivos da Lei Maria da Penha e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (cf. G1 Santos, 13 nov. 2024). Não foram encontradas estatísticas sobre violência de gênero na localidade.

Em relação a trabalho e renda, a plataforma Data MPE Brasil, do Sebrae, indica que, em 2022, as trabalhadoras no município eram 29.932 empregadas (48,8%), com remuneração média de R\$ 3.019,64, enquanto a parte masculina somava 31.391 (51,2%), com remuneração média de R\$ 3.201,51 (SEBRAE, c.2025). A população total de Praia Grande é de 349.935 habitantes.

Osasco

Apresentando índice baixo, com 42,53 pontos, posição 307 no estudo “Piores Cidades para Ser Mulher 2024”, do ponto de vista da igualdade de gênero, o município de Osasco, Região Metropolitana de São Paulo, também disponibiliza poucos dados sobre o contexto feminino. Conta com 701.428 habitantes. Por meio do projeto Guardiã Maria da Penha, Osasco registrou 61 ocorrências de violência doméstica, deteve oito pessoas e realizou 3.031 rondas nos seis primeiros meses de 2022 (Liotta, 8 ago. 2022). Já no primeiro semestre de 2024 foram 6.252 rondas –

mais que o dobro. Desde a criação, em 2020, foram 250 mulheres atendidas e 103 agressores detidos (Pereira, 15 ago. 2024).

Analisando emprego e renda, as mulheres de Osasco representam 46,1% da população empregada, com remuneração média de R\$ 4.822,65, contra R\$ 5.331,53 da população masculina, de acordo com a plataforma Data MPE Brasil, do Sebrae (c.2025).

Taboão da Serra

Finalmente, o município de Taboão da Serra, com índice muito baixo no estudo “Piores Cidades para Ser Mulher 2024” em igualdade de gênero, 36,65 pontos e posição 196 do ranking de municípios. Conta com 297.528 habitantes. Por lá, a violência contra a mulher cresceu 10% em 2021 em comparação a 2020, segundo a Coordenadoria de Direitos da Mulher (Sampaio, 24 jan. 2022). A pasta oferece atendimento às vítimas de violência através de orientação social, terapias, acompanhamento de processos e encaminhamentos para a Rede de Atendimento. De janeiro a julho de 2022, a coordenadoria atendeu 628 casos. Em 2021 foram 502 ao longo de todo o ano, um indício de crescimento.

As mulheres representam 45,5% dos trabalhadores de Taboão, com remuneração média de R\$ 3.195,38. A remuneração média dos homens está em R\$ 3.899,89, de acordo com a plataforma Data MPE Brasil, do Sebrae (c.2025).

Como indicam os dados, mesmo que em alguns casos tenhamos obtido menos informação do que o esperado, é possível notar que as cidades das participantes desta tese apresentam falhas no enfrentamento à violência contra a mulher e na consistência de iniciativas que fortaleçam de fato a realidade feminina, mitigando as desigualdades que as atingem. E diminuindo sofrimentos que se instalam com crises como a sanitária. A falta de dados que possam indicar um panorama mais preciso sobre os contextos nos quais as mulheres estão inseridas é um alerta importante. Afinal, políticas públicas efetivas se concretizam a partir de um retrato assertivo do cenário a ser trabalhado.

2.7 Para onde ir

As estatísticas demonstram que a pandemia de fato teve gênero. O feminino foi atacado das mais diversas formas. Há uma romantização do cuidado como algo intrínseco às mulheres, que não apenas as sobrecarrega fisicamente e emocionalmente, como lhes rouba oportunidades e perspectivas em momentos de crise – já que são elas a terem de assumir tais cuidados, abrindo mão de suas conquistas e seus direitos, tornando-se, assim, mais vulnerabilizadas em outras vertentes. Por exemplo, mulheres que são financeiramente dependentes de companheiros e outros homens da família estão mais sujeitas a enfrentar dificuldades para sair de contextos de violência doméstica.

Sustentabilidade da vida, portanto, deve vir acompanhada de perspectivas de políticas públicas, enfrentando a precarização e a exploração do trabalho, o que não é atendido pelo capitalismo e pelo patriarcado. Para Moreno (2021), é uma agenda que propõe “mais do que o reconhecimento, a valorização e a reorganização destes processos e trabalhos que sustentam a vida, tendo a justiça socioambiental, a soberania alimentar, a solidariedade e a igualdade como princípios”.

3 A PANDEMIA PELAS PRÓPRIAS MULHERES E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Sobrecarga física e mental. Vulnerabilidade psíquica e emocional. Preocupações com emprego, renda e o dia de amanhã. Relacionamentos familiares estremecidos. Violências expressas de diferentes formas. Por vezes, as próprias mulheres sendo violentas, reflexo de como foram tratadas. Para as que se encontram em cenários periféricos, as dificuldades ficaram ainda mais presentes. Neste capítulo, vamos compartilhar depoimentos de mulheres de diferentes realidades e classes sociais sobre o que viveram durante a emergência sanitária – e quais as consequências do pós-pandemia, se houve ou não, em seus cotidianos.

Vimos até aqui que, historicamente, as mulheres perdem nas crises sociais. Não incomum, mesmo que consigam avanços, logo são “colocadas em seus lugares” novamente. Por exemplo, durante a Primeira Guerra (1914-1918) e a Segunda Guerra (1939-1945) Mundiais, elas assumiram atividades profissionais antes apenas permitidas aos homens para que as nações permanecessem funcionando. Entre elas, policiais, bombeiras, guardas ferroviárias, mecânicas de aviões, testadoras de munição, motoristas de ônibus e bondes (The National WWI Museum and Memorial, c.2025), operadoras de tráfego aéreo, montadoras de paraquedas e instrutoras de artilharia antiaérea (Martin, 13 mar. 2020). No entanto, parte delas perdeu o direito de exercer tais atividades assim que esses homens

retornaram das batalhas. Circunstâncias ou contextos para manutenção da dominação?

Em regimes autoritários e ditatoriais, a realidade feminina pode se tornar ainda mais opressora e temerosa, como no Terceiro Reich de Hitler, na Alemanha, na Segunda Guerra. Destaca Saffioti (2021[1969], p. 188):

Embora as leis continuassem a discriminá-las, as mulheres alemãs foram conquistando, na vida prática, campos tidos como essencialmente masculinos. Especialmente durante a Primeira Guerra, elas participaram intensamente do esforço da nação [...] Terminado o conflito, são contempladas com o direito ao voto [...] muitas mulheres tinham assento no Parlamento do império alemão. Com a implantação do nazismo, é ressuscitado o ideal napoleônico, pois, para o Führer, “a presença de uma mulher desonraria o Reichstag”. Sob o III Reich, as conquistas femininas sofrem severo retrocesso. Os cargos oficiais se fecham quase totalmente às mulheres e se lhes restringe o direito à educação superior [...] É como reprodutoras, casados ou solteiras, que o III Reich vê, nas mulheres, importantes contribuintes para a construção da sociedade nazista. O exemplo da Alemanha de Hitler atesta como as conquistas femininas são frágeis nas sociedades de classes: esfumam-se ao sabor dos ventos ideológicos, das crises econômicas, das políticas demográficas.

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, seguimos sem uma real divisão das tarefas domésticas, que garantiria à mulher mais tempo para se aperfeiçoar em sua área de atuação. Dificuldade de desconstrução de padrões ou interesse em não os desconstruir? Sem esquecer que aquelas que demonstraram conhecimentos e liberdade sobre si mesmas foram “eliminadas”, excluídas da sociedade de alguma forma. Desde a Inquisição até hoje: mães solo, mulheres que assumem a própria liberdade sexual, que optam por não casar e não ter filhos, que pedem a separação ainda são, em muitos contextos, excluídas da sociedade. O crescimento dos casos de feminicídio é a prova contemporânea mais evidente da crença de que mulheres devem ser silenciadas.

[...] se os brados de sofrimento evidenciam a dominação oculta em relações muitas vezes consideradas como parte da natureza humana, o conhecimento dos mesmos possibilita a análise da vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica, em outras palavras, da vivência do mal que existe na sociedade (Sawaia, 2016[1999], posição 1.712).

O medo de se sentirem inadequadas e as perdas sociais que tal medo causa faz com que muitas mulheres levem adiante para as novas gerações tabus sobre o feminino. Por exemplo, relacionados à menstruação, ao sexo, ao que é

papel da mulher, ao comportamento feminino, o que a mulher deve saber fazer ou não (lembrando quanto as meninas fazem mais trabalhos domésticos do que os meninos). Fundamentalismos religiosos, de todas as vertentes, também reforçam a mística feminina.

Nos lembra Sawaia (2016[1999], posição 1.818) que o sofrimento ético-político, ou seja, a angústia vivenciada por injustiças, desigualdades e relações de poder nas experiências sociais e políticas, retrata as questões sociais dominantes do cotidiano em cada época histórica, “especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. E essa sensação de desvalor vinda dos códigos sociopolíticos da atualidade assola muitas mulheres.

3.1 Entrevistas: doze trajetórias

Vamos a uma apresentação das entrevistadas. As conversas ocorreram individualmente, em cafés, entre 2023 e 2024. Feita a apresentação, traremos os principais trechos dos depoimentos, seguidos de uma análise de contexto. Esperamos que sejam pontos de reflexões críticas para a busca de soluções não apenas concretas, mas constantes e longevas. Os nomes foram trocados para preservar a intimidade das entrevistadas. A identidade racial é autodeclarada. É possível constatar que nas camadas mais vulneráveis estão mulheres negras e pardas – o que se torna ainda mais evidente entre as representantes das rodas de conversa, cujos depoimentos virão após esta primeira parte.

3.1.1 Quem são elas

Alice, 49 anos, mulher branca, consultora de desenvolvimento humano, natural de São Paulo, vivia no Guarujá, litoral de São Paulo, quando a pandemia começou. Casada e sem filhos, já trabalhava uma parte do tempo em home office, o que facilitou a adaptação, inclusive o equilíbrio emocional.

Ana, 47 anos, mulher negra, professora, moradora de Osasco, Região Metropolitana de São Paulo, solteira e sem filhos. Vive em um apartamento com seus três cachorros. Havia perdido a mãe, com quem morava em uma casa, seis meses antes do início da pandemia.

Carina, 41 anos, mulher branca, empreendedora na área de marketing, mineira de Belo Horizonte, moradora de São Paulo capital, no bairro de Pinheiros, há mais de 20 anos, casada, dois filhos pequenos, estava de licença-maternidade de uma multinacional quando começou a quarentena.

Elaine, 47 anos, mulher branca, de Taboão da Serra, município da Região Metropolitana de São Paulo, casada e mãe de dois filhos – na ocasião da pandemia, um menininho de 2 anos e uma adolescente de 17 anos. Era dona de uma empresa de organização de festas como casamentos e aniversários. O marido tocava a empresa de áudio e vídeo que fazia esse serviço para os eventos de Elaine. Até 2024, seguia se recuperando financeiramente e emocionalmente.

Gina, 48 anos, mulher branca, separada, sem filhos, psicóloga, pós-graduada, moradora de Perdizes, bairro nobre da Zona Oeste da cidade de São Paulo. Com renda de R\$ 10 mil, já enfrentava dificuldades financeiras antes da pandemia, o que se acentuou devido a cuidados médicos com o pai, paciente de Alzheimer e Parkinson, que surgem a partir da pandemia. Os pais idosos eram sua maior preocupação.

Isa, 50 anos, mulher negra, empregada doméstica, natural da Bahia, criada no Pará, moradora de Osasco há 20 anos. Casada, tem duas filhas, de 14 e de 25 anos. As casas nas quais trabalha são na Zona Oeste da cidade de São Paulo, nos bairros de Perdizes e Vila Leopoldina. Teve o salário diminuído logo no começo da pandemia e precisou encontrar outras casas, atuando como faxineira e cuidadora, para complementar a renda.

Juliana, 45 anos, mulher branca, empreendedora, formada em Administração de Empresas, moradora de Praia Grande, casada, mãe de três filhos de 21, 19 e 14 anos. Tem uma loja de açaí, mas sua maior renda vem da corretora de seguros que tem junto com o marido. Por trabalhar com tal segmento, o começo da pandemia trouxe uma melhora na situação financeira, com mais pessoas renovando seguros de carro, de casa e de vida.

Karla, 45 anos, mulher branca, executiva de multinacional, casada e sem filhos, natural de São Paulo e moradora do Brooklin, Zona Sul da capital, viu seu

trabalho como gestora de um time que atende clientes internacionais aumentar na pandemia. E nunca mais diminuir. A ansiedade também foi uma marca do período, assim como a perda de familiares para a Covid.

Lucia, 42 anos, mulher branca, pós-graduada em Psicologia Social, é assistente social e moradora de Praia Grande. Separada, mãe de três filhos: uma menina de 15 anos, uma moça de 22 e um rapaz de 25 anos. A do meio passou a maior parte da pandemia na casa do pai. Por ser funcionária pública e ter casa própria, não temeu a emergência sanitária do ponto de vista financeiro. Mas se viciou em maconha, que começou a usar para diminuir a ansiedade.

Maria, 45 anos, mulher parda, operadora comercial em uma rede de supermercados, é moradora do município de Praia Grande, Baixada Santista. Separada, mãe de três filhos de 22, 16 e 13 anos. A mãe também mora com ela. Diz que a única tranquilidade na pandemia foi ter casa própria. Com renda familiar de 2.200 reais, diz que sobreviveu, sempre com medo e culpa. Na ocasião, trabalhava em uma loja de cosméticos.

Natália, 39 anos, mulher branca, nascida em Santos, litoral de São Paulo, é moradora da capital paulista há 15 anos. Vive no bairro de Pinheiros, Zona Oeste. Solteira, sem filhos, tutora de um cachorrinho que adotou na pandemia. Pós-graduada e com renda de cerca de R\$ 25 mil, é consultora de RH e gestão de pessoas. Não foi diretamente vítima de violência doméstica, mas teve uma prima próxima assassinada pelo ex-marido em 2022, depois da separação durante a pandemia.

Rosana, 40 anos, mulher branca, moradora do Morumbi, bairro de alto padrão da cidade de São Paulo, economista e professora universitária, paulistana, casada, sem filhos. A atual renda familiar é de R\$ 20 mil. Ela se casou em 2023. Mas a renda individual no começo da pandemia era R\$ 6 mil – e sofreu uma queda brusca ainda em 2020, desencadeando um quadro de ansiedade em um momento já de muito medo.

A seguir, os depoimentos divididos por temas que mais apareceram nos diálogos com as participantes da pesquisa.

3.1.2 Violência doméstica

Ela [a prima] tentou o divórcio ainda no isolamento. Tinha 42 anos. Foi morta no dia que sairia a decisão do litigioso. Então, duas coisas... A primeira que a gente sempre acha que está longe, que a gente vê na televisão, é sempre mais perto do que a gente imagina, não é só estatística. Pode ser muito mais próximo do que a gente imagina sempre. Outra coisa é as pessoas sempre falando “Ah, é só gente... pobre, periférica...”. E não. Era um casal que frequentava a igreja evangélica, tinha uma situação de vida superboa, ele era o corretor do mês, ganhava dinheiro assim... Ela era concursada na USP. Trabalhava na parte de economia. Ele, maçon. Então, assim, as pessoas sempre acham que “Ah, é mulher de malandro”. (Natália)

Tem esses dois lados. Um da violência doméstica, da gente olhar para as estatísticas e ver que não era tão distante quanto a gente imaginava, que acontece perto da gente ou com pessoas graduadas, instruídas, com inglês fluente e blá, blá, blá. E a outra, a questão política, da violência verbal e não verbal que foi naturalizada. Vou te falar uma coisa que minha tia, que perdeu a filha, falou. Que para mim é muito simbólico: “Olha que bonito, ela deu a vida para os filhos terem paz”. Porque ele ameaçava os filhos. Ele usava os filhos como forma de mantê-la perto dele. Ao ponto de uma mãe falar isso, sabe? Tipo, era ela ou eles, e ela escolheu que eles tivessem paz. Ele foi para júri popular e foi condenado, mas nada traz de volta minha prima. Muita mulher passa por esse tipo de situação, de falar que “Meus filhos não têm culpa, a escolha foi minha, então é melhor eu me prejudicar”. (Natália)

Trabalhando em RH, tenho contato com pessoas de todas as realidades. E uma coisa que me chocou, e acho interessante trazer aqui por esse olhar de vulnerabilidade de mulheres, é que muitas vezes, por exemplo, as empresas não percebem que as pessoas que mais performam são as que não estão bem. São as que estão piores. Na penúltima empresa em que trabalhei, tinha uma pessoa que era a que mais performava no time dela, tinha indicadores o triplo dos outros e falavam “Que incrível, dá mais desafio que ela topa”. Depois a gente foi entender que o trabalho era a única coisa que ela tinha, porque era violentada dentro de casa. O trabalho permitiu que ela tivesse condição financeira de sair de casa. Quando você pega isso numa empresa CLT, uma das maiores empresas do país, a gente não sabe nada. E dificilmente você vai ouvir essa história de um cara porque normalmente o lado mais frágil, nesse sentido, acaba sendo a mulher. E isso foi um alerta para a vida toda. (Natália)

Entre as entrevistas individuais, Natália foi a única a trazer em mais detalhes uma situação de violência contra a mulher – o feminicídio da prima. Agressões domésticas também aparecem ao longo do capítulo como resultado da narrativa das participantes das rodas de conversa. Aqui, neste caso, vale observar como o isolamento necessário por conta da emergência sanitária foi o ápice da violência doméstica, que já vinha acontecendo, na vida da prima de Natália. A coragem de

pedir o divórcio, mas a falta de mecanismos mais rígidos para protegê-la resultou em sua morte, assim como a de muitas outras mulheres na mesma situação. Sinal de que ainda é extremamente vulnerável a situação feminina quando se fala em violência de gênero.

3.1.3 Sobrecarga de trabalho

O controlar o tempo foi mais difícil, eu achei. Era adaptação, né? Tudo é adaptação. Lembro que eu me alimentava muito mal. Porque tinha que preparar as aulas, com as metodologias (ferramentas online), na época era Kahoot, não eram todas essas que a gente tem hoje. Mas tinha que aprender. Nunca tinha trabalhado com isso! O conteúdo que eu tinha parecia não ser suficiente, tinha que ser adaptado, mais interativo. (Ana)

Me senti mais sobrecarregada, sem dúvida. A sobrecarga da casa, das crianças. Eu passei a admirar muito as mulheres que fazem isso, ficam com as crianças em casa. É impossível fazer isso. Como as mulheres fazem isso? Eu sempre trabalhei muito fora. Quando começou a pandemia, eu não sabia fazer um arroz, não sabia lavar um banheiro. Todos os dias serem iguais... Porque o trabalho doméstico é assim. É um trabalho infinito em que todos os dias são iguais. E quando você acaba de fazer, alguém desfaz. Você acaba de limpar e alguém suja. (Carina)

Sem ter tempo, deslocamentos, as reuniões que antes passavam das 11h para as 14h para você ter algum tipo de deslocamento pela cidade, elas passaram a ser seguidas. Afinal de contas, você está dentro de casa. O grande desafio para mim foi administrar essa agenda de clientes que precisava atender. Isso foi muito estressante. E eu entrei na pandemia no que seria o lockdown duas semanas antes de todo mundo. Porque passei o carnaval em Buenos Aires. A empresa determinou que todo mundo que viajou naquele período tinha que ficar em lockdown por prevenção. (Karla)

Comecei a ficar com pânico de olhar o computador na sala. Eu guardava o computador na sexta-feira, fechava, para não achar que ali eu estava trabalhando ainda, dentro do meu ambiente de trabalho. Foi aí que comecei a ficar com o pescoço dolorido, foi quando realmente montei o home office. Primeiro comprei a cadeira, depois a mesa. Mas aí são detalhes que a gente vai vendo o quanto vamos negligenciando certos cuidados. (Karla)

Mesmo com meus problemas de saúde [Elaine tem um grave problema que segue da coluna até a planta dos pés] tento fazer meu máximo [em casa], tenho a ajuda da

minha mãe, que me dá uma força muito grande, principalmente para eu estudar e cuidar de casa, dos meus filhos, do meu marido... Eu tenho que me dividir. (Elaine)

Fiquei neurótica com a limpeza. Ninguém sabia o que seria. Crianças não irem para a escola, lidar com eles, foi bem difícil. Pararam de praticar esportes, algo que eu sempre exigi em casa. Ficaram viciados no celular. Trocaram a noite pelo dia. Me senti muito sobrecarregada. (Maria)

Inclusive, como mulher, me senti prejudicada a partir da pandemia. Minha sobrecarga aumentou. Com mais gente em casa, sem cada um cuidando da própria vida, os detalhes aumentaram. Não basta lavar a louça. Tem que cozinhar, limpar o fogão, passar pano no chão, organizar geladeira [...] Cheguei a perder o prazo da entrega do meu TCC em uma semana e a coordenadora barrou minha apresentação. Tive que recorrer. (Juliana)

As tarefas domésticas não estão divididas para as mulheres até hoje. Meus filhos cozinham, meu marido lava o banheiro. Mas os detalhes são meus, e as tarefas triplicam. Quando estava na aula online da faculdade, à noite, ficava preocupada que tinha que fazer o jantar. Acabou que minha filha, de 19 anos, assumiu muita coisa da casa para que eu pudesse terminar a faculdade. E aí ela também prejudicou os próprios estudos. Fazia ensino médio técnico em eventos e conservatório de dança. Ela deixou de ensaiar, mesmo em casa, estudou menos. As tarefas da casa absorveram ela. (Juliana)

Mulheres sofrem mais. Tem umas, como no meu caso, às vezes o marido não ajuda... Ou que tem bastante filho. Você olha para os quatro cantos, a gente é obrigada a trabalhar... Muitas vezes nem aguenta, nem consegue, mas tem que ir para levar o pão para dentro de casa. Tem umas que nem conseguem. Outras que lutam, como no meu caso, eu luto. Sempre falo que trabalho agora para amanhã, depois... Vai saber o que vai acontecer lá para frente? Ter uma aposentadoria ou, se não chegar aposentadoria, ter algum. (Isa)

Fui treinada na vida para resolver tudo sozinha. Pela necessidade da vida. Tive dois parceiros, pais dos meus filhos, de quem nunca tinha apoio. Sempre fui uma mãe sobrecarregada, sem apoio. Estou solteira há sete anos desde a última separação. Nas tarefas de casa, continuo sobrecarregada. Mas é minha culpa. Não tenho saco para pedir. Explodi muitas vezes. Às vezes peço e eles fazem. Mas hoje não me estresso tanto. A louça está na pia há dois dias. Desencanei de brigar. Minha mãe e meu pai eram filhos únicos e mimados. Não me ensinaram, e eu não ensinei a fazer as coisas em casa. Faço o que dá. Quem mais ajudava era minha filha do meio, que está há nove meses morando fora de casa. Já estava com o pai na pandemia. Ela é mais consciente e empática. Se estivesse aqui, ajudaria e acabaria sobrecarregada também. Meu filho faz mais. A mais nova não se curva. Tenho que negociar. Se não lava a louça, tira o lixo. Mas tive muito tempo para mim. Fiz ioga, tive mais tempo

para conversar com minha família. Consciente que é tudo porque tenho privilégios.
(Lucia)

Às vezes ele [o irmão] encomendava frutas e verduras de um aplicativo. E aí, eu estava no meio de um treinamento, tocava a campainha. Eu batia na porta dele, “Chegou sua encomenda”. Ele: “Se você não pegar, não vou pegar, porque agora eu tô dormindo”. Mas quem tinha feito a encomenda foi ele. Se eu tivesse feito a encomenda, óbvio que não marcaria para um horário que estivesse trabalhando. Foi injusto, a gota d’água. Com uma pessoa que está trabalhando, vai prejudicar a pessoa que está entregando a comida. Na cabeça dele, eu não fazia nada e ele fazia tudo. Na verdade, o que eu fazia ele não enxergava porque estava dormindo ou fazendo as coisas dele no quarto. Sempre fica implícito que deveria existir um esforço maior da mulher do que do homem, né? Só que eu sempre briguei por isso na minha família, desde criança, porque acho um absurdo. Só que meu irmão gosta de fazer as coisas do jeito dele, na hora que ele quer. E a hora que ele queria era a hora que eu estava sendo remunerada para estar trabalhando. E aí esse dia da verdura falei “Cara, a gente vai se matar se eu continuar aqui”. (Natália)

Minha mãe fazia tudo. Continuou pagando a funcionária. Eu fazia coisas do tipo lavar a louça, arrumar as camas... Mas meu pai? Nada. E minha mãe trabalha mais que ele. Nos últimos tempos, meu pai tem pegado mais aulas de pós do que graduação. Então, no fim, minha mãe hoje dá mais aulas do que ele. Nos últimos anos, meu pai vem aceitando menos coisas para fazer, e minha mãe no mesmo ritmo. Então, além das atividades de casa, ela tinha muito mais horas de trabalho do que ele, e ele tinha muito mais vida social do que ela. Ele poderia falar “Não, você está trabalhando mais do que eu, deixa que essas coisas aqui eu faço”. Isso não acontecia e mexia muito comigo. Ficava possuída. O que antes eu brigava com meu irmão, passei a brigar com meu pai. Ele ficava cochilando e, entre um atendimento e outro, minha mãe colocava coisa no forno, roupa na máquina de lavar, e meu pai lá. (Natália)

Durante quatro meses eu não entrava na casa deles. Ia na porta e deixava as compras. Uma parte das compras eles pediam para entregar, e o restante eu que fazia. Fiz muita coisa online, mas algumas coisas eu precisava ir, fruta, essas coisas. Cuidei. Total. De tudo. Eu comprava máscara pra mim, comprava pra eles. Um dia tive ideia de comprar para o pé, aqueles que coloca no pé em hospital. Peguei umas neuroses, e meu pai precisava fazer cirurgia da catarata, no final de 2020, foi bem tenso. Comprei tipo umas capas, bem ridículo, passava álcool em gel na mão a cada segundo. (Rosana)

Foi difícil porque eu tinha que trabalhar. Tinha muito medo d’eles adoecerem. Tomaram vacina, tudo certinho, mas era uma doença muito nova, dava muito medo. Estava numa cidade com bem pouco recurso. Ao mesmo tempo pensava “São Paulo tem recurso, mas também não tem vaga”. Então, tinha uma ansiedade. É uma

“palavra” que define assim em relação a eles. Ficava com mais responsabilidade [do que os dois irmãos, é a mais velha]. Eu tenho uma questão bem grave com isso. Fico muito responsável por coisas que a gente podia dividir. Resolvo muita coisa, tenho um passo à frente. Eles demoram muito para resolver as coisas, e eu vou fazendo. Agora já tem um tempo que eu tô cuidando disso, e aí falo “Olha, gente, tem que fazer isso. E aí? Quem vai fazer? Eu não vou”. Com meus pais teve aquela coisa de casal, defende um, depois defende o outro, a mãe reclama do pai. Minha mãe reclama mais do meu pai porque tem mais motivos, né? [risos] O cara não lavava um prato, meu pai nunca fez nada. Aquele homem bem do passado. Minha mãe ficava sobrecarregada, reclamava, eu tinha que me intrometer, falar “Pai, a mãe faz muita coisa”. E na pandemia não tinha o respiro. Ela perdeu os grupos que tinha, de terceira idade, de exercício. Tinha uma moça que ajudava ela em casa antes, ficou sem. Era uma moça que não se cuidava, ia nas festas, vivia vida normal. Falei “Não tem como...”. Comida a gente ainda pedia para entregar, mas limpar a casa era a gente sozinha. Meu pai não fazia nada mesmo. Na época ele não estava tão doente, podia fazer coisas, não fazia. Na pandemia ele caiu e quebrou um osso. Comecei a achar estranho. “Será que tem a ver com a rigidez?” Comecei a pesquisar, e deu que era Parkinson. A gente não entendia o que era isso. A gente percebeu um certo enrijecimento no corpo dele. Aí, ferrou. Ele ficou parado, né? Na pandemia voltou a paralisação. Teve que ficar uns três meses só quietinho, deitado. Já tinha antes alguns sintomas de memória, de não conseguir fazer certas coisas, mas piorou mesmo na pandemia. Essa queda foi um divisor de águas. Assumi bastante o cuidado dele. Me fez muito mal. (Gina)

Os depoimentos exemplificam uma das principais discussões sobre a realidade feminina na atualidade: a sobrecarga de trabalho, que é também mental e leva à exaustão. De diferentes maneiras, e a partir de contextos muito distintos, tendo em vista os variados modos de vida das mulheres entrevistadas, é possível confirmar que a sobrecarga feminina está presente para todas nós. Sem dúvidas, para as mulheres em situação mais vulnerável, essa sobrecarga tem outros desdobramentos, como impactos em renda e emprego, além de pouco ou nenhum tempo para si mesmas. Aquelas em situação mais privilegiada encontram caminhos para aliviar a pressão, como rede de apoio consistente e acesso a serviços e práticas que as ajudam a lidar melhor com tal pressão.

3.1.4 Emprego e renda

Acho que eu me senti mais confortável em saber que não tinha minha mãe, que não tinha filho para cuidar. Porque eu trabalhava manhã, tarde e noite. Em quatro instituições diferentes. À noite e de manhã, nas de ensino superior e, à tarde, nas de ensino técnico. Então, eu tinha aula todos os períodos, todos os dias, de segunda a sexta. (Ana)

Não [sofreu financeiramente] porque trabalhava mais, ganhava mais, gastava menos, não saía. Não tinha gasto com combustível, com roupa, nada disso. Era mais com alimentação. (Ana)

Já fazia home desde 2006. O que eu tinha de presencial era quando estava no cliente. Aí, eu lembro que eu estava num grupo de estudos, não lembro como comecei, sobre burnout, que uma consultoria começou a fazer. E começo a conhecer gente, tudo online... Eu achando aquilo maravilhoso. Porque, claro, da minha bolha no Guarujá, vendo a praia, estava tudo maravilhoso. Não estava me sentindo presa. Eu falava “Gente, olha que silêncio maravilhoso” [risos]. “Tô aqui, nada mudou.” A preocupação era: “Temos comida para a próxima semana?” Era ir ao supermercado e comprar comida para a próxima semana. Era essa nossa vida. (Alice)

Economiza daqui, dali. Teve um corte na taxa da consultoria. Foi quando eu comecei a estudar mais burnout. Fiz o atendimento de algumas pessoas que estavam com burnout. Então, isso contou. Mas com muita incerteza do que as pessoas queriam comprar sobre saúde mental. Foi um período de muito estudo para mim, de saúde mental, de muita troca, de conhecer muita gente online. Me joguei no online. Dei aula de como fazer um treinamento online. [...] Eu não pagava aluguel, mas pagava financiamento do meu apartamento aqui de Perdizes [bairro da capital paulista]. O que teve foram aquelas negociações de aluguel, a gente também diminuiu o aluguel para o cara [inquilino], jogamos o financiamento para frente, ficando um tempo sem pagar. Assim, 70, 80% o aluguel pagava o financiamento, e o resto a gente custeava, completava. Mas teve o negócio dos bancos de não cobrar alguns meses o financiamento, joga para frente, mas estão jogando mais juros nas suas costas. É bom e não é ao mesmo tempo. E aí o cara pediu pra gente negociar o aluguel. A gente negociou, porque era melhor do que ficar sem nada, e “Como a gente não vai ter que pagar isso, pelo menos completou nossa renda aqui”. Mas a renda diminuiu de alguma forma, trazendo essa insegurança [...] Chegou uma hora que os projetos foram dando uma minguada. Dava para se viver? Superdava. Mas não dava para fazer grandes gastos. A gente também não gastava muito dentro de casa, não tinha muito com o que gastar. E meu marido também tinha perdido o emprego. Isso é um fato importante. Só tinha uma renda. (Alice)

Foi o maior problema [bancar a maior parte da renda da casa]. A primeira vez que ele perdeu o emprego, em 2015, estava superbem na empresa, de educação, teve um lance que a [ex-presidente] Dilma mudou o Fies, e parece que 80% do

faturamento da empresa vinha do Fies. Ele era da parte comercial, foi mandado embora. E aí ele não conseguiu se recolocar. [...] ter a renda que tinha quando foi demitido. Por muito tempo eu arcava com a maior parte. E nesses intervalos de desemprego a renda era 100% minha. E isso me sobrecarregava. O trabalho de casa não me sobrecarregava. Mas a pressão por continuar a trazer renda para casa, super me sobrecarregava. Ele ficava meio perdido, se sentindo invalidado no papel dele de trazer dinheiro. Eu ficava irritada porque falava “Tô aqui ralando e você não tá fazendo nada”. Teve que se achar nesse cenário de “Não sei para onde eu vou”. Essa parte do ponto de vista financeiro foi bem difícil. Ele estava começando a se estabelecer, e na pandemia rolou [demissão] de novo. E vira uma bola de neve. Aí tem que pedir empréstimo, precisa pagar o empréstimo... Agora ele está mais organizado, a gente tem um projeto juntos, ele tem trabalhado comigo na consultoria... Essa coisa de trazer a renda, né? Eles ficam sem ação. “Se reinventa!” “Ah, você quer que eu vá trabalhar de Uber?” “Não sei, não sou eu que tenho que querer, é você meu amor, faz o que você quiser, sei lá. Mas não põe pra mim a responsabilidade de falar o que você tem que fazer.” Mas isso é um assunto que até hoje, ainda, é uma pressão que ele se põe. E eu confesso que tem horas que isso é complicado. Não quero ser a pessoa que 100% coloca dinheiro dentro de casa. Tem muitos altos e baixos. Várias coisinhas que deixam o assunto muito delicado. (Alice)

Eu tive o privilégio de ficar em casa, sem dúvida nenhuma. A pessoa que trabalha como caixa de supermercado não teve alternativa. A pessoa que trabalha como motorista de ônibus e cobrador de ônibus não tiveram essa alternativa. Claro, ficaram com muito medo e foram trabalhar mesmo assim. As pessoas que trabalham em hospital são a mesma coisa. As pessoas foram testadas ao máximo em sua resiliência. (Karla)

É importante falar que, no final da pandemia, eu fui promovida. Determinadas faixas na empresa onde trabalho tiveram redução salarial, que não tinham clientes operando cem por cento. Como eu estava com a agenda preenchida, eu não tive, não passei por redução salarial. Não fui impactada financeiramente. E a empresa que trabalho, como eu estava operando cem por cento e bati todas as metas, a empresa também bateu. A minha área bateu. Então, financeiramente, para o business que eu represento, foi muito significativo preparar as empresas justamente para esse momento do trabalho remoto. Tinham empresas que até contavam com a possibilidade de trabalhar remotamente, mas faziam para 10%. Não para 100% do contingente. (Karla)

Foi chocante. Eu tinha acabado há pouco tempo de chegar em São Paulo. Estava morando no Rio, fiquei dez anos morando no Rio. Lá estava muito ruim para trabalho, e acabamos voltando para São Paulo. Sempre fui promotora de eventos [...] Em 12 de janeiro de 2020, voltei para São Paulo. A gente já estava se organizando com trabalho, ficando tudo muito bem estruturado. Tinha fechado parceria com vários salões de festas. Estava tudo direitinho. Meu filho começou na

creche, com 2 aninhos. Minha filha fazendo o último ano do ensino médio. Tudo nos conformes. De repente, veio a pandemia em março, e daí todo mundo em casa, e a gente, que mal tinha começado a trabalhar, aí não começou mesmo. Os salões fecharam, fechou tudo e nós ficamos literalmente desempregados sem dinheiro nenhum. Meu marido tinha a produtora de vídeo e foto, e eu trabalhava com a parte de decoração e buffet. Quer dizer, todo mundo na área de eventos, que foi uma das primeiras coisas que bloquearam na pandemia. A gente não tinha perspectiva nenhuma de quando iria voltar. As parcerias com os salões foram para o fundo do poço. A gente, literalmente, não tinha nada de trabalho. (Elaine)

A gente tinha muita vergonha de toda hora “Olha, a gente precisa disso, precisa daquilo”. O que eu fazia? Jogava no cartão de crédito para pagar daqui 30 dias, e seja o que Deus quiser. Chegava os 30 dias depois, se não tinha, jogava para frente. E às vezes um empréstimo. E foi virando uma bola de neve. Então, hoje a gente está terminando de pagar dívida de pandemia, época que a gente ficou doente, aquelas coisas que não estão no orçamento, mas que tem inesperada. Tem esse resquício. Hoje, meu marido trabalha na faculdade onde estudou na parte de vídeo, ajudo ele em um serviço ou outro que aparece particular, mas não é nada considerável para dizer é uma renda que tira meu sufoco do mês. É praticamente ele que está segurando as pontas. (Elaine)

As pessoas prestadoras de serviços na área de eventos tiveram que se reinventar de maneira drástica. Tudo aquilo que eu sabia era como se hoje eu não soubesse mais. Teria que estudar muito para reaprender e começar do zero. Estou querendo fazer um MBA de Marketing, Comunicação e Eventos, que vai fortalecer a graduação de Marketing que já tenho. Vai ser online. Não gosto porque acho que o presencial te dá muito mais conhecimento. Tenho experiência de 30 anos, mas não tenho certificado que comprove. (Elaine)

O aspecto financeiro na pandemia para mim foi difícil. Não só pela questão do dinheiro, mas pelo medo de perder o emprego, o que mexeu com meu emocional. Eu trabalhava em uma loja de cosméticos, mas que também vendia produtos de higiene. Então, entrou na categoria serviços essenciais. (Maria)

No começo, no auge da pandemia, eu saía com muito medo de trabalhar. Queria ficar em casa. Paramos só 15 dias logo no início. O resto, sempre presencial. Me sentia desrespeitada, agredida, por não poder ficar em casa. E trabalhei mais, tanto na loja quanto em casa. Meu salário não foi alterado. Mas perdi comissão de vendas. Tive que pegar cesta básica na igreja e saquei fundo de garantia. Cheguei a brigar com minha mãe para não desperdiçar comida na hora de cozinhar, acabar jogando fora. Em 2022 comecei a me sentir um pouco mais normal. Mas tudo ficou mais caro. Também percebo mais mulheres desempregadas por serem autônomas, muitas da área da limpeza. Mulheres que conheço tiveram um impacto financeiro muito grande. (Maria)

Minhas duas funcionárias ficaram home office. Meu marido e eu trabalhamos juntos há 20 anos, a corretora é nossa, e o escritório é no andar superior da nossa casa própria. Então, mesmo sendo um espaço separado, não teve o impacto de mudar de ambiente para nós. A faxineira, que morava em outra cidade, não quis mais vir por medo da locomoção, do risco. Mas pediu demissão mesmo. A loja virou delivery, então, os gastos com conta de luz despencaram. A proprietária do imóvel, com medo que a gente fechasse e ela perdesse renda, diminuiu o aluguel. Também paramos de gastar com gasolina. Tudo isso diminuiu gastos. (Juliana)

Entre as reflexões que vieram desse período, eu percebi que já vivia muito isolada antes do isolamento, considerando que casa e escritório são no mesmo espaço. Isso me preocupou. Uma limitação que para mim foi uma grande frustração foi terminar a faculdade online. Me deixou puta. A faculdade era um sonho, estava estudando o que eu queria aprender, o que gostava. As aulas online foram horrorosas para mim. Acho que me senti mais estabilizada em 2022, quando tudo voltou ao normal. Mas acho que o clima está mais pesado. As pessoas estão mais pilhadas, impacientes, menos visão humana. As corretoras estão pressionando para bater metas. Trabalho com sete gerentes mulheres das companhias de seguros, são meus contatos. Todas estão mais estressadas. Outro dia, uma com quem tenho mais proximidade me pediu por favor para ligar na segunda-feira que naquele momento ela não tinha condição emocional de atender ninguém. É também uma área que mudou muito e temos que nos atualizar toda hora. (Juliana)

Quando começou a pandemia eu estava trabalhando, fiquei com medo, me assustei bastante. Foi reduzido meu salário. Trabalhava como doméstica. Primeiro a patroa reduziu minha ida para três vezes por semana. R\$ 749 ela me pagou. Na Vila Leopoldina. Depois de um tempo, a amiga dela me contratou por dois dias. Me pagou melhor do que minha patroa mesmo [...] achou um absurdo, e me pagava R\$ 900 mês para dois dias na semana [...] Não me ofereceu para ficar em casa e continuar recebendo. Fiquei em casa no período de férias, vencidas, uns 30 dias, no mês de março, e voltei com salário já reduzido. Eu não parei. Saía dela e ia para uma outra moça cuidar da menina pequena [...] Pegava transporte público depois, mais para o final de 2020, 21h, 21h30 chegando em casa. Para mim não mudou nada, continuei trabalhando. Aí, de sábado, eu atendia uma senhora, como cuidadora, que tinha demência. Ela não gostava de ninguém, só de mim. As filhas me pagavam, sabiam que eu não saía de casa a não ser para trabalhar. As meninas sempre me davam mais, além do que a mãe dava. Confiavam em mim para estar lá. (Isa)

O que não gostei, pelo que eu fazia e pela consideração, achei sacanagem ela diminuir [o salário]. Porque eu não só mantinha a casa limpa. Fazia comida, cuidava da filha dela, levava para a escola. E eu não era babá, mas fazia os papéis todos

para ela. Achei humilhante. Inclusive até hoje ela anda atrás de mim. Mas eu não volto mais. (Isa)

Em casa não faltou comida porque eu corri atrás, né? Pagamos as contas. Meu marido recebia aquele auxílio emergencial, um valor de 600 reais. Ele recebia e nós fazíamos compra, inteirava com o meu [dinheiro]. Os meus 749 reais com os 600 reais dele. Ficamos uns três meses sem pagar água, foi o governo que fez isso para baixa renda. Fiquei com medo, mas depois voltou ao normal. Já era uma conta a menos. (Isa)

Ajudei financeiramente minha filha mais velha, porque ela ficou em casa, pagava aluguel. Eu não pago aluguel. Ajudava ela em compra, às vezes com o aluguel. Ela ficou sem emprego, trabalhava em loja de bolsa. Fecharam a loja e mandaram embora. Nesse período eu me preocupei, perdia até o sono. Pensava “Ai, tomara que volte [a vida normal]”. Ela já estava casada. Ele [o genro] ficou uns dias em casa, era adesivador em shopping. Diminuiu também o salário dele, mas não ficou sem emprego. Aí eu ajudava eles. Tinha coisa que às vezes precisava. Só o dinheiro dele para aluguel, comida e conta não dava. Depois ela conseguiu também o auxílio, os 600 reais. Foi luta. Até ela conseguir emprego. Também passou para 300 reais [o auxílio]. (Isa)

Continuei pagando a diarista, por exemplo. Não consegui guardar dinheiro. Mas fiz compras online para me preservar e preservar minha família, fiz doações, paguei as contas sem problema. Profissionalmente, esse momento me incentivou a transformar minha carreira. Pensei muito sobre o que vale a pena na vida. Não trabalhava na minha área de formação, trabalhava com eventos, no governo municipal, num cargo em que eu ganhava mais do que agora. Mas finalmente consegui vaga como assistente social naquele momento, o que me realiza. (Lucia)

No primeiro semestre da pandemia eu estava cheia de aula, não via o tempo passar e tal. Muita mudança, “Faz prova assim...”, “Faz de tal jeito...”, treinamento, tanta coisa... Eu adorava porque tomava café na varanda de casa na hora do intervalo, ia lavar roupa... Essa parte eu curti muito. Só que, no segundo semestre, as aulas despendaram e tive impacto na minha renda. Caiu de R\$ 6 mil para R\$ 1.800 da noite para o dia. De repente eu só tinha dinheiro para pagar o condomínio e umas continhas. E eu dependia 100% de mim. Hoje estou casada. Mas ele não me dá dinheiro. Eu vivo com meu dinheiro. E naquele momento eu tinha que dar suporte para meus pais em algumas coisas, comecei a acabar com minha reserva, porque o dinheiro que entrava não era suficiente e não queria pedir dinheiro para ninguém. Se eu falasse para meus pais, eles me dariam dinheiro, mas tirariam de reserva. O dinheiro deles tem que ser preservado. E, também por uma questão de vaidade, eu não falava nada para o Davi. Eu estava me bancando sem ninguém saber de onde estava saindo o dinheiro. Essa parte foi muito ruim, muito aflitiva. Me senti sobrecarregada mentalmente. Senti uma vulnerabilidade muito grande. Foi aí

inclusive que desisti de fazer doutorado, pensava em fazer. Porque eu via ali colegas com doutorado perdendo aula que nem eu perdia. (Rosana)

Eu tinha três pacientes que eram online porque não moravam aqui no Brasil. Não tinha nem paciente de outro estado. Não pensava na possibilidade de atendimento online. Achava que tinha que ser presencial. Fui aprendendo. No WhatsApp, você está atendendo, alguém te liga. CRP [Conselho Regional de Psicologia] não curte que faça pelo WhatsApp. Nem sabia. A primeira vez foi o paciente que mandou o link da chamada para mim. Nem lembro qual foi. Agora uso Google Meet. Porque tem que ter uma visão interessante, uma coisa bonita [atrás] para ver. Não é fazer em qualquer lugar. Pensei “Poxa, a pessoa está vendo isso aqui, deixa eu fazer uma coisa bonitinha atrás”. Como se fosse uma sala, né? Hoje eu tenho quadrinho, uma planta... Mas estava preocupada com atender. Era um esgotamento mental. Achei que não ia dar conta. É muito ruim. Porque tem um gasto cerebral mesmo, diferente de quando a gente está presencial. Você vai fazer um curso online, cansa mais do que presencial. Cansa o olho. O cérebro e o olho. Não tinha troca. Não tinha um cafezinho, um chazinho... Quando estou atendendo presencial tem o café, o chá, estende um lencinho, levanta para abrir a porta... (Gina)

Não perdi renda, mas aumentaram meus gastos por questões de saúde do meu pai. Foi bem nessa época. Tive gastos inesperados com meu cachorro, tive que deixar ele em creche, coisa que eu não estava contando. Tive cachorro na adolescência, que tinha quintal, brincava, soltava na rua e eles voltavam. Agora não, né? Tenho dó d’ele não interagir com outro cachorro. Não perdi, mas tive medo de perder renda. Alguns pacientes perderam, mas aí eu negocieei, porque não sou de deixar paciente na mão. No começo da pandemia, comecei a cobrar um pouco menos. Esse ano [2024] que comecei a aumentar e equiparar com meu valor. (Gina)

Em sua maioria, as mulheres que já se encontravam em situação confortável e puderam fazer home office tiveram não só menos perdas financeiras como, para muitas, ocorreu o efeito contrário. Ganharam e economizaram mais, foram promovidas, a parte material não foi afetada. O receio da perda de emprego também foi menor, quando não inexistente. Já para as mulheres em situação mais precarizada, emprego e renda se tornaram uma enorme preocupação, com reflexos emocionais e relacionais. Parte delas, no pós-pandemia, ainda busca se equilibrar financeiramente ou busca mais trabalho.

3.1.5 Saúde física e emocional

Tive pela primeira vez na vida infecção urinária. Muito tempo sentada. Comecei a usar óculos para perto, multifocal, não usava. Comecei a cozinhar, porque não cozinhasse [risos]. Comprava comida [risos]. Hoje voltei a comprar. (Ana)

Pensando nos meus tios, nos meus primos, eles não saberiam viver se estivessem sozinhos. Eles precisavam daquela estrutura. Ou de mãe, ou de esposa, ou irmã. Emocionalmente eu acho que a mulher é mais forte. É mais fácil pra gente. (Ana)

Antes disso eu tinha uma empregada, uma babá, duas vezes por semana ia uma moça que me ajudava com a bebê na madrugada, e o meu pai estava aqui. Então, eu tinha uma estrutura. Uma semana antes da pandemia, minha empregada doméstica pediu demissão, o que achei ótimo, eu não ia ter coragem de mandar ela embora e continuaria pagando. A babá, falei “Vai para casa”, continuei pagando, não reduzi a jornada dela, porque eu estava recebendo cem por cento. A moça que vinha na madrugada, falei “Não venha”. E o meu pai, aluguei um carro e mandei ele de volta para Belo Horizonte, porque as UTIs já estavam lotadas, e ele não queria entrar num avião. Aí, de repente, estava só a gente, e pensei “Como é que eu vou fazer?”. Depois do nascimento do mais velho, eu tive depressão pós-parto. Da menor, eu tinha muito medo de ter. E o baby blues é uma coisa real. Não é uma depressão, mas a mulher fica meio down, a falta de sono é real, fica realmente meio para baixo, tem a coisa dos hormônios, medo d’aquela serzinho morrer. Tudo isso é real e não é depressão. Mas eu tinha medo de entrar na depressão. (Carina)

Me marcou muito um dia que ele [o filho] estava assistindo o Mickey e tive uma notícia que uma ex-colega de trabalho, que teve um bebê uma semana antes de eu ter a minha, ela se jogou do 13º andar com o bebê no colo. Isso devia ser abril. Fiquei remoendo aquilo. Falei “Não tô bem”. Conversei com o meu médico e comecei a tomar um antidepressivo que podia amamentar. (Carina)

E aí eu comecei a comer. Para você ter uma noção, eu pesava 85 quilos quando a mais nova nasceu. Eu cheguei a pesar 85 quilos com ela dentro de mim. Se você bota bebê, placenta, líquido amniótico, dá uns 9 quilos, que é o que geralmente as mulheres perdem quando o bebê sai. Então, eu engordei 9 quilos na pandemia, mais ou menos. Eu aparecia nas chamadas de vídeo só daqui para cima [indica o colo]. Não deixava ninguém me ver de corpo inteiro. Quem estava me vendo eram meus sogros, meus pais e meu marido. Mas eu tinha muita vergonha, não tinha o que vestir, usando roupa de grávida, estava me sentindo um lixo, feia, gorda. (Carina)

Foi a época que eu mais coloquei em prática todas as ferramentas que eu tinha de gestão de estresse. De meditação, visualização, respiração... Acabar a mente, tentar acalmar outras pessoas... Tentar ver um lado bom nisso... Acho que foi muito tranquilo lidar com as minhas emoções. Mas tinha sim dias que eu estava triste, dias que eu achava que iria morrer, dias que eu achava que estava com falta de ar, ter os sintomas sem ter nada, fazer 25 testes [risos]. (Alice)

Entrei na menopausa na pandemia. Aconteceu de um tudo junto. “Não sei se meu humor está assim porque estou numa pandemia, se estou nervosa porque tenho um marido que não tem emprego...” [risos]. Ser mulher é sempre um desafio. É constante. A gente sempre tá... E lidar com isso da diversidade, e o feminino, assuntos que a gente não conversa, com muito viés, preconceito. O ser mulher, precisa conversar sobre. As mulheres precisam conversar. (Alice)

Um privilégio que eu tive foi trazer um pouco dessa rotina que eu tinha no mundo externo para dentro de casa. Por exemplo, treinar às 6 horas da manhã, online, com personal. O horário de trabalho também, eu consegui desenvolver minhas atividades, a rotina das coisas da casa... (Karla)

Como na Itália. Aquilo foi assustador para mim. Justamente no começo de março, aniversário da minha mãe. Por mais que não tivesse um tipo de comemoração, eu sempre celebrava o aniversário da minha mãe ao lado da minha mãe. E eu não pude fazer isso. Foi muito assustador. E se ver privada, ficar em casa, assistindo TV, todas aquelas notícias. Psicologicamente foi muito ruim. Mas não posso dizer que fui impactada de outra forma que não isso. Uma coisa que eu não aguentava mais eram as notificações [do celular]. Eu desliguei todas, porque você fica ouvindo aquilo, o tempo todo, pingando mensagem, e isso meio que faz o seu cérebro não desligar. Tem a sensação de que está o tempo todo numa conferência que você precisa estar ali, dando uma explicação, dando uma contribuição... É extremamente desgastante. (Karla)

Eu não tive que me medicar. Mas, nitidamente, eu fiquei muito ansiosa. Tanto que era o mês do meu aniversário e eu fiz bolo todo dia. Trinta dias. Entre uma reunião e outra, eu batia um bolo. Eu comi bolo todos os primeiros dias da pandemia. Todos [...] Voltei a fazer terapia, online, algumas sessões para me apoiar. Mas, depois de um tempo, você via que não aguentava mais ficar em frente à tela do computador. Estava todo mundo meio que estressado, voltou o medo com a morte do meu sogro, que a doença estava rondando novamente, e eu não conseguia mais me concentrar no meio daquele turbilhão de coisas acontecendo. A ansiedade voltou ali. E eu sou uma pessoa tipicamente ansiosa. Assim, se eu estiver muito ansiosa, eu não consigo dormir. Isso me abalou também. O começo me assustou muito. A Covid, o fato de ser uma doença que vai e volta... Meu pai acabou de falecer porque ele pegou Covid. Acabou de acontecer, no final de 2022. (Karla)

Não podia trabalhar, sempre fui acostumada a trabalhar, muito ativa e, de repente... Fiquei muito mal, péssima, mas não queria demonstrar porque eu vi que minha filha e meu marido já estavam muito mal. Tive que segurar a onda. Segurar as pontas. Eu que acalmava, “Vai dar tudo certo”. Mas acredito que meu desânimo, tudo que senti, com certeza foi uma grande depressão. Porque não tinha como, né? As pessoas tiveram que parar tudo [...] Para meu pequeno, a gente tinha mais tempo para ele.

Então, para ele era festa. Mas ficar com a criança dentro de casa, isso era ruim. Chegava uma hora a gente já não tinha mais paciência, né? Você começa a se irritar, a se alterar, toda hora a criança não te dá tempo de respirar... Começou a causar um estresse. Para todo mundo. (Elaine)

A gente começa a perder a paciência, e comecei a brigar com ela [a filha]. E a gente se dá muito bem, mas ao mesmo tempo não... A gente tem aquelas faíscas de vez em quando. Aí foi quando começaram as primeiras chamas da faísca, porque eu chamava atenção de alguma coisa, porque eu estava sem paciência, estava tentando segurar a barra ali de todo mundo, ela achava ruim, respondia para mim, e aí virava briga. Nada assim grave. Mas era uma coisa que magoava, chateava, machucava... Às vezes, no nervoso, você fala uma coisa que se arrepende ou escuta uma coisa que você não esperava [...] E um desses dias que a gente saiu para ir para o mercado, farmácia, fazer compra [...] chegamos e ela estava com pulso cortado. Não chegou a cortar muito. Um chegou a sangrar, mas não muito, o outro ela só marcou. Talvez na hora ela perdeu a coragem, não sei... A gente levou um baita de um susto, ela ficou muito mal, dias sem falar nada... Levantava, tomava banho, ficava no quarto... E a gente observando, tentando conversar o tempo todo, acalmar, falar que uma hora as coisas iriam melhorar, para ela ter paciência, que não era só em casa que estava acontecendo isso, era no mundo inteiro [...] Não sabia o que fazer, não sabia como agir. Então, a gente meio que se apegou à fé mesmo. À fé, a Deus e ao amor, à família, junto com ela, para gente poder se acalmar e, quando passasse essa pior fase, procurar ajuda. E aí, no ano seguinte, logo em 2021, foi quando ela começou a prestar vestibular. Porque os vestibulares eram sempre no final do ano anterior para entrar na faculdade. Mas com a pandemia não foi bem assim. Então, ela foi prestar vestibular, na verdade já não queria, tinha desistido da faculdade que ela queria tanto, tanto almejou, não queria mais. Aí, conversei com ela e falei “Vamos procurar uma terapia, vamos sim procurar uma faculdade para você...” e a convenci a fazer o vestibular. Aí ela fez em cinco faculdades e passou nas cinco. (Elaine)

Posso dizer que para mim [a pandemia] foi bem complicada. Tive não só que segurar as pontas. Perdi para o Covid pessoas da família. Prima hospitalizada quase 40 dias, hoje com sequelas graves. E, além disso, tive que carregar a perda do meu útero em uma cirurgia [devido a complicações da segunda gravidez e que surgiram em 2020]. Mesmo sabendo que não teria mais filhos, foi uma coisa que me incomodou muito. É como se você tirasse o centro de vida da mulher. Eu sempre quis ser mãe e gostaria de ter mais filhos. E até hoje isso me incomoda muito. (Elaine)

Mesmo com todo o cuidado, mas saindo para trabalhar, peguei Covid duas vezes. Uma vez logo em março de 2020, e depois em dezembro de 2021. Depois disso, minha tireoide, que eu já tratava, ficou descontrolada, memória afetada, muita falta de ar e dores pelo corpo que custaram a parar. Minha mãe e meus filhos também

pegaram essas duas vezes. Minha mãe e meu menino ficaram bem, assintomáticos. Minha menina, que agora tem 16 anos, me preocupou. Ficamos as duas no hospital em observação devido a saturação, e ela tinha febre alta. E o medo de um filho morrer e não poder reconhecer o corpo? Me senti culpada. Acredito que ela acabou adoecendo por estar mais próxima de mim. Por ser menina, ter que fazer coisas como ir na rua fazer mercado. Também por ser mais velha. Acredito que foi descuido da minha parte. (Maria)

Emocionalmente, minha cabeça estava a mil. Medo da doença, dos meus filhos pegarem, minha família. A frustração de ver tanta coisa acontecendo e as pessoas não respeitando os protocolos. Minha mente entrou em colapso de tantos conflitos emocionais. Minha menstruação desregulou. Tive crises de insônia e ansiedade. Mas não procurei ajuda profissional, de terapia. Estava mais preocupada com o trabalho. Em 2021 percebi que entrei em depressão. Sempre fui muito alegre, espirituosa. Comecei a sair de casa, conversar com as pessoas, e fiquei perturbada de ver que muitos não ligavam mesmo, não acreditavam na vacina. Essa irresponsabilidade das pessoas. Voltei a me isolar por conta própria, me enclausurar. Foquei em oração, meditação, leitura. Me sentia sensível emocionalmente. Não estava curada desse sentimento de frustração com o outro. A pressão no trabalho também aumentou para vender mais. Também senti falta da minha privacidade, ter tempo para ler meus livros, sentar na praia. Sempre rodeada de pessoas e fazendo alguma coisa por elas. Caiu libido, aumentou a irritação, o cansaço, a dificuldade de concentração. (Maria)

Desde o início todos em casa usaram máscara, álcool em gel. Raramente tive algum mal-estar físico. Quando houve a reabertura dos lugares, com as pessoas vacinadas com as primeiras doses, foi a saúde mental que não ficou bem. Tive muito para reorganizar e parecia que tinha perdido o ritmo, como se houvesse uma pane na minha cabeça. Recorri à terapia online a partir de julho de 2021, e depois passei ao presencial. Foi também o começo de uma crise pesada no meu casamento. Juntou a pressão do cenário, preocupação com a saúde dos pais, dos filhos, medos... E passei a sentir muita raiva do que via fora de casa. Gente se aglomerando, sem máscara, negando a vacina. Acho inadmissível alguém não querer tomar vacina. (Juliana)

Eu sempre usava máscara. A patroa me levava e buscava em casa [no começo da pandemia]. Para não passar nela. Eu não peguei, mas eles pegaram. Eu usava máscara, mas ela não usava. Mas ela tinha muito medo. Não era nem medo. Para mim era frescura [risos]. (Isa)

Meu marido teve, minha tia teve [Covid], logo no começo, e cuidei dos dois, mas não peguei. Se eu peguei foi a tal assintomática. Mas não parei de trabalhar [...] Só eu lá em casa trabalhando. Ele [o marido] pegou Covid e pronto, não voltou mais [a trabalhar], fazia bico, mas não... Era pedreiro. A Covid prejudicou ele. Agora ficou

melhor, mas ficou bem ruim [...] Me senti muito sobrecarregada. Físico não. Mas carregada. Meu marido fica tempos sem trabalhar por causa de bebida. Às vezes ele ajuda na casa, às vezes não... Quando ele não está bebendo, está normal, faz comida, limpa... Única coisa que ele não faz é limpar fogão. Às vezes limpa a cozinha... Mas, se estiver bebendo, minha filha, esquece. Nem ele come. Fica parado, parado mesmo. (Isa)

No fim de 2020, era pandemia, tinha medo e passava por uma reforma em casa. Pelo estresse, voltei a fumar maconha e cigarro. Achei que a maconha seria terapêutica, e agora estou em tratamento com psicóloga e psiquiatra para tratar o que virou um vício. Mas estou bem melhor. A falta de concentração e o cansaço aumentaram. Com o tempo, consegui voltar a estudar. Foi muita coisa na cabeça. (Lucia)

A primeira coisa que fiz quando começou a pandemia foi um MBA, pensei “Preciso ocupar a minha cabeça, não vou perder tempo da minha vida, vou ser produtiva”. Só que a dimensão que [a pandemia] foi ganhando, eu comecei a ficar com medo de comer. Nunca fui de cozinhar, sempre pedia muita comida fora. E comecei a ter medo de ter contato com pessoas para pedir comida. Parei de comer. Não só emagreci muito como duas vezes quase precisei fazer lavagem estomacal. Fiquei um mês sem evacuar. Piorou minha depressão e ansiedade. Eu achava que ia morrer, tinha medo de pegar e passar para meus pais, só saía para comprar meus remédios. Eu estava apática, sem expressão. Minha mãe fazia pavê no meio da semana porque eu gostava. Ela estava desesperada de me ver [magra]. Cheguei num ponto melhor, o fato de estar com meus pais [foi para a casa dos pais depois de alguns meses] também me acalmou. Essa questão com a parte emocional e fisiológica para mim foi muito pesada. Tomava remédio para dormir, tomava remédio quando acordava, tomava remédio para conseguir evacuar... As vezes que eu saí, mesmo de máscara, eu tinha labirintite e náusea. Uma coisa que me ajudou, depois da primeira vacina, foi começar a caminhar com meu pai na praia às 6h da manhã. (Natália)

Parei de fumar. Diminuí muito o álcool. Li como nunca. Para mim era um refúgio, porque, ao invés de dormir, que não conseguia muito, eu lia muitos livros por mês. Na pandemia eu tinha 14 salários fixos de 30 mil reais, mais sete salários de variável. Eu tinha muito dinheiro, uma pessoa que não tem filhos. E falei “Ganho bem, mas o que vou fazer com esse dinheiro? Que adianta eu morrer e ficar com esse monte de dinheiro acumulado? Vou viajar, vou cuidar da minha saúde, comprar os remédios que são caros, mas tem que comprar, vou ficar bem, vou pedir demissão ganhando bem, mas foda-se”. E, se eu voltar para o mercado corporativo, vou pensar com muita calma. Porque a vida passa muito rápido. Sempre tive medo de infartar, não tenho nem 40 anos. (Natália)

Não fui atrás de ajuda psicológica, não tomei nada. Não sei como consegui. Teve um dia que fiquei andando de um lado para o outro no apartamento, ansiosa. Já não era o começo, já fazia um tempo. Foi o dia que fiquei mais ansiosa. Dei uma pirada. Mas aí veio uma perspectiva da vacina, foram acontecendo coisas paralelas e fui me apegando a isso. Saía com o Davi para caminhar, isso já ajudava um pouquinho, tem muito parque aqui na região. Pensava “Meus pais estão aqui, estão bem... Tá bom, não aconteceu nada”. Eu tinha medo, mas eu também tenho um otimismo. Eles se cuidavam. Apesar do meu pai ser menos cuidadoso. (Rosana)

O número de pacientes ficou igual. Perdi alguns e ganhei outros. E algumas pessoas estavam com questões tão grandes para elas que a pandemia era um detalhe. Por exemplo, quem estava em depressão profunda, ou morreu alguém, ou está com uma doença... Dependendo do que ela estava vivendo de sofrimento, não fazia diferença para ela. Outras que não estavam com questões tão sérias e que estavam dando conta de uma forma mais fortalecida, aí elas falavam do medo de morrer, quem tinha filho... Mas basicamente medo de morrer. “Tomo vacina ou não tomo vacina?” “Será que essa vacina vai mesmo ajudar a gente?” Fiz terapia, eu já fazia, continuei fazendo. E caminhei muito. Colocava a máscara para descer e ia num lugar aberto, Avenida Sumaré, caminhava de máscara. Caminhar me salvou. Me ajudou a viver aquela tensão. Lembrei agora do primeiro dia que andei na rua. Foi na Paulista. Tive ansiedade, taquicardia. Eu estava com máscara, já era liberado, mas demorei bastante tempo para parar de usar máscara. Tinha impressão que estava nas nuvens, coisa muito estranha. Acho que era 2021. Porque 2020 eu fiquei muito fechada. (Gina)

Sem exceção, a saúde das entrevistadas foi afetada e os impactos físicos desencadeados pelas questões emocionais foram significativos. Em um contexto de tamanha incerteza como uma pandemia, é natural que um desequilíbrio das emoções ocorra, causando desequilíbrios também no corpo. Não é fácil lidar com o desconhecido, especialmente um desconhecido global, em que não tem para onde fugir. E é verdade que também a população masculina foi afetada de ambas as formas. No entanto, novamente as mulheres se encontram em um quadro de desvantagem em relação aos homens também quando abordamos a saúde, além de outras questões que atravessam a realidade feminina, como a sobrecarga mental e de trabalho, remunerações menores e maior risco de perder trabalho.

3.1.6 Medos

Não era nem de perder os outros. Era morrer sozinha, como meu tio. Pelo que a perícia fala, ele já estava morto há uns quatro dias. Ele não atendia [o telefone], mas, como era dia de receber, pensei “Saiu pra beber, falar com os porteiros...”.

Saía todo dia para dar uma volta, sentava no banquinho, mesmo que de longe. Mas aí os porteiros falaram que não o viam há dois dias. [...] é uma questão com a morte mesmo. Acentuou mais na pandemia. Porque, olha, eu tinha perdido a minha mãe em junho, perdi uma superamiga em novembro [ambas em 2019] que cometeu suicídio, aí veio meu tio e, depois, uma das minhas melhores amigas, como minha irmã, morreu de Covid. Meu tio morreu em julho, ela morreu em agosto. Falei com ela no dia que ela foi internada. Só, mais nada. Ficou quase 30 dias internada, teve aquela melhora, o médico disse “Olha, vamos desentubar” e, quando achamos que ela estava melhorando, o coração parou. (Ana)

Para mim, a pandemia foi um dia muito, muito longo, sabe? Parece que todos os dias eram iguais. Eu estava de licença-maternidade, recebendo [salário]. Meu filho, que era um menino de 4 anos, cheio de energia, ia para escola, nataçao, futebol, tinha babá, de repente estava enfurnado dentro de casa com a mãe e a irmã recém-nascida pendurada no peito. Um bebê de um mês mama a cada duas horas. Eu via meu filho angustiado. Ele não expressou. Mas eu via que ele tinha dificuldade para dormir porque não tinha gasto energia e via a gente preocupado. Eu tinha muito, muito medo da menor pegar. Hoje a gente já sabe que eu é que era risco, porque estava obesa e puérpera. Não sabia disso. Lembro que um dia a gente desceu na garagem só para meu filho correr um pouco e ele encostou a mão na parede. Eu dei um esporro nele achando que o coronavírus estava na parede da garagem. (Carina)

E, claro, se você está em casa, vai ter que fazer um mínimo de preparo dos alimentos. Isso ficou comigo. Meu marido, por exemplo, não cozinha. Ele é uma pessoa que supercompartilha das obrigações domésticas. Mas ele não cozinha. Isso continuava comigo. Esse era um ponto que eu tinha muito preocupação. Mesmo que, de repente, fosse pedir comida, ficava desconfiada se tinha algum foco dentro do elevador também. Então, foi muito difícil o começo. (Karla)

Eu achava que a gente ia comer pamonha, que ia ter festa junina em 2020. Ledo engano. Achei que a gente encontraria a cura ou seria flexibilizado. Não aconteceu, foi muito frustrante. Entre a primeira dose e a segunda dose da vacina, meu sogro faleceu [de Covid]. O que foi ainda mais assustador. Significa que ele estava muito próximo de tomar a segunda dose, ter o esquema vacinal concluído. Isso não aconteceu. Ele foi para o hospital e não voltou. Isso deu uma camada ainda mais assustadora ao negócio. Eu nem queria que meus pais fossem no velório. E eles foram. Botaram as máscaras e foram. Esse é o ponto. As pessoas não conseguiram se despedir dos entes queridos. Foi uma tortura psicológica muito grande nesse período. Porque, quando você acha que a cura está chegando, não. Pegar a janela entre uma coisa e outra... Voltou aquele medo. (Karla)

Eu ficava neurótica de medo [...] E as pessoas queriam entrar na loja sem máscara, sem usar álcool em gel. Não só cliente, outras funcionárias também. O patrão não

queria que cobrasse os clientes com medo de espantar as pessoas. Isso me fez criar muitos conflitos no trabalho. Eu pedia para todo mundo colocar máscara e usar o álcool em gel. (Maria)

Para mim, com a reabertura, tudo na pandemia ficou mais difícil. Também mudou a previdência e meu marido não pôde se aposentar, além de um problema na coluna que ele teve... Foi uma mistura de raiva e medo. Eu comecei a falar demais, o que vinha na cabeça, sem filtro, e chorava muito. 2020 foi um ano de medo. 2021 foi um ano de raiva. Uma das funcionárias que trabalha com a gente há 15 anos só tomou uma dose da vacina. E aí, pela primeira vez, a gente brigou. Meu marido é grupo de risco, ela está perto dos meus filhos. É negacionista. Então, para continuar a conviver, estabeleci limites de não conversar certas coisas: política, vacina, Covid. (Juliana)

Só no início mesmo da pandemia que fiquei com pânico. Falavam “Vai faltar comida”, “Vai faltar isso”... Aquela dúvida... “Põe máscara”... Um mês mais ou menos. Quando eu ficava parada em casa, me dava mais aquela angústia... Março eu tive 30 dias de férias, depois mais 15 em maio por causa do meu marido com Covid. Na hora que comecei a sair, em abril, me senti mais corajosa. Parece que em casa eu me sentia mais oprimida, com medo... Medo de faltar as coisas... (Isa)

Passou [a insônia]. Mas me afetou, ficava meio esquecida e pensando no mundo da lua. E fechando tudo e morrendo, morrendo e morrendo, aí pronto. Dava um medinho, apesar de que não era com a minha família. Mas com conhecido, como com parente lá na Bahia. Foi a mãe e o filho. Achei impressionante. A gente foi criada junta, como parente. Aí ela faleceu de manhã, ele faleceu à tarde. Minha mãe [no Pará], eu preocupava. Ela e meu pai ficaram neuróticos, com medo mesmo. Até hoje minha mãe tem medo. Mas eles se cuidavam muito. Se alguém espirrar do lado da minha mãe... Ela manchou as coisas todas dela com cândida. Eu limpava a casa normal. Só quando meu marido estava doente. Falava com ele de longe, levava comida para ele e ele com a máscara. Mas eu não entrava no quarto. Quando tinha as roupas dele para lavar, lavava na máquina e depois eu passava álcool. No enxágue eu colocava álcool. (Isa)

Tenho medo que volte. A gente fica preocupada de fechar [novamente o comércio]... Tirei da cabeça, mas às vezes, se eu começar a pensar, me preocupo. Às vezes eu falava “Nossa, estou trabalhando”. Mas aí tinha um parente ou vizinho que não estava. Não me sentia bem. (Isa)

Já o clima era de medo em família. Foi um susto, minha ansiedade piorou. No final de 2020 tive crises de pânico, e trato a ansiedade até hoje. Meu maior medo era pegar e passar para alguém. (Lucia)

Fiquei paranoica. Eu usava luvinha descartável para fazer serviço de casa, eu saía com aquelas luvinhas. Se eu descesse na portaria para buscar uma encomenda, eu tomava um banho quando voltava. Em hipótese alguma eu deixava um vizinho entrar no elevador comigo, cheguei uma vez a brigar porque o vizinho queria entrar, eu falava “Por favor, não entra” [risos]. Estou casada há dois anos, a gente já morava junto. Mas na pandemia a gente não morava junto. Morava sozinha no auge da pandemia. A gente se via. Eu tinha muito medo... Não de pegar, porque tenho saúde, não tenho comorbidade, problema de saúde... Mas tinha muito medo de passar para meus pais. E tinha muito medo de pegar, passar para o Davi [marido] e ele passar para a mãe dele. Ele morava com a mãe dele na época. Eu tinha muito medo por pessoas, até de fazer mal para alguém que eu não conhecia. Eu tinha um balde na entrada de casa, com um saco preto de lixo. Ele entrava, já tirava a roupa toda lá, fechava o saco. (Rosana)

Consideramos justificável separar do contexto da saúde a questão do medo. Claro, temer causa angústia, ansiedade, estresse, preocupação, que desencadeiam aspectos físicos. No entanto, a separação aqui se dá por ser um tipo de medo inédito na vida das pessoas, relacionado à frustração intensa e dificuldade em traçar metas e objetivos além da sobrevivência em curto prazo. Há uma variação de como é vivido e exposto tal medo. No entanto, sempre aparece cercado por uma questão que atravessa o feminino: o cuidar, o olhar para o outro.

3.1.7 Relacionamentos

Na primeira semana, quando assistia ao noticiário, a sensação era de que eu ia morrer e o mundo ia acabar. A partir do momento que desliguei a televisão, comecei a me conectar mais com as atividades diárias. E só assistia desenho infantil [risos]. Acho que aliviava. Era uma forma de fugir. Outra coisa difícil: sair para comprar alguma coisa, porque tinha medo de ficar doente. E consolar meu tio. Porque meu tio não era conectado com internet, WhatsApp, com nada. Então, ele ficava no telefone. Toda hora, no intervalo [das aulas], eu tinha que dar uma palavrinha com ele. Tinha períodos que ficava sozinho. Porque minha tia tem Alzheimer. Ela ficava cada mês na casa de uma filha, porque os dois brigavam muito [...] [O tio] tinha muita tristeza. Morreram dois vizinhos, superamigos dele. Os dois se mudaram para o condomínio na mesma época. E morreu um primo. Então, não morreu necessariamente da Covid, mas fui eu quem encontrei meu tio morto no apartamento. Desse dia em diante, até hoje, eu só durmo de luz acesa. Ainda em 2020. Ele faleceu em junho de 2020. E minha mãe, em junho do ano anterior. Era irmão da minha mãe. Era meu segundo pai. (Ana)

Ele colocava a roupa na máquina e louça na máquina, porque dorme mais tarde que eu. Aí eu acordava, dava mama para a bebê, colocava ela no carrinho, levava ela para a cozinha e ficava conversando com ela enquanto tirava a louça da máquina, lavava panela, coisa grande que sobrou, tirava a roupa seca do varal, botava a roupa molhada no varal... Tudo isso levava uma hora, enquanto meu filho não acordava. Eu fazia o café da manhã dele. Nisso dava mama para a bebê, brincava um pouquinho com o mais velho, deixei ele jogar no iPad pela primeira vez, ele tinha 4 anos, jogava seis horas por dia o joguinho dele, porque, enquanto eu dava mama, não tinha como dar atenção. Aí ficava com eles, brincava um pouquinho com meu filho. Comecei a ver uns vídeos de brincadeira para a criança gastar um pouco de energia. Na hora do almoço, eu arrumava alguma coisa pra gente comer, ou a gente pedia. Se meu marido podia arrumava a cozinha, botava a louça na máquina depois do almoço, durante a reunião, ou eu colocava. Aí a tarde eu passava com as crianças. Passar o dia inteiro com criança é muito ruim... Com criança abaixo de 4 anos você não conversa, nem tem diálogo. Você precisa ser criativo o tempo todo, ter energia o tempo todo. Não é como um diálogo com um adulto. Tanto é que, na minha licença-maternidade do mais velho, tadinho, que me perdoe, mas eu odiei, porque é uma solidão enorme. E aí essa solidão voltou. O meu marido ficava enfurnado no escritório. (Carina)

Eu era a louca do álcool, da máscara, tirava a roupa antes de entrar em casa. E a gente não tinha problema com isso, porque a gente não tinha vizinho [ela e o marido moravam em uma cobertura]. A gente estava muito isolado, mal via o porteiro. Aí eu lembro de muito medo, de tentar tranquilizar meus pais, principalmente minha mãe. Ela ficava “Olha, se alimenta bem, filha”. Foi aquela coisa de “Será que vou conseguir ver meus pais de novo?” [...] Foi difícil ficar longe das pessoas, e tentei ficar perto no online. Acho que aumentei meu nível de contato com as pessoas. O que é muito louco é que você volta para o presencial e há a distância de novo. Agora que posso encontrar, abraçar, não tenho tempo. Acho que foi uma forma de olhar para a humanidade de um jeito diferente, com muita esperança de que a humanidade mudasse para o bem, mas né... (Alice)

Teve uma parte que foi boa, uma parte ruim, debatendo o tempo inteiro, né? Mas uma coisa que foi muito boa é que a gente [ela e o marido] aumentou muito o nosso nível de conversa. A gente conversava muito. E respeitava muito o espaço do outro. Como o apartamento era grande, “Fico aqui quieta e você vai lá para o outro canto” [risos]. Então, foi bom, fortaleceu. O fato d’ele ficar mais em casa e ver mais de perto o meu trabalho mudou o olhar dele. E também cozinhar, cuidar da casa, faxina, a gente faz junto. Mas era uma coisa que já vinha acontecendo. “Ah, aconteceu na pandemia?” Não. A pandemia ajudou a lapidar algumas coisas. Já existia. Não é uma divisão “eu faço isso, você faz aquilo”. Precisa fazer as coisas, vamos fazendo, quem tá mais ali à mão [...] Hoje ele fez uma fraldinha na panela de pressão. Eu estava fazendo uma entrevista. Foi na feira, fez o almoço. Acho que a gente foi

lapidando. De novo, não tem a ver com a pandemia. Tem a ver com o modo de convivência que a gente vem se ajustando. (Alice)

O que mais me preocupava na pandemia era de fato meus pais. Meu pai até então era vivo, mas já tinha 70 e poucos anos, era faixa de risco, e minha mãe teve câncer em 2016. Ela também era alvo. E eu tinha minha irmã, que estava na faculdade e que passou a atuar, na época da vacinação, apoiando. Ela é médica. Foi um estresse adicional. Saber que ela estava contribuindo, claro, mas deixou minha mãe muito preocupada, e a mim também. (Karla)

As pessoas mais seniores tinham resistência, achavam que “Não, nada vai me acontecer”, né? Assim, eu sei de pessoas bem próximas da minha família que continuaram com a empregada em casa como se nada estivesse acontecendo, continuou a rotina do salão de beleza em casa... (Karla)

Quando começou a pandemia, todo mundo me mandou mensagem. Perguntavam “E aí, como é que está o furacão dentro de casa, preso?” [risos]. Na realidade, todo mundo sabia que eu, ficando presa dentro de casa, seria uma tendência a ficar mais triste. Mas, no final, acho que a gente foi driblando, tentando se adequar a essa nova rotina. E que, se você for olhar por outra perspectiva, não tinha absolutamente nada do que reclamar. Eu tinha colegas que falavam “Eu tô com saudade do banheiro do escritório, porque eu moro numa casa com a sogra”... Enfim, com milhões de pessoas o tempo todo e um banheiro. Então, assim, aquela convivência que era para prevenir, as pessoas não estarem aglomeradas... Diziam “Tô aglomerado dentro de casa, meu filho pequeno, quando tenho que fechar a porta, fica gritando do lado de fora que ele quer brincar”. Afinal, ele tinha uma criança com menos de 2 anos que não entendia o que estava acontecendo. (Karla)

A gente mudou na pressa [para um apartamento do pai dela] porque foi no período que a pandemia estava começando. Foi muito difícil. A gente tinha dificuldade até para receber as pessoas para montar um móvel. A gente começou a se virar, a montar as coisas, tudo o que a gente precisava, porque também ficava em casa direto. Minha sorte é que, assim, minha família sempre foi muito unida. A gente sempre foi de ajudar muito o outro. Meu marido começou a ficar muito mal. Imagina, o homem da casa, o pai de família ficar desempregado, vendo as coisas faltando, começou a ficar numa depressão... Procurava todo dia coisa para fazer, trabalho, e tudo fechado. E quando a gente achava que ia melhorar, piorava... E a segunda onda da pandemia, e aquilo virando uma bola de neve... Minha mãe ajudando, minhas tias ajudando... Não faltava comida em casa porque todo mundo se ajudava. Não pagava aluguel. Pagava condomínio, água e luz. E internet, porque meus filhos faziam ensino remoto, não tinha como. Então, assim, meu pai me dava um dinheiro todo mês com o qual pagava condomínio, luz, água, internet e alguma coisa de comida. Sobrava um pouquinho, não era muito, mas de complemento vinha uma cesta básica que uma tia mandava, uma mistura que outra tia mandava, minha mãe,

que me ajudava também, que tinha uma casa alugada e o aluguel ela mandava pra mim. Minha mãe é aposentada. Viveu com a aposentadoria dela e passou o aluguel pra gente. (Elaine)

Minha mãe, com medo da gente ficar preocupado, não contou [que pegou Covid]. Depois que passou é que ela foi falar que pegou. Se sentiu mal, teve tudo. E ficou sozinha... E eu ligava todos os dias pra ela e ela falava “Tá tudo bem, eu tô bem”. Eu “Mãe, você tá bem? A gente aqui tá com Covid”. Ela “Eu tô bem”. Mas na verdade ela não estava, e falou que passou muito mal. Disse que teve um dia que apagou, que não sabe nem quantas horas ficou desacordada, e só foi me falar dias depois que já estava bem para não me preocupar. (Elaine)

No início de 2022 ela começou a dizer “Mãe, você tem que fazer faculdade, realizar seu sonho, correr atrás”. Eu falei “Não, para mim já está tarde”. Ela insistiu, “Não está tarde, você sempre quis fazer. E meu pai também tem que fazer”... E foi por incentivo dela que a gente foi fazer faculdade. Eu fiz Gestão de Marketing e meu marido, Marketing Digital [...] Eu sempre gostei de estudar, mas não tive oportunidade. Falava “Ah, se eu pudesse voltar, recuperar o tempo perdido...”. Ela sabia desse amor que eu tinha por voltar a estudar, ter graduação, escutar coisas diferentes. E mesmo agora, tendo graduação, falo que quero ter uma segunda faculdade. Ela sempre teve essa coisa de querer o estudo por causa de mim. Estou fazendo Pós em Docência em Ensino Superior e tutoria a distância. (Elaine)

A questão familiar também foi intensa. Moro com meus dois filhos menores e minha mãe, uma idosa de 69 anos. E, olha só, ela nunca quer sair de casa para nada. Quando teve o isolamento, ela queria sair! Quase enlouqueci. Todos trancados, com as tarefas escolares. Só temos o meu celular, e eu usava para trabalhar. Meu filho mais novo perdeu o ano na escola. (Maria)

A loja em que eu trabalhava era em um bairro da periferia da cidade. Vi gente que foi na loja gastar com cosmético, não produto de higiene, usando dinheiro de auxílio emergencial. Tipo, produto para fazer progressiva no cabelo. Gente, com filhos. Aquilo não era uma necessidade básica. Acho que uma parte das pessoas também não entendia a gravidade da situação. Não é escolha. É falta de oportunidade de conhecimento, de reflexão, de entendimento. (Maria)

Do ponto de vista familiar, foi desgastante e estressante. Os conflitos aumentaram, com todos em casa, sem seus afazeres de rotina. No caso dos relacionamentos em geral, notei aproximações, um despertar. Minha irmã passou a ligar todo dia para saber como estávamos. Também conversamos mais com os amigos. Com os funcionários, o relacionamento ficou tranquilo. Mas, para as funcionárias da corretora, que passaram a home, foi difícil a adaptação. Não tinham espaço em casa, privacidade, pediam para voltar. Uma é casada e tem dois filhos. A outra mora com os pais e irmãos menores. (Juliana)

Sim, ela estudava [a filha mais nova]. Tinha 10 anos. Estudou de casa, foi difícil. Eu ficava preocupada, não acreditava que ela estudava e estava aprendendo. Ela fazia lá a lição sozinha, sem ajuda às vezes de professor. Algumas vezes eles passavam no zap, uma ou duas vezes eles conversavam com ela. Para mim, ela passou por passar, ficou prejudicada. Fez duas ou três provas. Eu queria que ela repetisse, mas eles não aceitaram. Fiquei chateada, me prejudicou também porque fiquei preocupada. Ela não aprendeu. Passou um ano sem saber de nada. Porque o professor entrava em contato com ela duas, três vezes por semana, estudava em casa, levava lição na escola, eles davam a nota e... passou de ano. Aí foi para o quinto ano. Então não acredito que ela aprendeu. Fiquei muito insatisfeita com isso. (Isa)

Não tivemos nada de grandes discussões. Teve até um lado positivo de mais convivência, de conversar mais. Acho que até por não ter problema com dinheiro. Ninguém ficou doente, minha avó ainda estava viva. Senti que meus grupos de amigos se apoiaram mais, os laços foram fortalecidos. Amorosamente, não estava e não estou em uma relação. (Lucia)

Eu trabalhava em uma empresa que dava treinamento para Portugal e para o Brasil. Começava o dia às 6h da manhã e terminava 20h, 21h, dando treinamento. E o meu irmão estava fazendo doutorado. Ele precisava de silêncio para fazer o trabalho dele, e trabalha melhor de noite. Então, durante o dia, quando ele precisava dormir, eu estava falando. No horário que eu precisava dormir, ele ligava aspirador de pó, fazia as coisas que ele não fazia quando estava dormindo. Ele dizia “Você não é normal, as pessoas normais sentam no computador e ficam digitando, você fala o dia inteiro”. Eu falei “Sim, eu trabalho com RH, faço reunião o dia inteiro. Mais de 90% do meu tempo estou fazendo reunião, estou em um comitê de pessoas, dando treinamento”. Meu irmão, por ter escolhido uma vida acadêmica, que ele fica em casa ou preparando aulas ou corrigindo trabalhos e provas. Não conhece essa realidade de trabalho corporativo. E sim, eu trabalho muito, de uma forma que talvez não seja ideal, mas não fui eu quem inventei essa dinâmica [risos]. (Natália)

É ruim falar isso, mas você perde admiração por pessoas por entender que enxerga a vida de uma maneira oposta. Nossa existência a gente tá sempre perdendo, a gente nunca vai ganhar tempo a mais. O que a gente pode ganhar tempo a mais é que a gente pode se cuidar. E o que eu tento priorizar são pessoas que fazem sentido para mim. Eu era aquela pessoa que tinha três aniversários em um dia. Hoje priorizo menos pessoas de propósito. Prefiro estar mais presente do que tentar estar presente com muitas pessoas, e desse “muitas” talvez nem todas valem a pena. (Natália)

No começo adorei ficar em casa. Dormia mais. Dava 22h, desligava o computador, e estava em casa. Chega final de semana, se não tiver nenhum compromisso, Davi e

eu abrimos um vinho, sentamos na varanda e comemos petisco. Então, a gente fazia isso. Nesse ponto foi bem positivo. E como eu fiquei muito neurótica na pandemia, ele ficou menos. Ele me puxava um pouco para fora da minha paranoia. A gente curtiu bem a companhia um do outro. Começou a ver que se dava bem só os dois. Já no fim a gente estava meio híbrido [risos]. Não morava junto, mas ficava quatro dias por semana na minha casa. Já não levava mais a roupa embora de casa. Até por uma coisa minha da religião, acho que tinha um propósito de Deus. Eu sou católica. Hoje eu entendo, os propósitos a gente só entende depois, porque meu divórcio foi muito traumático para mim, e depois namorei um cara que não estava nem aí para mim. Eu tinha muito esse medo de me entregar profundamente. Comecei a namorar adolescente com meu ex-marido. Então eu tinha medo de entrar de cabeça, porque sou muito dedicada. Esposinha dedicada atualizada para o século 21 [risos]. Eu gosto de cuidar da casa, de cuidar dele, faço questão de fazer, não me sinto explorada. Se eu pedir, ele faz, lava louça, passa aspirador. Tem divisão de tarefas. O apartamento é meu, não preciso pagar aluguel. Libido ficou normal. Também não tinha muito outra diversão [risos]. Não acho que caiu e nem subiu. Mas como a gente ficou mais em casa... (Rosana)

Ele [irmão que mora fora] veio para cá no final de 2021. Já tinha vacina, muito lugar sem máscara. Mas lembro que foi a primeira vez que vi alguém entrando e saindo da casa da minha mãe de sapato. Naquela época, a gente tirava os sapatos para entrar na casa das pessoas. Eu não sei como estavam os cuidados deles lá. De uma forma ou de outra, se ele estivesse aqui, eu ficaria mais preocupada, porque, por mais que você fique com uma parte só para você... Tipo, meu pai precisou ir no dentista, comecei a chorar de medo que ele fosse contaminado. Como meu irmão é um pouco mais desencanado, eu ia ter mais medo [risos]. Era uma preocupação a menos. Eu sempre tive muito medo de perder pai e mãe. Meu pai sempre foi meu melhor amigo. Então, no momento que eu perdê-lo, eu vou perder meu amigo de conversa e um nível de segurança que foi só com ele. (Rosana)

Fiz o isolamento cem por cento, não vi minhas amigas, fiquei preocupada com meus pais, que moram no interior. Meus pais tinham acabado de chegar aqui em casa quando estourou a pandemia. Passariam uma semana, não estava entendendo nada, ficaram dois dias e voltaram para o interior, porque lá não tinha chegado ainda, né? Fiquei preocupada com eles, e o isolamento me fez muito mal. Fiquei triste sem as pessoas, sou uma pessoa extrovertida. Não tive depressão, mas muita tristeza. Eu estava num relacionamento. Os dois isolados, eu ia na casa dele, ele na minha. Mas também tinha um medo de pegar Covid e passar para a pessoa. Libido ficou a mesma coisa. Ele tinha preocupação com os filhos, que eram adolescentes. Financeiramente abalou ele. (Gina)

Sorte que meus pais não são bolsominion. Achavam uma aberração. Falavam “Que absurdo, como pode...”. Só que aí tem os grupos da família e aparece aquelas aberrações, fake news... Saí dos grupos, falei “Tchau, gente, não dá pra mim”, saí

mesmo, dos grupos das duas famílias, do meu pai e da minha mãe. Muito difícil ver as mentiras, dizer que a pandemia era uma gripinha qualquer, ver as pessoas morrendo. Eu tava também numa cidade muito pequena, 99% das pessoas era bolsominion. Foi duro. Tem certas coisas que não tem mais volta. Eu mantive algumas pessoas que gosto e sempre vou gostar, mas outras já era, foi a gota d'água. Já tinha questões familiares de distanciamento, isso só foi a gota d'água. Gente que não acreditava nas coisas, que era uma gripezinha, isso mexia muito comigo. Meu medo dos meus pais morrerem é maior do que meu medo de morrer. Vê-los sofrendo... (Gina)

No que tange aos relacionamentos, há uma variedade de narrativas. Verifica-se tanto um estreitamento das relações de maneira positiva como um estreitamento de convívio que gerou uma série de conflitos e rupturas. Esses também se deram por visões políticas e comportamentais opostas que ficaram muito evidentes diante de um momento tão crucial para a sociedade. É possível constatar ainda a solidão quando se está sozinha dentro de casa.

3.1.8 Política

Foi muito difícil. Eu escutava os painéis amamentando, era sempre a hora que dava mama. Eu pensava “Será que terá algum efeito? É um sinal de que vai dar certo?” Eu sofria muito de ver as pessoas morrendo, e o governo não estava nem aí. Tanto é que eu vi um meme que me marcou, que era mais ou menos sobre “o Brasil capotou tão feio que o Dória veio parar do nosso lado”. Comecei a defender o Dória. Se não fosse o Dória, não teria vacina para minha mãe, que foi a Coronavac. E eu vi as pessoas morrendo, ficava muito tempo no celular, porque não tinha o que fazer, não conseguia me concentrar para ler um livro. Ficava o dia inteiro no Instagram, no Twitter. (Carina)

Tive mais consciência dos meus privilégios. Sempre fui politizada, sempre fui crítica. Mas de privilégio caiu a ficha ali. E essa coisa de mostrar o pior da humanidade me fez muito mal. Porque, assim, a mulher que chegou da Itália obrigou a empregada a trabalhar, e a empregada morreu de Covid. Essas notícias, assim... O ser humano de merda que a gente é. Se você me perguntar se eu acho que o mundo vai melhorar ou piorar para meus filhos, eu acho que vai piorar. Lógico que me preocupo com o futuro dos meus filhos, mas assim... Nesse momento, não tem nada que eu possa fazer. Mas de fato acho que a pandemia mostrou o pior da humanidade. Com a questão política que o Brasil viveu, as pessoas saíram do armário com seus preconceitos, homofobias, racismos... Isso que a gente está vivendo hoje é consequência disso, da ultradireita no Brasil que apareceu antes da pandemia. (Carina)

Politicamente foi muito tenso. Se teve algo que trouxe uma tensão maior do que a necessária foi isso, era um desalento. Foi o que incomodou mais na pandemia, tirando a parte crítica de antes da vacina... “Estou vivendo um cenário de ficção científica, mas dentro de uma bolha muito perfeita.” Alguma coisa que não estava combinando. E esses discursos de ódio... (Alice)

O governo federal foi ridículo. Descrente da saúde das pessoas, só pensando em política, não na vida das pessoas. Foi vergonhoso. E liberar auxílio não é mérito, não fez mais que obrigação. Não sei como é possível. Para mim, ver a dor do outro foi muito pesado. (Maria)

Muito veio à tona sobre a situação feminina. Mais violência doméstica, pobreza menstrual, violência sexual. E constrangimentos que cercam os problemas femininos, coisas que as mulheres não falam ou fazem por vergonha ou medo. Isso foi um despertar. Resolvi até fazer meu TCC falando sobre a condição de trabalho das mulheres, os desafios. (Juliana)

Em relação à pandemia, muita coisa poderia ser resolvida antes pelo governo federal. Foi tudo sem pensar no coletivo. Não é ser contra ou a favor do governo. É aprender a cobrar o governo. A maioria das pessoas não sabe. Me sinto decepcionada. É gente que sai quebrando coisas... Dá até uma sensação de lutar sozinha. E está tudo mais corrido e problemático. Conhecimento é a nossa arma. (Juliana)

Ficamos abandonados, a desigualdade aumentou, a violência contra crianças e mulheres. O uso da ideia de Deus e família de forma nociva, de uma maneira que incentivava a violência contra a mulher. Ataques à escola relacionados aos incentivos ao armamento. E isso chega em todos de alguma forma. Pobres e negros se foderam muito na pandemia, com escassez de tudo. Como assistente social, percebo que quem mais procura o atendimento são as mulheres vítimas de violência. Tirar do ciclo de violência é um trabalho de formiguinha. (Lucia)

Uma parte da família se orgulhava de abrir a porta do carro para xingar e buzinar para pessoas de vermelho na rua. E a parte que é mais de esquerda parou de falar com a família. A parte política foi muito pesada, e sempre tem a questão de “Ah, se você não pensa como eu, você é burro”. Então, teve esse racha. E o fato de ser mulher, numa pandemia, com um presidente como Bolsonaro, para mim tinha uma tensão o tempo inteiro. Porque foi naturalizado o estupro, foi naturalizado tudo. (Natália)

A gente viu uma gestão [política] completamente irresponsável. Atrapalhou total [a saúde dela]. Cada vez que eu tinha notícia de alguém... E meu pai era mais negacionista. (Rosana)

É interessante notar que a referência direta à política não esteve presente em todas as entrevistas individuais. No entanto, naquelas falas em que a questão aparece, o tom de condenação à maneira como o então governo federal conduziu a emergência sanitária é patente. Assim como a decepção com quem apoiava esse governo, concordava com o modo como o país vinha sendo administrado e desacreditava a vacina.

3.1.9 O que indicam os depoimentos

Conforme é possível observar nos depoimentos transcritos anteriormente, as entrevistadas relataram sobrecarga de trabalho devido às exigências profissionais e às demandas com familiares e com a casa. Mas também relataram sobrecarga emocional decorrente das demais sobrecargas – inclusive, para parte delas, por instabilidade financeira. As casadas e/ou separadas com filhos sentiram e ainda sentem mais os efeitos da pandemia do que as casadas e/ou solteiras sem filhos.

Para as casadas em geral, o tempo, a pressão e o comportamento das pessoas de suas relações foram fontes de conflito. Para as casadas com renda superior a R\$ 10 mil, a divisão de tarefas foi mais igualitária do que entre aquelas com renda abaixo ou média de R\$ 5 mil. Aquelas com renda entre R\$ 10 mil e R\$ 5 mil ou abaixo disso ainda lidam com perdas financeiras consideráveis que seguem reorganizando. As com renda superior a R\$ 10 mil apresentam recuperação emocional e financeira melhor do que as demais. Como se a pandemia já fosse algo muito distante. Retomaram a vida de forma absolutamente normal.

Todas as entrevistadas relataram que cuidaram de alguém em alguma medida no período da pandemia, e mais do que outras pessoas da família. Seis delas relataram que, mesmo enfrentando crises de ansiedade e depressão, se deixaram de lado para cuidar de membros da família que enfrentavam as mesmas sensações.

É possível, assim, constatar como a interseccionalidade se faz presente para explicar a realidade das mulheres. O recorte de classe indica que, como é de se esperar, aquelas em situação mais estável se veem distantes de problemas financeiros no pós-pandemia. As demais, não. Aquelas com filhos e/ou pais no

grupo de risco sentiram maior preocupação com o contexto. Já os impactos emocionais são democráticos, assim como o cuidado e a sobrecarga, o que podemos entender como um fator de gênero. São elementos intrínsecos ao feminino. Não por ser algo biológico. Mas por ser naturalizado e romantizado social e culturalmente.

E, quando juntas, as mulheres se reconhecem na dor do cuidado e do excesso de responsabilidades das histórias umas das outras. É o que vamos acompanhar a seguir, examinando relatos de mulheres de um coletivo da periferia da cidade de São Paulo e de cuidadoras profissionais de idosos.

3.2 Rodas de conversa: reconhecimento nas histórias umas das outras

A coragem de abrir o coração quando se entende não estar só. Esse é o resultado das chamadas rodas de conversa, organizadas para se compreender a realidade de dois mundos específicos e fortemente impactados pela pandemia: o de cuidadoras profissionais e o de mulheres de um bairro periférico que se uniram e criaram um coletivo para ajudar o próprio território, sem esperar o poder público. Primeiramente, traremos as narrativas que emergiram em uma tarde de sexta-feira de março de 2025, no Centro da cidade de São Paulo, mais especificamente na sede da Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo (Acirmesp). Foram cinco horas de conversa com quatro mulheres cujas idades variam entre 44 e 72 anos.

Na sequência, as demais histórias que compõem este capítulo são de mulheres do bairro Jardim Lapena, região de São Miguel Paulista, Zona Leste da capital paulista. Elas são as Guardiãs do Território, grupo que nasceu na pandemia. Ganharam tamanha relevância que conta hoje com cem Guardiãs prontas a auxiliar os moradores locais das mais diversas formas. A conversa, que durou três horas, ocorreu em uma tarde de quinta-feira de janeiro de 2025, na casa que atualmente é a sede das ações, com cinco mulheres com idade entre 38 e 55 anos.

Aqui, desejamos pensar quanto os movimentos sociais e comunitários assumiram a responsabilidade de encontrar formas coletivas de garantir as condições de vida durante a emergência sanitária, especialmente nas periferias, ante uma ausência do Estado, com a solidariedade sendo o eixo das ações (IHU, 12

abr. 2021). Sobre esse momento, ressalta Moreno em entrevista a Santos no portal Outras Mídias:

São as mulheres que estão à frente dessas ações realmente, e construindo, multiplicando estratégias e iniciativas que articulam também as agricultoras, articulando o campo e a periferia, tendo em vista não só a segurança alimentar, mas a soberania alimentar. Temos visto que essas ações de solidariedade se direcionam a garantir as condições de existência, e isso tem a ver com a comida, com a saúde, com a organização das mulheres também para enfrentar o isolamento, a violência. Essas ações de solidariedade também nos ajudam a pensar no cuidado para além das casas, o cuidado no âmbito comunitário, nos territórios concretos. Essa é uma base muito concreta para enfrentar as consequências da pandemia, mas também para construir a resistência e as alternativas políticas a esse projeto de morte que tem hegemonizado o cenário político no Brasil (cf. IHU, 12 abr. 2021).

Entende-se, assim, a urgência de colocar a sustentabilidade da vida no centro das discussões da sociedade. Iniciadas na pandemia, tais discussões não podem se perder, ficar no passado recente (até se tornarem distantes). Precisam ser enxergadas como uma construção contínua para enfrentar a precarização da vida, a exploração do trabalho e questionar as consequências desenfreadas do capitalismo neoliberal e patriarcal – que, ao não garantir proteção a trabalhadores e defender a diminuição do papel do Estado, atinge em cheio a situação feminina, já vulnerável em emprego, renda, assistência social, carreira e segurança socioeconômica.

Ao mesmo tempo, é importante valorizar e reorganizar a ideia do cuidar na sociedade. A população brasileira, assim como em outras nações, vem envelhecendo. As Projeções de População do IBGE (Agência Gov, 22 ago. 2024) indicam que a proporção de idosos (60 anos ou mais) quase duplicou no Brasil entre 2000 e 2023, passando de 15,2 milhões para 33 milhões. O capital já se posiciona para atender a longevidade como um mercado. Porém, o que oferece o capital não é acessível a todas as pessoas. O Estado precisa ocupar esse espaço e garantir que, onde o capitalismo atua, seja justo, não exploratório e baseado em princípios de igualdade. Além disso, é urgente questionar o cuidar como um papel voluntário do feminino ou mal reconhecido e mal remunerado como ocupação.

3.2.1 Cuidadoras: o cuidar como profissão e vocação

De acordo com a Associação dos Cuidadores de Idosos da Região Metropolitana de São Paulo (Acirmesp), 80% dos profissionais são mulheres. A média salarial varia no país. Fica entre R\$ 1.500 e R\$ 3.200 para 12 horas de trabalho. Em São Paulo capital, a base parte de R\$ 2 mil. Cuidadores podem atender crianças, idosos, pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.

No Brasil, a atividade de cuidador, especialmente de idosos, é considerada uma ocupação – não profissão regulamentada. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), catálogo que lista as diversas atividades existentes no mercado de trabalho, reconhece o cuidador como ocupação pelo código 516222. Há um projeto de lei em tramitação para regulamentar a profissão (Agência Senado, 7 mar. 2024). Enquanto isso, cuidadores são incluídos na Lei Complementar nº. 150/15, que regulamenta o trabalho de empregados domésticos. E isso é o começo de muitos problemas – especialmente para as cuidadoras –, que vêm também de um contexto de desvalorização do cuidar.

Nos relatos de todas as cuidadoras participantes do grupo focal, surge a referência a pedidos dos contratantes (quase sempre familiares de quem é cuidado) para execução de serviços que não são parte do trabalho. Fazer faxina, passar roupa ou ser motorista estão entre as solicitações corriqueiras. Sem ganhar a mais por nenhuma delas. Com o tempo, elas aprendem a explicar os limites, mas nem todo patrão gosta do que ouve.

Inicia-se, assim, uma sobrecarga de trabalho – em um trabalho que já exige muito fisicamente e psicologicamente. Elas não acreditam que todos façam por má-fé, mas sim porque a ideia de cuidar não é reconhecida como uma tarefa de valor que sustenta o cotidiano. A desvalia do cuidar na sociedade se reflete no cuidar como serviço. Entendido como atividade menor, que não exige conhecimento, que vem da natureza feminina. Até que chega uma pandemia. *“Antes da Covid se falava muito menos em cuidadores. Mas agora as pessoas estão percebendo que a população está envelhecendo. Até então, ninguém pensou no cuidador como uma profissão”*, afirma Magali, uma das participantes do encontro na Acirmesp.

A seguir, as histórias de quatro cuidadoras sobre o período pandêmico, mas também sobre como se tornaram trabalhadoras dessa área. Os nomes foram trocados para preservar a intimidade das participantes dos dois grupos. A identidade racial é autodeclarada. Todas são moradoras da cidade de São Paulo.

3.2.1.1 Em troca de casa

Blanca, 44 anos, mulher parda, solteira e sem filhos, é uma médica clínica geral, boliviana da cidade de Sucre, que veio para São Paulo em outubro de 2019. O objetivo era fazer um curso e atuar no Brasil por um tempo como parte da formação. Para isso, no entanto, ela precisava fazer o Revalida, Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos. Mas a prova seguia suspensa desde 2017.

Blanca conseguiu trabalho em uma ONG de acolhimento de estrangeiros e refugiados. Atuava três vezes por semana. Ou orientando sobre saúde e higiene aos que eram atendidos, ou como recepcionista, já que falava português. Não ganhava para pagar todos os gastos. “A vida aqui é muito cara”, diz Blanca, moradora do bairro Bom Retiro, região central da cidade. Usava a reserva financeira. Sabia que não seria suficiente se não encontrasse alguma maneira de economizar.

Eu precisava de trabalho. Rezava muito na igreja e dizia: “Senhor, te peço uma oportunidade digna para poder me sustentar”. Em 26 de novembro de 2019 eu rezava na igreja. Veio uma senhora que nunca vi na vida e disse: “Oi, filha. De onde você é? [...] Moro sozinha, você não quer morar na minha casa?” Fiquei com medo [risos]. Como uma pessoa desconhecida me diz para morar na casa dela? Mas meu dinheiro estava acabando. Disse a ela que precisava conhecer sua família, que tinha meus documentos em dia, para não pensarem mal de mim. Depois soube que ela era ministra da Congregação das Irmãs de Santa Zita, em Higienópolis. Lá eu realizei um curso de três meses como cuidadora, aos sábados. Tinha prova teórica, prática, aula com nutricionista, psicóloga... E assim comecei como cuidadora. Fui morar com essa senhora, dona Zilda, então com 91 anos, no bairro Canindé.

A situação de Blanca era delicada. O convite da senhora se transformou em uma oportunidade. Não pagaria aluguel nem alimentação. Em contrapartida, não receberia salário. Começou como cuidadora, mas voluntária.

Ela era uma senhorinha hiperativa, limpava a casa, lia, pintava, passava no psicólogo. Me tratou como uma filha. A filha dela ficou com ciúmes [risos]. Quando começou a pandemia, a filha a levou para morar com ela em Pinheiros. Dona Zilda me deixou morando lá em seu apartamento no Canindé. Era fase vermelha, fiquei lá

seis meses. Limpei a casa e deixei impecável. Acabei cuidando de outra idosa que morava no mesmo prédio. Uma senhora síria. Também voluntária. Pensei: “Como proteger essa idosa?” Então, tinha uma higiene extremada.

É interessante notar que, por mais que fosse um arranjo que ajudasse Blanca, o cuidar foi entendido praticamente como uma troca, um escambo. Teto e comida em troca do trabalho. Mesmo que ela já tivesse realizado o curso de cuidadora. E não apenas uma vez. A segunda senhora de quem cuidou também foi como voluntária. Seguiu trabalhando online para a ONG, com palestras sobre saúde e, agora, foco no coronavírus – como reconhecer os sintomas e se prevenir. Auxiliou também com o cadastro de mais de 800 estrangeiros para receberem cesta básica.

Na ONG eu ganhava por dois dias de trabalho e um era voluntária. Me davam também cesta básica. Como eu comia pouco, não precisava de muita coisa. Fazia feira [quando liberou] às 13h, na xepa, e conseguia muita coisa com R\$ 20, uma boa economia. Psicologicamente me sentia muito triste, fraca, porque toda a minha família mora na Bolívia. E o vírus lá estava mais fraco. Não queria ir para não levar a doença. Eu orava muito durante a pandemia, sempre foi minha força. Me aproximei mais de Deus. Minha única diversão era manter tudo limpo, organizado e cuidar das plantas.

O primeiro salário como cuidadora só aconteceu em janeiro de 2022, quando começou a cuidar de um senhor com necessidades especiais. Foi contratada pelo sobrinho dele.

Encontramos pessoas muito humanas. Mas tem gente que contrata e diz que o paciente é fácil quando, na verdade, são psiquiátricos, difíceis, nos machucam. Tem gente, familiar, que nos maltrata. A gente guarda dentro [coloca a mão no peito]. Falam que é só para cuidar e acompanhar. Daí, pedem para fazer almoço, jantar, faxina na casa. E não ouvem. Falei para o sobrinho do paciente que precisava de uma grade na cama para ele não cair. Passei a noite acordada no primeiro dia, ele colocou três vezes a perna para fora. Avisei, acharam que eu estava me metendo. Ele acabou caindo. E a gente acaba sem vontade de se arrumar, de cuidar de si mesma. Passa por muita coisa.

Blanca deixou a roda de conversa mais cedo porque tinha uma entrevista de trabalho para cuidar de uma senhora. Ainda tem esperança de fazer o Revalida.

3.2.1.2 Acumulando atividades

Magali, 56 anos, mulher branca, moradora do bairro da Mooca, Zona Leste de São Paulo, separada, sem filhos, teve uma longa carreira em comunicação e publicidade, suas áreas de formação. Largou tudo para cuidar da mãe com Alzheimer e câncer durante oito anos, a partir de 2011. Os dois irmãos queriam colocá-la em uma casa de repouso.

Levei um deles para ver uma dessas casas. Pacientes caídos, quietos, largados. Quando minha mãe ficou doente, falei “Não vou deixar ela ficar sem o que sempre teve”. Uma mulher vaidosa, que frequentava salão uma vez por semana. Falei “Não vou deixar”. Gostei de cuidar. Fui fazer o curso de cuidadora. E, quando cuido, é como se fosse alguém da família. Temos responsabilidades, mas tem coisas que não podemos fazer. Você não pode se distrair em uma cozinha, por exemplo. Distrai e o paciente cai da cama. Aprendi a deixar claro que estou ali para cuidar do paciente, não da casa. A gente está na PEC das domésticas, né? E acham que somos domésticas. E já é um trabalho fisicamente e psicologicamente exigente. Por exemplo, temos que fazer musculação para fortalecer e fisioterapia para evitar lesão ou não se lesionar mais, cuidar do que já dói.

A jornada de cuidados com a mãe foi uma grande escola até 2018, quando ela faleceu, aos 89 anos. A mãe de Magali tinha direito a atendimento no Hospital do Servidor Público. Antes de contar a história relacionada à pandemia em si, vale conhecer o caminho de Magali até se tornar cuidadora profissional. E os impactos profissionais, financeiros e relacionais que enfrentou a partir da opção do cuidar.

Vi muita gente abandonada no hospital. No quarto tinham três pessoas. Eu era a única que ficava com minha mãe, as outras ficavam sozinhas. Vinha alguém da família delas de vez em quando. Aquilo me dava uma angústia. Muito do que sei hoje aprendi ali. Em uma das internações minha mãe ficou quase dois meses. Pedi às enfermeiras que me ensinassem, até tirava um peso delas já dando banho na minha mãe, trocando fralda... No começo olhavam feio. Aí, mostrei que estava lá para somar. Minha mãe já saía com camisolinha, roupão, cheirosinha e botava ela na cama. Não deixaria minha mãe mijada e cagada não sei quanto tempo. No

começo me arrebentei porque eu virava ela, tinha o peso do corpo. As enfermeiras começaram a falar “Olha, faz assim para não se machucar”. No primeiro ano cuidei dela sozinha, da casa, faz banco, vai no mercado... Aí descobri que sozinha não dava. No ano seguinte coloquei uma cuidadora de fim de semana para eu sair com meu marido. Parei de trabalhar. Graças a Deus, no período que trabalhei na minha área, eu ganhei muito bem. Tinha as minhas economias. Mas acabaram. Tudo que era referente à minha mãe era com dinheiro dela: cuidadora, empregada e remédio. Mas as contas da casa eram minhas. No último ano eu já tinha colocado duas cuidadoras, porque tirei um nódulo do seio e não podia fazer esforço.

O casamento de Magali, que começara um ano antes de a mãe adoecer, enfrentou problemas. Ela morava na casa da mãe durante a semana e, aos finais de semana, em seu apartamento.

Me separei em 2019. Quando minha mãe faleceu, descobri que meu casamento já estava falido. Foi difícil abrir mão da minha casa, as brigas com o marido... Meu casamento já começou praticamente tendo que cuidar da minha mãe. Ele não falava nada, mas também não colaborava. Se ausentava. Por exemplo, quando as cuidadoras chegaram, aumentou a despesa com alimentação. Mas ele nunca colocou um alfinete dentro da minha casa. Tanto que, quando terminou, ele só levou a malinha dele. Quando minha mãe morreu, caiu a ficha e mandei ele embora. Deu um mês, me arrependi. Tive depressão no meu primeiro divórcio. Aí foram mais dois anos. Mas ele já não morava comigo, era só fim de semana. Eu já trabalhava como cuidadora, chegava cansada de trabalhar a semana inteira, e ele só queria ver televisão. Ao invés de melhorar, só piorou. Em 2019 eu disse chega.

Esse trecho é importante para ressaltar alguns pontos. Primeiro, que os irmãos de Magali não tiveram a vida pessoal, profissional e financeira afetada a partir da condição da mãe. Cuidar pessoalmente foi uma escolha de Magali. No entanto, a responsabilidade como filhos era igual entre os três. Ao mesmo tempo, fica evidente a não participação do marido, que se isentou de compartilhar tarefas com a companheira e cobrou a sua presença. As cobranças e responsabilidades recaíram sobre ela, partindo dos membros masculinos da família.

Apesar do desafio e das perdas, a experiência com a mãe fez Magali despertar para o cuidar como uma ocupação. Assim, foi absorvida novamente no mercado de trabalho – o que não ocorreu em suas áreas de atuação anteriores.

Em 2018, fiz um curso de cuidadora de três meses com uma enfermeira e estágio em uma casa de repouso, onde terminei de aprender a cuidar. Lá tive contato com

pacientes homens, um manejo que eu não sabia. Falei “É isso que eu quero”. Mas não para trabalhar num lugar desse [casa de repouso]. Queria dar carinho, atenção... Aí, uma amiga me chamou para ajudar com a mãe, levá-la na fisioterapia. Depois, uma prima minha disse que no grupo de mães tinha alguém precisando. Era uma senhora armênia, da Vila Nova Conceição, dona de uma marca de lingerie. Era só fim de semana para cobrir folga. Mas ela queria que eu também cozinhasse. Cheguei a fazer macarronada, bolinho de chuva... Até que falei: “Olha, não posso ficar na cozinha e tirar a atenção da senhora”. Depois, ela começou: “Ah, já que você dirige, me leva no shopping”. E eu não recebia para isso.

Quando chegou a pandemia, Magali já cuidava desde 2019 de uma moça com paralisia cerebral, de 56 anos, que morava com os pais idosos. E diz que cuidar dela não era o problema. O problema eram os pais. Precisou de paciência e tempo para introduzir atividades que melhorassem o desenvolvimento da paciente.

Não podia abrir janela para ela não tomar vento, não podia ir no terraço tomar sol. Não podia passear no jardim porque tinha mosquito. A caminhada com ela era ficar dando volta na sala. E a mãe queria que eu andasse o dia inteiro com ela. Expliquei que andar não era tudo que ela podia fazer. Criei atividades e fiz uma terapia ocupacional sem saber. Levei lápis colorido, folha, tesoura, massinha. Mas logo a cabeça dela voava. Aí, tentava massinha. Ela cansava. Descobri que ela gostava de dançar. Tinha os pés voltados para dentro e tendência a tropeçar. A outra cuidadora só balançava os braços dela quando dançava. Fiz uma seleção de músicas alegres e ensinei ela a se balançar, o que melhorou o andar dela.

A sobrecarga de Magali vinha especialmente do estresse da família da paciente. Os pais da moça tiveram muito medo da Covid. Eles e Magali viviam o tempo todo de luva, máscara, toca e avental dentro de casa.

E olha que não pego condução, vou de carro. As compras, o filho fazia e deixava na porta. Eles passavam água quente e depois álcool. Acabaram com um monte de coisas no começo. Mas confiavam em mim. Dispensaram as duas fisioterapeutas e me vi, de repente, sobrecarregada. Além de fazer o que eu fazia, tive que realizar os movimentos da fisioterapia com ela, que era uma mulher pesada, a série que já estava acostumada. Aquilo começou a me desgastar. Afetou minha coluna, os ombros, por fazer muita força para segurá-la em pé.

Apesar dos desafios, em momento nenhum Magali pensou em parar de trabalhar, agradecida pela confiança que depositaram nela. Mas ficou incomodada

por não ganhar para fazer as atividades de outros profissionais. Hoje, mãe e filha estão em uma casa de repouso. O pai faleceu em 2023. O filho caçula colocou ambas na casa por não ter mais condições de cuidar delas sozinho. Precisaria pagar muitas cuidadoras. Era a mãe, já com 82 anos em 2019, quem ainda cuidava da moça à noite.

Na pandemia, o mais difícil para mim era ficar em casa nas folgas. Era eu e os cachorros. Preciso ver gente, gosto de conversar. Ficar trancada em casa era triste. Eu só não entrei em depressão porque tinha meus cachorros e saía para passear com eles e dava um “oi” aqui, um “tudo bem” ali. Eu via gente. Com cachorro a gente socializa.

A história de Magali reforça situações recorrentes na vida das mulheres. Na família, foi ela quem se sacrificou para cuidar. Quando passou a cuidar profissionalmente, mais de uma vez teve de realizar serviços que não competiam à sua função. Na pandemia, tinha o trabalho e os cachorros para não se sentir desamparada em meio a um cenário de incertezas. A mulher que vai além dos próprios limites para dar conta e cuidar, teme a tristeza ao se ver sozinha.

3.2.1.3 Da somatização à depressão

Laura, 72 anos, mulher branca, formada como auxiliar de enfermagem, moradora do bairro Parada Inglesa, Zona Leste de São Paulo, enfrentou na pandemia, além do isolamento, uma depressão, uma separação e ainda não presenciou o casamento da filha, apenas assistiu online. Depois, ajudou a cuidar do netinho, que chegou em 2022. Um alento em meio a sequelas que surgiram após os impactos emocionais da emergência sanitária: um derrame facial, dificuldade para andar, perda de audição e episódios de pânico. Mas, segundo sua psicóloga, são consequências de uma vida toda.

Cuidei do meu netinho até ele completar um ano. Mas tive uma crise grave de depressão, e minha filha precisou parar de trabalhar para cuidar de mim e do filho. Parece que Deus pensou: “Chega, 20 anos como cuidadora”. Minha filha assumiu tudo. Até os 22 anos nunca tinha trabalhado, eu fazia tudo para ela. Era modelo, nem a calcinha lavava. De repente, cuidava de mim, do bebê, da casa. Se saiu maravilhosamente bem. Ela tem 32 anos, é minha caçula, mora perto de mim. Não

estou trabalhando agora com contrato, carteira assinada. Faço plantão, cubro folga, férias – se não for um acamado que precisa de ajuda física. Meus filhos falam que eu quem preciso de alguém cuidando de mim agora [risos]. Teve a solidão na pandemia. Mas não só. Com o isolamento, perdi cognição, audição, a força para andar não é tanta. Falo para as meninas que começam agora: “Se cuidem muito, façam seus passeios, cuidem de vocês. Você tem que estar bem para cuidar do outro”. Mas eu esquecia de mim. É um trabalho que absorve demais para cuidar com amor. E a gente acaba fazendo serviço de outros profissionais. Perguntavam coisas como: “Você pode passar uma roupinha?”

A vida profissional de Laura começou mais tarde, aos 49 anos. Sem saber de nada do ponto de vista técnico. No entanto, descobrindo que era uma cuidadora nata.

Desde que saí da roça, no Sul, quando um tio que morava na cidade me levou para cuidar de um filhinho dele, porque ele e a esposa tinham que trabalhar. Eu tinha dez anos. Desde então, sempre foi trabalho não remunerado. Sempre fui dona de casa. Uma das minhas frustrações foi não ter estudado e ser professora. Tive um baque quando os filhos saíram de casa. Me senti perdida, vivia para eles. Meu casamento narcisista era assim: “Não vai trabalhar”. Também acho que me acomodei. Me dediquei completamente aos meus três filhos. Não me arrependo. Embora não tenha aquela volta... Você pensa “Ah, meu filho vai fazer tudo por mim”. Não é. Mas só se vê agora. Aí, tive essa primeira queda brusca de uma depressão terrível, por volta dos 48 anos, mas que já vinha de muitos e muitos anos. Nesse período ganhei aquele chapeuzinho [faz gesto de chifres na cabeça]. Eu era catequista. Vim a ser coordenadora da Pastoral da Criança com a senhora Zilda Arns. Nesse período aconteceu a situação do chapeuzinho [traição]. Meu sacerdote confessor falou: “Vai trabalhar, você tem que sair de casa, teus filhos estão criados”. Foi quando ele falou de uma senhorinha da igreja que estava com Mal de Parkinson. O marido dela, esclerosado. Não se falava Alzheimer e nem demência. Mas ele iniciava a demência. Ah, menina... Não larguei mais meu trabalho.

Ao se sentir não valorizada pelos anos cuidando da família como mãe e dona de casa, Laura encontrou em uma nova maneira de cuidar o reconhecimento que esperava.

Me pagavam. Gostavam tanto de mim, e eu deles. Quando eu saía, às 17 horas, eles ficavam na janela. Mas comecei a somatizar tudo o que aquelas pessoas estavam passando. Me chamavam de filha. Tiveram dois filhos homens. Eu trazia cargas negativas, inclusive da minha infância, e ali eu tinha valor, compreensão. Chegava em casa e meu marido só reclamava. A filha, a mesma coisa. Os dois

filhos, indo embora. Então, mesmo que eu tivesse feito todo o serviço da casa, se tinha uma peninha fora do lugar, o marido dizia: “Não limpa nada”. Isso me desgastou muito. Mas na época eu não entendia o quanto me atingia. Estava ali quando ele queria, fazia comida quando ele queria. Eu era perfeita. Fiquei dois anos com esse casal de senhores, até que os filhos resolveram vender a casa e colocá-los em um asilo. Foi muito difícil para mim. Fiquei visitando eles no asilo todos os dias. Até que fui proibida, porque a senhorinha só queria tomar os remédios, banho, comer quando eu chegava. Estava atrapalhando. Me revoltei por ser proibida. Hoje, entendo.

Uns meses depois, Laura foi trabalhar na casa de um senhor viúvo que morava sozinho. Ele não tinha demência ainda, mas outros graves problemas: incontinência urinária, só 14% do coração e pulmão bem debilitado.

Ele era sobrevivente do incêndio do edifício Andraus, na avenida São João, que era da Petrobrás. Cheguei em 1970 em São Paulo. O incêndio foi no dia que cheguei. Pediram para a população levar leite porque as pessoas estavam morrendo de asfixia. Eu fui uma delas, juvenzinha. E ele era um dos sobreviventes. Ele, que era espírita, falava: “Você levou o leite que eu tomei”. Aliás, todos os lugares que trabalhei eu estudei sobre as religiões das pessoas. Precisa saber. O alimento, a roupa... Esse senhor me fez voltar a estudar, pagou para mim. Trabalhei um ano sem registro, mas depois a filha dele me registrou. Mas o impulso que ele me dava, com a certeza de que eu seria uma coisa melhor, além de uma dona de casa. A confiança que ele colocou em mim [se emociona]. Eu tinha só até o quinto ano primário, e fiz o EJA à noite, pertinho da casa dele. Aí me mudei para a casa dele e era também empregada, cuidava de tudo, casa, comida.... Falei para minha filha: “Você tem 17 anos, se vira”. Marido trabalhava, nem ligava. Foi quando começou nossa separação. Nunca divorciamos, somos separados, o que se consolidou na pandemia. Até hoje a gente mora na mesma casa porque não tenho onde morar.

Nesse segundo emprego, Laura ficou quatro anos. Além do EJA (Escola de Educação para Adultos), estudou no Hospital AC Camargo, tornando-se auxiliar de enfermagem. Quando começou a pandemia, ainda era cuidadora em tempo integral. Cuidava de uma senhora que morava em uma travessa da Avenida Paulista, esposa de um médico.

Antes, entrava quinta-feira, 12h, e saía na segunda-feira. Na pandemia nem fui embora. Eu só cuidava dela, que não tinha mais tanta mobilidade. Mas os filhos vinham constantemente, traziam quebra-cabeça, falavam em italiano e inglês. Naquele período me afastei do meu âmbito social. Tive depressão de novo. Surtei. A psicóloga diz que somatizei todas as situações anteriores ao ficar enclausurada. Aí,

vivi situações ruins. Fiquei em Manaus seis meses com meu filho, não me adaptei. Fiquei um período no Tatuapé com o outro filho. Mas queria o meu cantinho em São Paulo, meu sobrado, minha casa. Mesmo separada, cada um fica numa parte, é lá que me sinto bem. Teve outras tentativas. Fui morar com minha filha. Com o bebê, eu entrei de novo na clausura, como do Covid. Hoje estou bem e voltei a trabalhar de forma esporádica. Tomo antidepressivo de manhã e ansiolítico à noite.

O relato de Laura é permeado de formas de opressão e violência comumente sofridas por mulheres. Ainda menina, foi impedida de continuar os estudos para trabalhar como babá do primo na cidade, o que era visto como algo positivo na vida de uma moça da roça. Uma sorte. Casou-se, teve três filhos e passou a vida se dedicando à família e à casa, sem ser reconhecida por isso. Na verdade, era criticada pelo marido, que cometia microviolências diárias, como reclamar que o que ela fazia não era bom o suficiente.

Não realizou o sonho de ser professora. Mas realizou-se a partir daquilo que aprendeu desde cedo: a cuidar. Transformou a sobrecarga em oportunidade, sentindo-se valorizada. Ainda assim, é um serviço fisicamente e emocionalmente difícil. A necessidade de lidar com o sofrimento e as limitações alheias se somou a decepções do decorrer da vida, o que foi o estopim para uma série de episódios de depressão, o pior deles na pandemia, com os quais lida até hoje.

3.2.1.4 Entre emoção e razão

Beatriz, 55 anos, mulher negra, ensino médio completo, faculdade de enfermagem incompleta, é moradora do bairro Bom Retiro, Centro de São Paulo, foi vítima de violência doméstica praticada pelos próprios irmãos na infância. Tinha 9 anos quando a mãe morreu e foi morar com uma irmã mais velha, que não a aceitava por ser filha de outro pai. Os dois irmãos mais velhos também não a tratavam bem. Um desferiu socos em sua cabeça que a fizeram cair longe. Devido às agressões, hoje tem problema de audição.

Meu psicológico foi muito judiado quando era menina. Eu já fazia terapia antes da situação do Covid. Com tudo fechado, passei a fazer online. Mas tive que parar porque perdi trabalho na pandemia. Eu já era cuidadora há mais de 20 e tantos anos. Fui babá por um longo período. Comecei com 13 anos cuidando de um

recém-nascido. Depois é que fui cuidar de uma idosa de 102 anos, na Alameda Itú. Dela, mais uma cachorra, 20 gatos e da casa. Ali foi onde me deu um [faz um estalo com os dedos]. Não tinha nome ser acompanhante de idoso. Fui fazer um curso para ter uma noção de como me comportar. Continuei babá por um tempo, casei, fiquei dois anos sem trabalhar, olhava meu sobrinho, que minha irmã não conseguia vaga de creche. Tive minha filha e, quando ela fez 2 anos, coloquei na escolinha particular. Fui para uma casa em que cuidava das meninas e de uma idosa.

Dispensada quatro dias antes de a pandemia estourar, Beatriz ficou quase seis meses sem trabalhar durante o dia em 2020, o que a impactou financeiramente. Diz que a tiraram para colocar um serviço de *home care*. Ela explica que são empresas que cobram mensalidades de cerca de R\$ 6 mil, e “*chega para a cuidadora R\$ 150 por horas de trabalho*”.

Mas eu tinha um senhorzinho à noite. A gente via todos os jornais e todas as missas de todos os canais. Tinha problema cardíaco e de rim. Não tinha filhos, era espanhol. O primo dele que me contratou. Porém, o primo dele entendeu que, me contratando, tinha que ser fiel a ele. E trouxe um caderno para que eu fizesse um relatório para internar o idosinho. Eu dizia que esquecia. Comecei a cozinhar ovo para ele, dava iogurte, ficou fortinho. Falava “Põe a máscara, lava a mão”. Comecei a sair com ele um pouco. O primo queria ficar com o apartamento e o dinheiro dele. Foi criando raiva de mim. O senhorzinho tinha que tomar uma medicação senão inchava. Um dia esse primo não comprou a medicação. Até hoje sinto culpa de não ter eu mesma comprado. O primo fez de propósito. E é difícil porque você não pode entrar em conflito com a família. Senti que traí ele, devia ter comprado o vidro do remédio [se emociona]. Ele tinha 80 anos, mas estava ótimo! O primo chamou a ambulância dizendo que ele estava com Covid! E aí arrumei encrenca. A Santa Casa internou o idosinho como se fosse Covid. Eu fui na ambulância com ele, e os atendentes me questionando por que ele não estava com febre, não estava tossindo. Um belo dia, uma pessoa da Santa Casa me liga e diz: “A senhora é cuidadora e sabe. Ele estava com Covid ou não?” Eu disse “Não, ele internou porque estava inchado, não tomou a medicação”. Questionaram quem teve essa atitude, e eu disse que foi o familiar. Ele foi para outra ala. O primo me ligou bravo, dizendo que eu fofoquei na Santa Casa. Falei “Não posso mentir para o médico, posso me complicar”. No fim, o idosinho ficou nervoso de estar no hospital, teve um ataque cardíaco e morreu. Fiquei muito triste. E só soube porque o primo me chamou para me pagar, e falou numa frieza. Perguntei como ele estava, e o primo “Ele foi transferido para o Vila Alpina” [cemitério]. Ainda fiquei pensando um pouco... Quando entendi, eu disse: “E o senhor não teve coragem de nos contar?” A mulher dele apareceu dizendo que aquilo era um absurdo, que eu não era nada dele. Enquanto isso, depenaram o apartamento inteiro. O homem mal morreu, o filho do primo já estava morando lá.

Essa parte do relato de Beatriz mostra duas situações problemáticas por vezes vivenciadas por quem cuida profissionalmente. Primeiro, a ideia de que o/a profissional deve ser cúmplice de um cuidado menos atento, para assim a pessoa a ser cuidada piorar de saúde, falecer o quanto antes e deixar bens. Segundo, o peso de ter de lidar a todo momento com o limite entre bem-estar e morte, algo emocionalmente difícil, por mais que seja parte do trabalho.

Sou apaixonada pela minha profissão. Modéstia à parte, cuido muito bem dos meus idosinhos. Ah, a gente se apega, sim. Até dos difíceis [risos]. Tenho um ex-patrão que me indica até hoje. Fui cuidadora da mãe dele, uma senhorinha complicada, em 2017. Se fosse para receber uma coroa de santa, eu tô aqui para receber [risos]. Fui a cuidadora número 28. Terrível. Fiquei com ela quatro meses e pouco. Eu preciso trabalhar, mas não passar por humilhação. Ela dizia que todo mundo roubava, era mal-educada, humilhava as pessoas. Um dia, perguntei: “Por que a senhora gosta de humilhar as pessoas?” Gritou que eu a estava ofendendo. Falei “Não. Ninguém que vem aqui lhe acompanhar é seu inimigo. É porque a senhora precisa. Todos nós, em uma certa idade, vamos precisar de uma companhia. Podemos cair, precisa de medicação, fica sensível”. Naquela época, ele já pagava um bom salário, R\$ 3.200. E ainda pagava a mais no fim de semana e feriado. A cuidadora anterior era negra retinta, e ela não aceitava.

Apesar dessa experiência relatada, em geral, Beatriz diz que os problemas são mais com os familiares do que com os próprios pacientes. Três meses depois da morte do senhor espanhol, chamaram-na para cuidar de uma senhora no mesmo prédio.

Estava largada. A filha dizia que, se não trabalhasse, não tinha como pagar, era dona de uma confecção de uniformes, não estava nem aí. Tem filhos que não estão nem aí, largam na sua mão, você vira pai e mãe daquele idoso. A filha não queria que ela ficasse boa. Ela já não estava bem, mas precisa tratar, dar qualidade de vida. Tinha tumores e, quando já estava muito mal, o médico deu a ela um remédio que só a fazia dormir, ouvir ao longe. Eu colocava música do Roberto Carlos para ela. Pedi aos enteados para comprar umas fórmulas para dar o remédio mais fácil, não só com água. Via que ela estava se entregando, não queria comer. A filha falava “Você sabe que não tem o que fazer!”. Enteados e enteadas eram mais carinhosos com ela, vinham, beijavam. Ver esse fim chegando é um momento terrível. Agora estou mais acostumada. Era 2021. Fiquei com ela quatro meses e meio. Era perto do fim de ano quando ela foi internada. No quinto dia, a médica me chamou dizendo: “Já conversei com a filha, não conseguimos falar com o outro filho, e a gente quer falar com você porque vemos sua dedicação e seu carinho. Vamos levá-la para a

UTI paliativa e você não vai mais vê-la”. Acompanhei até a porta da UTI e me despedi [se emociona]. Morreu no dia 1 de janeiro. E a filha não me contou que ela morreu [se emociona]. Uma faxineira que cuidava da casa dela há 20 anos que me contou. O enteado me mandou mensagem também, agradeceu por como cuidei dela e ter dado assistência ao pai dele.

Se a sobrecarga emocional no trabalho era grande, em casa Beatriz contava com divisão justa de tarefas domésticas com o marido e os filhos – o que não é realidade para uma parte considerável das mulheres. Curiosamente, uma das ocupações do marido também é a de cuidador, ou seja, alguém que compreende a importância e o valor do cuidar.

Meu marido e eu sempre trabalhamos muito. No momento ele está de segurança, mas também é cuidador. Então, se chegasse primeiro, fazia as coisas da casa. Já pegava os meninos na escola, dava banho, fazia o jantar, lavava a louça. Sempre assim. Nunca me senti sobrecarregada em casa. Na pandemia, meu filho mais novo estava no terceiro ano do ensino fundamental. Foi terrível. Imagina eu dando aula para meu filho? Criaram um aplicativo com um monte de material. Meu filho mais velho ia ajudar nas lições do mais novo, mas, a duas semanas na pandemia, ele arrumou emprego. Chamei minha filha mais velha, que sentou lá e ajudou.

Cuidar sempre será sobre criar laços com outro ser humano. Mesmo que profissionalmente. Isso fica evidente na história de Beatriz, que se diz apaixonada pelo trabalho que exerce, ainda que a ocupação tenha um lado tão difícil: acompanhar o fim da vida, e não conseguir separar a emoção e a razão.

O temor do abalo financeiro veio logo no início da pandemia, ao perder trabalho. O que acarretou também o afastamento de um cuidado essencial consigo mesma: a terapia, para a qual ainda não conseguiu voltar, enquanto segue colocando as contas em ordem.

Mas, diferentemente de muitas outras mulheres, em casa Beatriz conta com o apoio do marido e dos filhos, com divisão de tarefas domésticas de forma igualitária, o que alivia um pouco o peso emocional e físico das responsabilidades como cuidadora.

Interessante notar que os familiares dos dois pacientes cujas histórias ela compartilhou pareciam, segundo sua narrativa, esperar uma morte rápida de ambos, ou para receber herança, ou para não gastar com cuidados. Assim, o cuidar surge

aqui como um reflexo de mesquinhez, incentivada pelo que prega o capital. O cuidado pode perder para o dinheiro, mesmo quando há laços familiares.

3.2.2 Guardiãs do Território: a saída é pelo coletivo

A cerca de 30 quilômetros do centro da capital paulista, um grupo de mulheres se tornou uma referência de amparo, nos mais diferentes sentidos, para os moradores locais. No Jardim Lapena, bairro da periferia de São Paulo, região de São Miguel Paulista, surgiram as Guardiãs do Território. São mulheres atravessadas por realidades comuns para quem vive ali: dificuldades financeiras, situações de violência, enchentes quando a chuva aperta, empregos informais ou de baixa remuneração, entre outros enfrentamentos urbanos. No entanto, aprenderam que juntas poderiam primeiro ajudar quem mais precisava; depois, se ajudar entre si; e, finalmente, reivindicar coletivamente por melhorias para todas as pessoas do bairro.

Ironicamente, foi uma pandemia que as organizou. E, se no começo eram duas, hoje são 200 mulheres envolvidas no grupo. Em março de 2020, percebendo que o poder público não atenderia às necessidades da população para se proteger contra o coronavírus, elas resolveram agir. Donas de casa, autônomas, desempregadas. Mesmo com medo do vírus, entenderam que poderia ser muito pior se nada fosse feito. No Galpão ZL, espaço que concentra atividades sociais no bairro, administrado pela Sociedade Amigos do Jardim Lapena, em conjunto com a Fundação Tide Setubal, receberam doação de centenas de kits de máscaras e álcool em gel. Mas a ordem era isolamento em casa. As pessoas não poderiam buscar, especialmente quem mais precisava e era grupo de risco, os idosos e os acamados.

Meia dúzia de mulheres, já envolvidas com questões sociais do bairro, resolveram de forma espontânea sair para distribuir de casa em casa os kits. Se depararam, então, com um problema: muitas ruas e vielas são como labirintos, difíceis de se localizar, mesmo sendo de lá. Mais difícil ainda seria saber exatamente onde estavam as pessoas que precisavam com urgência da proteção contra a Covid. Um dia, em uma área ocupada irregularmente, a assistente social Vania Silva e mais uma colega que a acompanhava nas entregas não conseguiam achar a saída. Ligaram a uma amiga para pedir ajuda, que ligou a outra amiga que ali

morava. Monalisa não só as ajudou, como mostrou que conhecia quem eram as famílias que viviam naquela rua e necessitavam de auxílio.

Na ocasião, Vânia disse a Monalisa que ela havia sido uma “guardiã” naquele dia. E como seria bom ter uma mulher com conhecimento sobre cada parte do bairro para facilitar o trabalho. Nasceram as Guardiãs do Território. Em abril daquele ano já eram 22 mulheres, que se organizaram por um grupo de WhatsApp e mapearam o território, identificando onde estavam os moradores com maiores carências, e quem eram as mulheres que melhor conheciam cada lugar. Na mesma época, receberam também duas mil cestas básicas e dois mil vales-refeições doados pela fundação.

Para dar conta das demandas, o grupo cresceu, chegando a 112 mulheres, com 20 delas coordenando as ações das demais. O trabalho na emergência sanitária foi reconhecido por empresas, que enviaram mais álcool em gel e máscaras, além de sabonetes, alimentos, camas e colchões.

A Zona Leste foi a região da capital paulista mais atingida pela pandemia de coronavírus, concentrando o maior número de mortes (Mazzo; Colucci, 16 jan. 2021) logo no começo da emergência. Mas o Jardim Lapena não estava entre os bairros mais afetados. Para efeito de comparação, foram 18 mortes por 100 mil habitantes até o início de 2021. Na Vila Prudente, por exemplo, foram 46 óbitos por 100 mil habitantes no mesmo período. Desde a pandemia, o trabalho do grupo não apenas foi reconhecido pela comunidade como se estruturou e ampliou ações.

As atuais Guardiãs ficam sabendo pelo grupo de WhatsApp o que os moradores estão precisando. Tem de tudo. Necessidade de cesta básica, criança perdida, documento extraviado... Seja qual for a demanda, elas logo são acionadas. A sede, que tem um ano, recebe verba mensal da Fundação Tide Setubal para se manter e já venceu editais e premiações em dinheiro. Na casa alugada, não muito distante da estação São Miguel Paulista da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), são promovidas oficinas de pintura, crochê e artesanato. Há aulas de alfabetização para adultos e reforço escolar para crianças ministradas por voluntários, além de atendimento psicológico em parceria com uma universidade.

De tempos em tempos, é realizado um bazar sustentável, no qual os moradores trocam latinhas e garrafas PET por roupas doadas à entidade. E ajuda tecnológica está disponível para quem precisa marcar serviços como Poupatempo e Descomplica. A meta para 2025 é tirar CNPJ, o que permite mais parcerias e

doações. O grupo recebe um valor da Fundação Tide Setubal para manutenção do espaço, dinheiro com o qual pagam o aluguel e as contas. Em 2024, ganharam o prêmio Periferia Viva, no valor de R\$ 50 mil.

Em uma tarde de quinta-feira de janeiro de 2025, a conversa com cinco Guardiãs para esta tese ocorreu em uma das salas da casa que hoje é a sede do coletivo. Aliás, coletivo é a palavra que resume o resultado do movimento; que representa a saída quando pensamos nos desafios femininos. Juntas em um mesmo propósito, as mulheres conseguem fazer mais, melhor e, não menos importante, proteger umas às outras, inspirar umas às outras. Como nos lembra hooks (2020), a sororidade ainda é poderosa, e a resposta para superar as dificuldades femininas é coletiva.

A seguir, as histórias dessas mulheres que não apenas resguardaram o território onde vivem como se fortaleceram coletivamente para, individualmente, ir mais longe. Os nomes foram trocados para preservar a identidade das entrevistadas.

3.2.2.1 A descoberta de talentos

Cibele, 49 anos, mulher negra, casada, mãe de dois filhos, moradora do Jardim Lapena há mais de 34 anos, começa seu relato reforçando quão aterrorizante foi a pandemia. Até então, trabalhava por conta própria, fazendo e vendendo artesanatos, além de vender outros itens como esmaltes e lingerie. Parou de vender tudo porque ninguém tinha dinheiro para comprar esse tipo de produto. Recebia cesta básica. O marido também parou de trabalhar.

Todo mundo aqui achou que iria morrer. Parecia um filme de terror. Porém, quando a Vânia e a Malu receberam as doações [máscaras, álcool em gel], a gente se organizou e pensou em outra coisa. Pediram ajuda para ajudar principalmente os idosos. Vimos nossa situação, mas vimos também gente com mais problema do que nós. Isso nos fortaleceu para ajudar, deu coragem. Íamos equipadas, com máscara, luvas, para visitar as casas. E nos ajudamos entre nós também. Tinha uma senhora que fazia geladinho e cuidava de criança. Mas ninguém queria geladinho, e criança não saía de casa. Ela pagava aluguel. A gente ajudava com cesta básica. Foi muito difícil. Mas agradeço a Deus porque a gente saiu unida.

Cibele já se envolvia com questões do bairro. Participou, por exemplo, de reuniões sobre o plano diretor. Sua atuação foi tão marcante no grupo que acabou contratada para cuidar do espaço de plantas, minhocário e horta orgânica da sede das Guardiãs. Com o auxílio da Pé de Feijão, empresa de impacto social, aprendeu a manejar a terra.

Hoje a horta orgânica já gera dinheiro, inclusive com ervas medicinais. Temos um terreno com couve, alface, cheiro-verde... Levo para os idosos comerem bem. Foi com eles e com seus cuidadores que comecei a atuar como Guardiã. Percebi que estavam muito agitados. E eu não tenho esse conhecimento [emocional] para ajudar. Quem cuida dos idosos estava até mais agitado do que eles, nervosos, cansados... A gente foi atrás de uma parceria com faculdade para conseguir atendimento psicológico, que hoje temos. A gente também passa pela psicóloga. Para conseguir ajudar, tem que cuidar da nossa mente.

A capacidade de liderança de Cibele, percebida a partir do grupo das Guardiãs, levou-a à liderança de um grupo de trabalho de urbanização do Galpão ZL. Atua principalmente no chamado Baixo Lapena, parte ainda mais vulnerável de um bairro já cheio de desafios. O GT recebe uma verba, e ela indica locais para melhoria.

Já fizemos duas pontes onde as pessoas passavam por cima de esgoto. A mão de obra contratada foi de moradores, para gerar renda. Também estou estudando rejeito. Com caixa termoclínica, orientada por um professor de Santa Catarina que deu aula sobre compostagem. Com papel higiênico não daria para fazer a compostagem. Mas aprendi esse trabalho com o rejeito em uma composteira diferente. Não usamos esse adubo em plantas frutíferas, nada que seja comestível.

Tornar-se uma liderança melhorou a autoestima de Cibele, que hoje incentiva outras mulheres do bairro a ir atrás de seus sonhos, enfrentar medos e o machismo tão presente nas relações locais.

Uma menina nova me disse que queria estudar, fazer nosso curso de alfabetização, era analfabeta. Mas o marido dizia que ela era burra, não sabia contar dinheiro... E falei: "Vai aprender sim, só diz para ele que se matriculou e vai começar a estudar". Ela veio, estudou, em um mês começou a fazer o nome dela. Chorou quando a professora pediu para ela ler a frase na lousa e conseguiu. Todo mundo começou a chorar. Foi muito emocionante.

A oportunidade de estudar, adquirir novos conhecimentos, permitiu a Cibeles despertar de vez sua capacidade de liderança, percebida nos primeiros passos dados pelas Guardiãs para ajudar os moradores. Ela é um exemplo de como, para muitas mulheres, apenas falta a chance de se desenvolver. O trabalho com o grupo trouxe para Cibeles melhora de autoestima e de renda. Trouxe pertencimento e reconhecimento. Ela se tornou uma mulher que levanta outras mulheres e impacta diretamente a qualidade de vida da comunidade.

3.2.2.2 Conflitos em casa

Danila, 38 anos, mulher branca, casada, mãe de dois filhos adolescentes, é hoje coordenadora das Guardiãs do Território. Logo no começo da pandemia, foi uma das primeiras a se juntar ao grupo. Morava no bairro havia 18 anos, sendo que parte desse período atuou como missionária e professora de ensino religioso, conhecia muito bem a vizinhança.

Peguei todo esse tempo o crescimento do bairro, quando o Baixo Lapena era invasão. No dia que as Guardiãs começaram a atuar, eu já conhecia essa vulnerabilidade. De certa forma, essa união das mulheres aqui acontecia. Em 2019, teve uma enchente de 15 dias, com água na cintura. Essas mulheres se mobilizaram para ajudar famílias, abrimos a igreja para banho, pegar roupas doadas, alimento. No Galpão, a Vânia era agente comunitária. Ela me chamou quando começou a pandemia. Já tinha ali uma noção das famílias. Fui a segunda Guardiã, entreguei uma doação de 150 cestas básicas. Fiz a senha, chamei a Jolinda, e fomos entregar a senha, entrava pelos becos, com máscara, álcool em gel, mantendo a distância. Virava no beco, vinham dez atrás da gente. Porque ninguém tinha de comer, não sabia do pão de cada dia. No começo eram 15 Guardiãs e “sufocou” para darmos conta de todas as famílias. Mas uma foi indicando a outra e foi crescendo. Meu esposo não queria que eu fosse. Era uma briga para eu sair. Mas falei: “Não posso ficar dentro de casa sabendo que posso ajudar”.

Desde 2024, ela é contratada, com salário, para cuidar das ações das Guardiãs.

A gente acha que a época da pandemia foi a mais frágil. Mas a fragilidade continua aqui. Tem dois meninos que vêm do Baixo Lapena para o reforço de matemática e sempre dou o lanche primeiro para eles, antes de começar a aula. Outro dia, tinha suco e garrafa de água. Um deles falou: “Tia, depois que acabar o reforço eu posso levar essa garrafa de água? Porque já tem três dias que lá em casa não tem água”. Aquilo me cortou o coração. Então, a vulnerabilidade está aí, as dificuldades estão aí, e é nossa luta de cada dia.

Para Danila, as mulheres do bairro precisam entrar em conflitos em casa para se sentirem realizadas. Essa busca pela realização ficou mais forte para ela a partir da pandemia. E a violência também.

Na pandemia aumentou violência, mas a maioria não falava. O mais difícil é romper o silêncio. Todo mundo aqui se conhece, e quem sofre tem vergonha, com medo que saibam. Os maridos não aceitam nossa evolução. No galpão tinha toda terça terapia em grupo. Mas muitas não queriam participar da roda de conversa. Só passar individualmente com a psicóloga. Porque elas acham que os outros vão saber, omitem até o fim. Falam que caiu da escada, caiu no chão. Mas não fala que foi o marido. Só fala quando está pegando fogo e chegando quase morta para pedir ajuda. Uma Guardiã uma vez o marido bateu, bateu, bateu. Conseguimos uma casa para ela e os três filhos. Mas voltou para o marido. Conforme realizamos as formações sobre violência contra a mulher, a conscientização está aumentando.

Ela mesma aprendeu a reconhecer situações de violência que enfrentava em casa. Antes, não tinha tal percepção. Acreditava que era o comum dos relacionamentos. O esposo, que hoje tem cinco carrinhos de vender pipoca, teve padaria e lanchonete na época da pandemia. Danila trabalhava com ele, que exigia que as coisas continuassem assim. Mas, como ela diz, esse era o sonho dele, não o dela.

Teve um acontecimento... A primeira padaria ele vendeu, depois passou o ponto da lanchonete e foi trabalhar em outra padaria. Até fui trabalhar com ele um tempo e saí das Guardiãs, em 2021. Foi a pior coisa que fiz. Era uma coisa que eu não gostava. Fiquei seis meses. Parece que arrancou minhas pernas, meus braços. Ele tem diabetes, pressão alta e teve Covid. Ficou acamado, cuidei dele e trabalhei na padaria para manter o sonho que era dele, não meu. Falei que não estava feliz, o amava, amava meus filhos, mas não era o que eu queria. Queria trabalhar e estudar. Estou no segundo ano de Pedagogia. Fiz o supletivo na pandemia, usava a internet do vizinho, no portão, e com o caderno. A pandemia abriu minha mente. Falei para ele: “Não quero mais trabalhar com você”. Foi um tapa na cara dele. Ainda não está

tudo bem, porque ele não se acostuma com a mulher que sou hoje. Que faz Pedagogia, sai para trabalhar sem ele. Diz que eu mudei. E realmente. Coloquei limites, era uma relação abusiva. Eu não podia fazer minhas coisas, tudo era com ele, consentimento dele. Agora ele trabalha com cinco carrinhos de pipoca, meu filho de 16 anos com um, outros dois funcionários, ele em outro, um está parado. Ele queria que eu trabalhasse no que está parado, diz que o dinheiro renderia mais. Quando eu era nova, não tive oportunidade para estudar, porque tive que sobreviver desde os 16 anos, me virar sozinha. Falo para meus filhos “Vocês têm estrutura, aproveitem”. E ele não vê esse crescimento. Já perguntei para ele: “Você já viu meu crescimento, o que eu era do que eu sou?” E ele diz “É, você não é mais minha esposa”. Não sou mais submissa. Imponho limite. Mas ele não entende. Ele monitora meu celular. É um ciúmes... Nenhum homem pode falar comigo. Hoje, reconheço isso como uma violência emocional. Ele está me deixando doente. Falei: “Não se intrometa no meu trabalho”. Para mim, ver uma mulher fragilizada, saber o que ela está passando, poder identificar e ajudar ela a se cuidar, é muito gratificante.

Conforme a conversa avança, Danila revela que a violência física também já ocorreu em seu relacionamento. E por causa da autonomia e do crescimento que o trabalho vem proporcionando a ela.

Uma vez meu marido me deu um tapa na cara por causa das Guardiãs. “Você vai para a rua?” Pá. Antes, eu ficava quieta chorando, não falava nada. Agora não. Falei para ele “Vai no psicólogo, porque você está me matando aos poucos”. Ele disse que vai. Tudo para ele estou dando brecha, estou tendo caso. Falei “Ou você muda ou você muda”. Com 19 anos, eu não fui quem eu queria ser. E agora posso. Meus meninos têm 10 e 16 e já são machistas. Estou tomando fluoxetina. E, quando ele faz essas coisas, me dá uma gana, uma vontade de pular no pescoço dele. Falei “Não brinque comigo”. Recebi um aumento, e ele está vendo meu reconhecimento. Quem arrumou o carro fui eu. Podia ser tudo tranquilo. Só sabe ver defeito. Na comunidade todo mundo reconhece que cresci. Em casa sou uma mulher cansada, que cozinheiro, faço tudo para um monte de marmanjo.

Além da violência doméstica, a pandemia ainda deixou desafios financeiros que ela está resolvendo.

As contas de luz atrasadas, fui terminar de pagar agora. O que me salvou foi o auxílio emergencial. Mas foi muito difícil para mim, com duas crianças em casa, que comem feito dois dragõezinhos. Pagava um acordo e uma conta, um acordo e uma conta. Foi assim até aqui. Ainda tenho pendências cinco anos depois.

O relato de Danila é um exemplo do que ocorre com muitas mulheres ao ganharem autonomia por meio dos estudos e da carreira. Ao não aceitar as transformações positivas dessa mulher, que sai do padrão de “mulher correta” definido pelo patriarcado, o homem considera as mudanças uma afronta à própria masculinidade, à autoridade do papel que lhe cabe. Afirma que nem mesmo reconhece mais essa mulher – e o que ela considera vitória, é determinado como comportamento negativo por ele. Quando o homem não sabe elaborar as emoções que sente diante da mulher que cresce, a resposta imediata é a violência.

3.2.2.3 *Ganhando voz*

Marli, 55 anos, mulher branca, casada, mãe de dois filhos adultos, avô de um bebê, dona de um salão de beleza que funciona na garagem de casa. Também se tornou uma das principais lideranças das Guardiãs. É moradora do Jardim Lapena há 26 anos. O grupo de mulheres rendeu a ela um presente que jamais imaginou ganhar: voz própria.

Eu vivia no meu mundinho. Dentro de casa. Mal participava das atividades do Galpão ZL. Meu marido começou a fazer a faculdade de Serviço Social e a professora falou que ele deveria interagir com questões do bairro. Foi aí que ele começou a frequentar o Galpão e me chamou. Comecei a participar do plano de bairro, das reuniões. Sempre caladinha, sem falar nada, só escutando. Isso em 2017. Ainda demorei uns seis meses para ir. Quando a gente viu que se reunindo tinha resultado para conseguir coisas com o poder público, fui me aprimorando. Quando chegou a pandemia, eu já estava bem entretida com o pessoal do Galpão, e a Vania me chamou para participar das Guardiãs. Foi difícil porque meu esposo é apavorado por doença. Mas eu sempre dava minhas escapadas.

Durante a pandemia, Marli fechou o salão por três meses. Mas saía para comprar coisas na quitanda e no mercado. Era nessa hora que aproveitava para encontrar as Guardiãs e ajudar, sempre com todos os acessórios de segurança contra a Covid. Tiveram, inclusive, formação com os Médicos Sem Fronteiras, para repassar orientações à população. Por exemplo, como usar máscara corretamente e a maneira de lavar as mãos.

Quando fui para essa formação, equipada, ele deixou [o marido]. Por mais que tenha sido sofrimento, a pandemia também foi uma união. Às vezes as pessoas só queriam um conforto, conversar, muita gente ficou isolada. A gente levava material e informava com o que a gente aprendeu. Meu lugar de fala mudou. Aprendi a ter voz. Sempre fui retraída. Tinha pensamentos legais, mas tinha medo, vergonha. Ninguém é invisível. Hoje falo com vereador, deputado. Quando surge um curso para florescer, muitas mulheres não querem se descobrir, ficam trancadas em casa, só querem uma cesta básica. E falo “A gente pode mais, a gente é importante”. Me tornei essa liderança. Aqui nas Guardiãs sou voluntária, porque tenho o salão, casa, esposo. Hoje mesmo só vim depois que ele saiu para trabalhar [risos]. Mas sei que preciso de mais voz ativa, que eu não tinha, e passo isso para as meninas, que elas são capazes, inteligentes. Fiquei na dúvida se fazia faculdade nessa idade. Mas estou no segundo ano de Serviço Social.

Assim como Cibeles, Marli também assumiu um GT do Galpão ZL, o de Infraestrutura. Já usou a verba, por exemplo, para fazer calçada em uma das saídas da creche CEI Lapena – havia grama e ficava escorregadia com a chuva. A entrada principal alaga quando chove.

Na escola estadual Pedro Moreira, a verba foi utilizada para repor todas as câmeras de segurança, que foram roubadas, além de ventiladores e fechaduras das portas. Cada GT recebe R\$ 20 mil anuais da Fundação Tide Setubal, que gerencia o Galpão. A gente usa mão de obra da comunidade para gerar renda local. Todo material é comprado em comércio do bairro para fortalecer os negócios aqui. Mas a gente não pega dinheiro. Fazemos as notas e o Galpão paga.

Dentro de casa, Marli enfrenta a mesma resistência que Danila. O marido não aceita bem a autonomia e a voz que conquistou a partir do trabalho com as Guardiãs.

Estava acostumado a me ter dentro de casa trabalhando para ele. Eu escuto muito “Tudo agora para você são as Guardiãs, você não me ajuda aqui”. Meu esposo quer que eu trabalhe com ele [tem uma ONG]. Mas é diferente. Aqui eu me sinto bem, me sinto realizada. Aí, ele diz: “Ah, agora você é dona do pedaço, só chamam você”. Porque antes chamavam ele [para ajudar em questões do bairro]. Trouxe conflito. Ouço que só vivo para Guardiãs, que a casa está largada. Cheguei a passar com psicóloga. Tem horas que não aguento. Ele quer que eu ande do lado dele fazendo o que ele manda. Já teve duas vezes que surtei. Falo e não sou ouvida. É tudo do jeito dele. Então, tenho que gritar para ser ouvida. Antes eu nunca surtava, chorava quietinha no meu canto. Ele melhorou muito depois de fazer faculdade de Serviço

Social. Se não fosse aquele Bolsonaro... Que é o tipo de homem da cultura machista, escroto mesmo.

Apesar de não viver violência física dentro de casa, como voluntária ela lida com a violência que outras mulheres frequentemente sofrem no bairro.

Tem uma moça que ajudamos e sabemos que ela apanha. Estava grávida, e ele vivia na saia dela. Onde ela vai, ele vai atrás. E pensamos como trazer ela aqui para receber informações sobre violência doméstica. Aí, pedimos ajuda para a empresa de som, que sai de bicicleta falando pelo bairro sobre eventos, ofertas, fazendo propaganda. Eles contrataram esse marido dela para pedalar com a bicicleta de propaganda, e nesse dia ele saiu pelo bairro fazendo isso. Conseguimos trazê-la aqui, informar. Mas ela sumiu. É difícil as pessoas se abrirem. A gente sabe que acontece. Mas tem a proximidade, o “todo mundo se conhece”, a vergonha.

As dificuldades financeiras também bateram à porta de Marli na pandemia. Ao fechar o salão, não tinha renda. Como Guardiã, conseguia receber cesta básica e cartão-alimentação. Ao lado do salão dela, aluga um outro espaço para uma pessoa que vende açaí, mas o comércio ficou dois meses fechado na pandemia. Não cobrou o aluguel nesse período.

Como cobrar de alguém que não estava ganhando nada? Me fez falta, mas faria mais falta para ela. As contas agora estão se ajeitando.

Assim como Danila, a história de Marli mostra como aprender a ter voz e sair do lugar de subserviência de uma vida toda gera conflitos relacionais com parceiros. Ao mesmo tempo, é a prova de como a união e o apoio entre mulheres ressignificam nosso papel no mundo, permitindo descobrir habilidades e fazer escolhas que, se não são apoiadas dentro de casa, são apoiadas e celebradas pelo grupo no qual se reconhecem. Os desafios e conflitos machucam. Porém, o lugar feminino de antes também. Vale a pena lutar pela nova identidade que confere realização pessoal.

3.2.2.4 Apoio contra o pior

Paula, 46 anos, mulher branca, ambulante, casada, sem filhos, é um exemplo de como o desespero pode ser contido quando há uma rede de apoio. Voluntária da casa, encontrou nas Guardiãs amizade, acolhimento e não julgamento por seus problemas de saúde mental. Toma três remédios controlados. E, também se pode notar em seu relato, o marido a limita – nesse caso, no cuidado da própria saúde.

Cheguei quebrando tudo, muito agitada com a “epidemia”. Era 2021. Agora, estou melhor por causa daqui. Ajudo a fazer separação de roupa e a organizar as ações. Vim para conversar, distrair, e fiquei para ajudar. Melhor vir aqui do que procurar logo os médicos, que querem dar só remédio. Gosto de mexer nas plantas com a Cibele. Só não gosto de mexer com as minhocas. Eu já tentei me matar um monte de vezes. Mas graças a Deus e às amigas que eu tenho não consegui. Tenho também uma dor de cabeça muito forte, enxaqueca crônica. Eu fico gritando, vomito, dá vontade de correr. Estou fazendo um tratamento, mas a médica disse que é problema para operar. Tem uns coágulos. Tem que operar mesmo que eu não queira. Meu marido disse que não quer que eu opere. Porque acha que minha dor não sara, mas melhora. Ele é zelador. A médica disse a ele que tem que operar porque só eu sei o que passo. Se eu fico só em casa, eu escuto uma voz: “Se mata”. Mas não faço porque acho que vou para o inferno. Quando estou com muita dor, venho para as Guardiãs, mesmo ele achando que não precisa. Na pandemia ficava em casa. Só ia na igreja. Mas trabalhei na rua, vendendo meia, um pouquinho de tudo na banca. Não usava máscara porque tenho Deus comigo. E não peguei essa doença e nem tomei a vacina. Fiquei com medo que o povo falou que se tomasse essa vacina morreria.

A saúde física e mental de Paula lhe impõe desafios para ter bem-estar e qualidade de vida. Mesmo com a possibilidade de uma melhora das fortes crises de enxaqueca – que também a tornam agressiva pela dor – por meio de cirurgia, o marido a impede de passar pelo procedimento. Além disso, ele minimiza o sofrimento dela, que pode aguentar, porque “não sara, mas melhora”.

Novamente, é entre mulheres que Paula consegue acolhimento. Seja com a médica enfrentando o marido e reafirmando que ela precisa operar; seja com as Guardiãs, que a ouvem sem julgamento e lhe atribuem tarefas na sede para ajudar nas ações.

Há em seu relato o paradoxo de temer a vacina contra a Covid, mas saber que precisa de cirurgia para melhorar a enxaqueca. Confia na ciência quando a dor

é evidente e física. Desconfia quando é algo que parece criado distante de sua realidade.

3.2.2.5 Descobrindo o próprio valor

Marlene, 45 anos, negra, casada, mãe de três filhos, é manicure – mas fazia “*freelas*” cuidando de idosos. Diz que, durante a pandemia, atendeu um senhor, para quem preparava almoço, dava remédio, banho e conversava. Trabalhava de segunda a sexta-feira como cuidadora; no fim de semana, fazia unha a domicílio. Foi dispensada pela filha dele, que teve problemas financeiros ao perder renda durante a emergência sanitária. Não quer mais cuidar de idoso porque “não tem como não se apegar”. E agora, além de manicure, é auxiliar de serviços gerais na sede da Guardiãs.

Hoje limpei a casa, por exemplo. Também recebo doações, entre outras coisas. Comecei como voluntária e fui contratada. Sigo como manicure. As rendas se complementam, né? Fiz unha a domicílio na pandemia. Mas, em junho de 2020, reabriu o salão que eu trabalhava, da Marli. Chegava de máscara. Escondida, a gente tirava a máscara para respirar. Peguei Covid até. Depois, tomei duas doses da vacina. O marido da Marli pegava no nosso pé de trabalhar e ficar sem máscara. Meu marido, não. Ele nunca me proibiu de nada, desde o começo do casamento. Sempre trabalhei fora. Casei com 21. Meu padrasto não me deixava trabalhar fora. Mas em casa eu lavava, passava e cozinhava. No começo, meu marido não queria que eu trabalhasse. Eu disse: “Quem vai bancar meus luxos?” Ele disse, então, que se eu quisesse, tudo bem. Não tenho reclamação se não fiz almoço ou janta. Ele lava roupa, faz tudo em casa. Não tenho esse problema de marido que proíbe e controla como as meninas contaram. E sempre ensinei meus filhos a se virarem. Eles têm 22, 20 e 13 anos. Desde pequenos ensinei a mexer em fogão, não esperar por mim.

Sabe que o casamento com responsabilidades divididas e sem violência é exceção entre as histórias femininas no bairro.

Aqui, quando as mulheres se empoderam mais, descobrem que têm valor, causa conflitos em casa. Não é meu caso porque logo que casei bati o pé para o que eu queria. Mas isso acontece no bairro e parece que tem aumentado. Mesmo depois da pandemia, que as pessoas seguiram suas vidas, não estão mais isoladas, fechadas

em casa. Que poderia ser esse o motivo dos conflitos. Mas não... Acho que agora a gente fica sabendo mais porque, como Guardiãs, estamos mais em contato com outras mulheres, as histórias delas. O conflito e a agressão são comuns.

Conviver mais de perto com as mulheres do bairro levou Marlene a perceber que seu casamento é uma exceção. Sem conflitos, proibições ou violências, ela não experiencia o machismo dentro de casa.

No entanto, vale notar em seu relato que ela é exemplo de uma outra realidade evidenciada na pandemia: a de quem não pode parar de trabalhar para sobreviver. Ao perder renda, e contra as recomendações, continuou trabalhando como manicure, nem sempre usava máscara e não completou o ciclo de vacinação. Existem outras preocupações na vida a enfrentar. Por isso, inclusive, ensinou cedo os filhos a serem independentes.

3.2.3 O que indicam as experiências compartilhadas

Dois grupos distintos de mulheres reforçam exemplos de uma cultura que pretende mantê-las no que definiu como lugar feminino. Nos discursos de ambos, o cuidar está presente. Seja profissionalmente, seja solidariamente. Mais do que isso: o cuidar também está lá, fortemente, como obrigação, uma não escolha. Cuidar da mãe, enquanto irmãos e parceiro esperam apenas delegar esse cuidado. Cuidar desde criança, quando ainda deveria ser cuidada. Cuidar voluntariamente, mesmo que caracterizando um serviço remunerado. Cuidar de todos, apesar de tudo, e acabar não cuidando como deveria de si mesma.

Por outro lado, há o cuidar como exigência por ser o que lhe cabe socialmente. E aí da mulher que quer estudar, ganhar voz, viver com autonomia, liderar. Pode parecer uma preocupação em cuidar da saúde dela, mas é limitar e condicionar a mulher a um sofrimento físico e psíquico. O resultado são diferentes tipos de violência atravessando a vida dessas mulheres. As que são capazes de impor limites sem culpa e com a colaboração de companheiros ainda são poucas.

No entanto, as conversas apresentaram uma vertente extremamente positiva e que permite vislumbrar uma saída para os desafios e as vulnerabilidades que cercam as mulheres: o coletivo. Ajudar umas às outras fortalece autoestima,

certezas, desejos e sonhos guardados a serem realizados. Basta um acolhimento que só quem vive sofrimentos semelhantes é capaz de oferecer. Se reconhecer na dor da outra abre os olhos, amplia o entendimento do mundo ao redor e de si mesma nas relações.

Em uma crise, como uma pandemia, o coletivo constrói laços mais fortes, colaboração e conhecimento. Potencializa possibilidades que seriam mais difíceis de alcançar sem apoio. Especialmente, gera segurança e espaço para transformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mulheres reconhecendo forças que as separam

Quando demos início a esta pesquisa, a primeira percepção – ainda por observação e um acompanhamento superficial dos números revelados na mídia – levava a considerar que a pandemia de Covid-19 era um cenário propício ao dismantelar de direitos e conquistas adquiridos pelas mulheres ao longo da história. De fato, a emergência sanitária foi ponto de partida de retrocessos em emprego, renda, relacionamentos, segurança física e psíquica para elas. Assim comprovam as estatísticas e os depoimentos. Já contando meia década desde a chegada do coronavírus, parte das mulheres ainda lida com as consequências desse período, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade. Confirma-se, então, que crises na humanidade impactam sim a realidade feminina em maior grau do que a masculina.

O que se descobriu em quatro anos e meio de levantamento de dados, análises, leituras, entrevistas e compreensão de conceitos é que as mulheres não estão seguras. Mesmo quando vencem. Porque vencem dentro de um sistema que segue opressor ao feminino. Portanto, as vitórias podem facilmente ser desconfiguradas e, ainda que na lei, não ser obedecidas, cumpridas, respeitadas. Basta a tal crise na humanidade surgir para que o adquirido seja contestado e colocado em segundo plano por iniciativas “maiores”. Uma bem elaborada Lei Maria da Penha não impede, até hoje, que mulheres sejam vítimas de agressões e feminicídio. A violência contra a mulher disparou na pandemia, o que era entendido como consequência do isolamento e das pressões relacionais no período. Mas, desde então, a violência contra a mulher seguiu em crescimento, e a alta continua com números alarmantes em 2025.

No correr do tempo das sociedades, sempre existiram as mulheres que questionaram seus papéis e espaços, como demonstramos ao longo do trabalho. Em todos os séculos. Mas, assim como milhares delas foram, no passado, acusadas de bruxaria e queimadas em fogueiras, na atualidade as que se impõem são caladas em contextos de poder e eliminadas por armas de fogo ou armas brancas. Não incomum, mortes antecedidas por brutalidades, torturas e sofrimento.

As leis e transformações sociais nos amparam, mas não nos salvam de comportamentos arraigados no machismo e na misoginia, no sistema patriarcal da obediência e no sistema capitalista em que tudo é mercadoria – inclusive o feminino. A socióloga alemã Maria Mies nos lembra que existiram longos períodos na história em que os homens não eram sexistas, e ainda há culturas em que o medo não domina as mulheres. O patriarcado é um sistema histórico e social, não biológico. É construído.

Masculinidade e feminilidade são definidas de forma diferente em cada época histórica, interpretadas e valorizadas de forma diferente, de acordo com o modo de produção dominante. Nas sociedades matrifocais, a feminilidade era interpretada como o paradigma de toda produtividade e criatividade. A sociedade patriarcal capitalista define a feminilidade como desprovida de produtividade, atividade, subjetividade, humanidade e historicidade (Mies; Salleh, 1990).

Como sistema construído que mantém uma série de vantagens e poder ao masculino, as iniciativas para que se perpetue, não importa o contexto socioeconômico, são contínuas. Obviamente, o masculino tem sua diversidade e

seus desafios, mas é unido no ideal de dominação. Um ideal difícil de desconstruir, uma vez que é compreendido como uma vantagem de sobrevivência. Tanto o homem proletário quanto o dono do capital, tanto aquele em contexto economicamente desfavorável quanto aquele que usufrui do capitalismo compartilham a necessidade de usar a força para se valer de respeito e importância na sociedade. Mesmo que isso signifique subjugar. Ambos, em maior ou menor grau, incomodam-se e não aceitam os movimentos femininos. Isso vale também para os espectros políticos de direita e esquerda.

Para Mies, um conceito feminista de trabalho deve, portanto, substituir a relação econômica predatória por uma cooperativa. Um modelo de relacionamento coletivo e recíproco entre as mulheres e a natureza é o caminho pelo qual “as mulheres restaurarão sua integridade e inteireza corporal, sua dignidade e sua soberania sobre os processos da vida” (Mies; Salleh, 1990). A principal característica de tal economia seria a ênfase na manutenção de sistemas de sobrevivência autossustentáveis. Uma “economia moral”, baseada em princípios, não apenas em oferta e demanda.

No entanto, alcançar o que Mies prega impõe também desafios às próprias mulheres, ensinadas a vencer e a viver dentro da lógica patriarcal-capitalista. São elas estimuladas a também adotar atitudes de subjugação às outras, a partir da própria centralidade, sem questionar a existência de privilégios. Como reforça Zakaria (2021, p. 264), as mulheres precisam reconhecer as forças que as separam e que as empurram na direção da competição, afastando-as do sentido do coletivo e do engajamento.

Se as mulheres brancas devem ver além de suas próprias ações como indivíduos para entender o poder e o privilégio da categoria que habitam, feministas de cor também devem rejeitar a tentação de patologizar cada uma das interações fracassadas. É fácil estar imersa na paranoia de que nenhuma solidariedade sincera é possível e recuar para nossas próprias categorias raciais; é muito mais difícil abandonar a sensação de ter sido ofendida e trabalhar em direção à união [...] Mulheres brancas não devem sentir que a crítica à branquitude no feminismo é uma tática para silenciá-las, mulheres de cor deveriam evitar usar a crítica como autodefesa contra ter suas ideias e argumentos desafiados (Zakaria, 2021, p. 271-272).

Voltando à pandemia, contexto de incertezas e de perdas, as mulheres enfrentaram sombras que marcam o feminino. Como mostram as estatísticas, a crise sanitária se transformou em pretexto para que direitos das mulheres fossem

atacados, as relações sociais voltassem a minimizar seu papel e seu espaço e a violência se fizesse presente, indicando que a coerção como modo de colocá-las em seu devido lugar ocorrerá se o sistema patriarcal-capitalista considerar assim necessário.

Por mais que para muitas a renda e o trabalho tenham retornado a níveis normais pré-pandemia, para outras, em especial as que estão em estratos sociais mais vulneráveis, dívidas, falta de dinheiro e de perspectiva profissional são fantasmas que fazem da pandemia algo ainda presente. Independentemente da situação financeira, fica evidente que a sobrecarga emocional, decorrente de outras sobrecargas, é fator relevante na vida das mulheres, o que pode impactar seu desempenho em outras áreas como trabalho e estudos. É um círculo vicioso.

Por muito tempo acreditou-se que condições como ansiedade e depressão em mulheres ocorriam devido a questões hormonais. E há de fato fases da vida em que isso é uma realidade. No entanto, não é a única explicação. Violências físicas, emocionais, verbais, patrimoniais e os mais diversos tipos de intimidação são gatilhos de problemas de saúde mental, assim como o excesso de tarefas e responsabilidades variadas que levam à exaustão física e emocional. Na pandemia, tudo isso se amplia. Mesmo que não aconteça diretamente conosco, sabemos e vemos outras mulheres passando por tais situações. A percepção é de que estamos sempre vulnerabilizadas, em maior ou menor grau.

Não há necessariamente interesse por parte da sociedade de que essas estruturas de poder se desfaçam. Do lado masculino, porque se coloca em xeque autoridade, poder e controle. Do lado feminino, porque há por parte das mulheres uma concepção, para muitas inconsciente, de que tais estruturas protegem as “mulheres direitas”. Esquece-se que qualquer tipo de agressão, seja ela qual for, reforça a consciência coletiva sobre aquilo que mulheres podem ou não acessar.

Os depoimentos das entrevistadas corroboram, por diferentes facetas, a presença de um fator que nos enfraquece como grupo a partir do individual: sobra funções para as mulheres, mas porque parte-se do princípio de que a elas é o destinado.

Entendemos que os resultados que alcançamos indicam a necessidade de se compreender mais profundamente, em futuras pesquisas, como é possível transformar o comportamento masculino, por meio da construção de conhecimento,

conforme apresentado no citado programa Tempo de Despertar, que visa a reeducação de agressores que cometeram violência doméstica contra a mulher. Uma reconfiguração do que é ser homem nos dias atuais se faz necessária. Há muitas iniciativas nesse sentido. Porém, é preciso que seja objeto de uma educação cidadã, escolar, familiar e governamental.

Para os homens, também há desafios na desconstrução de um lugar que aprenderam ser seu de direito e identidade. Entre eles, reaprender e construir um novo lugar social de igualdade e equidade entre os gêneros, sem que seja percebido como ameaça. Aqui é necessário um esforço por meio de políticas públicas e iniciativas organizacionais. Por outro lado, entendemos que vale compreender o que significa cuidar do ponto de vista masculino, como eles cuidam e o que entendem que lhes cabe no cuidado.

Para as mulheres superarem o sofrimento ético-político fruto de exclusões e vulnerabilidades, a saída é o coletivo e a cooperação, indo além do individualismo pregado pelo capital e da ideia de que “é cada um por si para avançar”. Unidas por pautas semelhantes, não importando se o resultado trará ganho individual, mas desfazendo crenças e contextos que nos colocam em fragilidade social, econômica, relacional, física e mental, as mulheres transformam mentalidades limitantes sobre o feminino. Um modelo de olhar e análise que serve também para a compreensão do contexto e da realidade das mulheres trans.

Qualquer um dos caminhos de investigação citados lidam com uma questão principal: de que maneira acelerar tais entendimentos e mudanças tão urgentes para salvar vidas? Como ampliar o debate e o discurso de maneira que não sejam sentidos como afrontas a quem não é impactado pelos desafios de gênero, mas sim como um meio de tornar a existência de todas as pessoas mais equilibrada e saudável?

Por fim, concluímos que esta pesquisa ajuda a produzir mais uma parte da Ciência Social que tem como objeto o gênero feminino e suas implicações. Um trabalho que reconhece que são muitos os avanços em direitos e conquistas das mulheres. No entanto, ao se configurarem a partir de sistemas de opressão e dominação, ainda não são capazes de nos oferecer uma existência segura e plena. Na verdade, nos trazem sofrimento. E que ainda há quem use um momento histórico delicado para justificar o que delas é arrancado. Não menos importante, que as próprias mulheres necessitam se reconhecer e trabalhar como grupo para progredir,

mesmo que o benefício não seja imediato e individual no médio prazo. Elas, que tanto cuidam, precisam cuidar de quem são universalmente.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGÊNCIA EINSTEIN. Mulheres e pandemia: Covid-19 acentuou desigualdade no trabalho doméstico. **Estado de Minas**, 11 mar. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2023/03/11/interna_bem_viver,1467502/mulheres-e-pandemia-covid-19-acentuou-desigualdade-no-trabalho-domestico.shtml. Acesso em: jul. 2024.

AGÊNCIA GOV. Projeção do IBGE mostra que população do país vai parar de crescer em 2041. **Agência Gov**, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-cresc>

s-fechadas-na-pandemia-participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-desde-1990.ghhtml. Acesso em: set. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 2008.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Caderno no 2, 2009. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 14.214, de 6 de outubro de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14214.htm. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 14.611, de 3 de julho de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso em: mar. 2025.

BUENO, Samira (Coord.). **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), mar. 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/sumario-executivo-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf>. Acesso em: mar. 2025.

BUSTAMANTE, Vânia; OLIVEIRA, Emily Lara Virgens. Saúde Mental Infantil, Gênero e Cuidado em Famílias Chefiadas por Mulheres em Tempos de Pandemia. **Revista de Psicologia**, v. 14, e023016, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.14.2023.e023016>. Acesso em: mai. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLIARI, Marcos. De 16 países, Brasil é o que mais sofre com ansiedade por causa da pandemia de coronavírus. **Ipsos**, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/de-16-paises-brasil-e-o-que-mais-sofre-com-ansiedade-por-causa-da-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 9 jan. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei institui programa Tempo de Despertar contra a violência doméstica**. Notícias. São Paulo, 18 jul. 2018.

Disponível em:

<http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/lei-institui-programa-tempo-de-despertar-contr-a-violencia-domestica/>. Acesso em: set. 2019.

CAPONE, Stephanie; SOUZA, Igor Guevara Loyola de. Maternidade e carreira durante a pandemia da covid-19: o papel das organizações na visão das mulheres-mães. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 12, p. 141-156, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2021.004.0010>. Acesso em: mai. 2024.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, Edição Especial, p. 71-99, mai./jun. 2010.

CARNEIRO, Adriana Jacob. A cobertura midiática do dia internacional da mulher: fatos e controvérsias. *In*: ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, VI. Salvador: FACOM, 2010.

CARNEIRO, Yanna. Misoginia: você sabe o que é. **Politize**, 5 ago. 2019. Disponível em:

https://www.politize.com.br/misoginia/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA4rK8BhD7ARIsAFe5LXJA-BuHsreMegWDaPpkX77UIVzSze9pXR341_h30vmkOsfWD-ApevcaAiHxEALw_wcB. Acesso em: 19 jan. 2025.

CASEMIRO, Poliana; MOURA, Rayane. Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. **G1**, Trabalho e Carreira, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.gh.html>. Acesso em: mar. 2025.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Isis. Movimento sufragista: o que foi e qual o impacto no Brasil? **Politize**, 7 jul. 2021. Disponível em:

https://www.politize.com.br/movimento-sufragista-o-que-foi-e-qual-o-impacto-no-brasil/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAwOe8BhCCARIsAGKeD57ehiOTonleWvQJcoM5XCTjdFHrmLsc_LwpcOPwwXB_bydrdGP4Iz8aAnVpEALw_wcB. Acesso em: 29 jan. 2025.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil**: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bib_digital&pagfis=38363. Acesso em: abr. 2024.

CERIBELI, Harrison Bachion; COUTINHO, Caroline Marci Fagundes; MACIEL, Gustavo Nunes; SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira. O impacto da pandemia da

Covid-19 sobre as mães em home office: um estudo na região sudeste do Brasil. **Revista Gestão & Conexões**, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 32-54, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/gcon/article/view/87865>. Acesso em: mai. 2024.

CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Rede de Observatórios da Segurança Pública. **Elas Vivem**: um caminho de luta. Rede de Observatórios de Segurança, fev. 2025. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/03/elas-vivem_um-caminho-de-luta_fev25_WEB-1.pdf. Acesso em: mar. 2025.

CHADE, Jamil. Brasil “choca” com proposta na ONU sobre direitos da mulher. **Uol**, 14 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/14/brasil-choca-com-proposta-na-onu-sobre-direitos-da-mulher.htm>. Acesso em: jul. 2023.

CHAGAS, Elisângela Rodrigues; OLIVEIRA, Fernando Virgílio Albuquerque; MACENA, Raimunda Hermelina Maia. Mortalidade por violência contra mulheres antes e durante a pandemia de Covid-19. Ceará, 2014 a 2020. **Saúde em debate**, v. 46, n. 132, p. 63-75, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/5933>. Acesso em: mai. 2024.

CHAIA, Vera. Política e Cultura do Medo. In: CHAIA, Vera; MACHADO, Eliel (org.). **Ciências Sociais na Atualidade**. São Paulo: Educ, 2011.

CHIARA, Marcia. Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia. **Estadão**, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-contr-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40,70003320872>. Acesso em: set. 2020.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Painel Violência Contra a Mulher**. c.2025. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

COELHO, Thomaz; GAMA, Guilherme. SP registra mais de 100 mil atendimentos a mulheres vítimas de violência em 2024. **CNN Brasil**, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/sp-registra-mais-de-100-mil-atendimentos-a-mulheres-vitimas-de-violencia-em-2024/>. Acesso em: jul. 2025.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa** (Revista de Estudos e Pesquisas em Educação - Fundação Carlos Chagas), n. 54, p. 5-16, ago. 1985.

CRENSHAW, Kimberly. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

CRENSHAW, Kimberly. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. **Geledés**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%e2%80%8a-%e2%80%8aaparte-1-4/>. Acesso em: ago. 2021.

DATASENADO. Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher - DataSenado 2023. **DataSenado**, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>. Acesso em: 22 nov. 2024.

DATASENADO. **Pesquisa Estadual de Violência Contra a Mulher - São Paulo**. DataSenado, fev. 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_domestica/2024/assets/PDF/saopaulo.pdf. Acesso em: jul. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p.78-114.

DIEESE. A inserção das mulheres no mercado de trabalho paulistano. **Observatório do Trabalho DIEESE**, jan. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/documents/d/desenvolvimento/2-2-03-estudo-sobre-a-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-paulistano-pdf>. Acesso em: jul. 2025.

DUARTE, Maria de Lourdes Custódio; SILVA, Daniela Giotti da; MATTOS, Larissa Gomes de; BOMBARDI, Isadora Prattes; ALMEIDA, Thayná de; GARCIA, Yanka Eslabão; VERGINIO, Bruna Gottlieb. Saúde mental de enfermeiras, mulheres e mães no período da pandemia de COVID-19. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 44, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rngenf/article/view/131175>. Acesso em: mai. 2024.

FALUDI, Susan. **Backlash: The Undeclared War Against American Women**. 15. ed. California: Three Rivers Press, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEIJÓ, Janaína. Diferenças de gênero no mercado de trabalho. **Portal FGV**, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/diferencas-genero-mercado-trabalho>. Acesso em: mar. 2023.

FERREIRA, Ivanir. Mulheres foram mais afetadas emocionalmente pela pandemia. **Uol**, 14 fev. 2021. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/02/14/mulheres-foram-mais-a-fetadas-emocionalmente-pela-pandemia.htm>. Acesso em: jun. 2021.

FLORES, Julia. STF derruba “legítima defesa da honra”: números bastam como prova, diz Fux. **Universa Uol**, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/13/stf-invalida-legitima-defesa-da-honra-em-casos-de-feminicidio.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: jul. 2023.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020 [1963].

G1. Suprema Corte dos EUA derruba decisão que garante direito ao aborto. **G1**, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/post/2022/06/24/suprema-corte-dos-eua-derruba-decisao-que-garante-direito-a-aborto.ghtml>. Acesso em: jul. 2023.

G1 SÃO PAULO. Número de crianças na fila das creches na cidade de São Paulo mais do que triplicou entre julho e setembro de 2021. **G1 São Paulo**, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/09/numero-de-criancas-na-fila-das-creches-na-cidade-de-sao-paulo-mais-do-que-triplicou-entre-julho-e-setembro-de-2021.ghtml>. Acesso em: jan. 2022.

G1 SANTOS. MP apura falta de abrigos para mulheres vítimas de violência em cidade no litoral de São Paulo. **G1 Santos**, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/11/13/mp-apura-falta-de-abrigos-para-mulheres-vitimas-de-violencia-em-cidade-no-litoral-de-sp.ghtml>. Acesso em: jul. 2025.

GARCIA, Janaina. Produção científica de mulheres despenca na pandemia - de homens, bem menos. **Tilt Uol**, 26 mai. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentrar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm>. Acesso em: set. 2020.

GÓES, Emanuelle. A nossa dor não sai no jornal: mulheres negras e a epidemia do Zika vírus um ano depois. **Cientistas Feministas**, 26 out. 2016. Disponível em: <https://cientistasfeministas.wordpress.com/2016/10/26/a-nossa-dor-nao-sai-no-jornal-mulheres-negras-e-zika-virus-um-ano-depois/>. Acesso em: mar. 2025.

GOMBATA, Marsília. Após pandemia, volta feminina ao mercado de trabalho é mais lenta. **Valor Econômico**, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/03/07/apos-pandemia-volta-feminina-ao-mercado-de-trabalho-e-mais-lenta.ghtml>. Acesso em: mar. 2025.

GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de “A Mulher na Sociedade de Classes”. In: SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, [2013] 2021, p. 11-25.

GOUGES, Olympe de. **Declaração dos Direitos da Mulher Cidadão e outros textos**. Tradução: Cristian Brayner. Brasília: Câmara dos Deputados - Edições Câmara (Coleção Vozes Femininas), 2021.

GOV.BR. Secretaria de Comunicação Social. Ligue 180 registra aumento de 43,7% nas denúncias em São Paulo esse ano. **Gov.br**, 19 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/ligue-180-central/ligue-180-registra-aumento-de-43-7-nas-denuncias-em-sao-paulo-neste-ano#:~:text=E m%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20mesmo%20per%C3%ADodo%20do%20a no%20passado%2C%20a%20Central,de%20atendimento%20requeridos%20pelas%20usu%C3%A1rias>. Acesso em: jul. 2025.

GRAVATÁ, Ana Carolina; LIMA, Valéria Isabel; MEGDA, Leila Dias Pereira; MACEDO, Semíramis Regina Moreira de Carvalho. O crescimento significativo da violência doméstica no período de pandemia e o aumento das denúncias no município do Guarujá. **Intr@ciência** - Revista Científica, ed. 20, dez. 2020. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20201125003439.pdf. Acesso em: jul. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HAJE, Lara (Reportagem); OLIVEIRA, Marcelo (Edição). Governo gastou apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos com políticas para mulheres. **Agência Câmara de Notícias**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/668512-governo-gastou-apenas-r-56-milhoes-de-um-total-de-r-1264-milhoes-previstos-com-politicas-para-mulheres/>. Acesso em: jul. 2024.

HALL, Stuart. **Familiar Stranger: A Life Between Two Islands**. Durham: Duke University Press, 2017.

HIRSHMAN, Linda R. **Get to Work: ...And Get a Life, Before It's Too Late**. New York: Penguin, 2007.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HU, Yang. O que é a 'síndrome da filha mais velha' que sobrecarrega meninas pelo mundo. **BBC News Brasil**, 11 abr. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz90qw72214o?utm_campaign=later-linkinbio-bbcbrasil&utm_content=later-34352900&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio. Acesso em: jul. 2023.

IDOETA, Paula. O peso sobre a 'geração sanduíche', que cuida ao mesmo tempo de pais idosos, filhos e netos. **BBC News Brasil**, 9 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3g7ppnwn0zo>. Acesso em: mar. 2025.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. Pandemia, crise do cuidado e as mulheres exauridas. **Outras Mídias**, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/pandemia-crise-do-cuidado-e-as-mulheres-exauridas/>. Acesso em: jun. 2021.

IMP - INSTITUTO MARIA DA PENHA. **A Lei na íntegra e comentada**. c. 2025. Disponível em:

<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/lei-maria-da-penha-na-integra-e-comentada.html#:~:text=voc%C3%AA%20sabia?,contra%20a%20Mulher%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 19 jan. 2025.

INSTITUTO C - CRIANÇA, CUIDADO, CIDADÃO. **6 leis que toda mulher deve conhecer**. 22 mar. 2023. Disponível em:

https://institutoc.org.br/leis-mulher/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA4rK8BhD7ARIsAF5LXI6qQfwoEpx1-vMhcQt9HYglZV2QYv8IbHhK0e9ymS1I2AUhbkfe2IaAmRMEALw_wcB. Acesso em: 19 jan. 2025.

JOZINO, Lucas. Estado de SP registra recorde de feminicídios nos primeiros quatro meses do ano, aponta SSP. **G1**, São Paulo, 14 jun. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/14/estado-de-sp-registra-recorde-de-femicidios-nos-primeiros-quatro-meses-do-ano-aponta-ssp.ghtml>. Acesso em: jul. 2025.

KAZTMAN, Rúben. **Vulnerabilidad social**: Su persistencia en las ciudades de América Latina. Santiago: RIL Editores - Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, 2021.

LACERDA, Paula. Estado, Gênero e Covid-19: trânsitos de mulheres por setores da administração pública em tempos de pandemia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a205>. Acesso em: mai. 2024.

LE MOS, Ana; BARBOSA, Alane; MONZATO, Priscila. Mulheres em home office durante a pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Revista de Administração de Empresas**, ed. 60, p. 388-399, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200603>. Acesso em: mai. 2024.

LIOTTA, Olga. GCM divulga balanço de ações do primeiro semestre. **Prefeitura de Osasco**, 8 ago. 2022. Disponível em: <https://osasco.sp.gov.br/gcm-divulga-balanco-de-acoes-do-primeiro-semester/>. Acesso em: jul. 2025.

MACHADO, Cecília. She-cession. **Folha de S. Paulo**, 4 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cecilia-machado/2021/01/she-cession.shtml>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MANSUIDO, Mariane. O outro lado da violência doméstica: conheça os centros de reabilitação para agressores. **Câmara Municipal de São Paulo**, Mulheres, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/o-outro-lado-da-violencia-domestica-conheca-os-centros-de-reabilitacao-para-agressores/#:~:text=O%20projeto%20Tempo%20de%20Despertar,de%20feminic%C3%ADdio%20ou%20viol%C3%AAncia%20sexual>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MARTELLO, Alexandro. Governo Bolsonaro propõe 94% menos recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, diz levantamento. **G1**, 29 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent>

-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-le vantamento.ghhtml. Acesso em: jul. 2024.

MARTIN, Kali. It's Your War, Too: Women in World War II. **The National WWII Museum**, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nationalww2museum.org/war/articles/its-your-war-too-women-world-war-ii>. Acesso em: mar. 2025.

MARX, Karl. **O Capital** (Livro 1) - Crítica da Economia Política. Bauru: EDIPRO, [1867] 2008.

MASSON, Celso; MENDONÇA, Martha; AZEVEDO, Solange. Por que as mães querem deixar o emprego para ficar com os filhos. **Época**, n. 474, 18 jun. 2007.

MAZZO, Alice; COLUCCI, Claudia. Zona Leste de SP tem cinturão de bairros que concentram mortes por Covid-19. **Folha de S. Paulo**, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/zona-leste-tem-cinturao-de-bairros-que-concentram-mortes-por-covid-19.shtml>. Acesso em: mai. 2025.

MELO, Hildete Pereira de; MELLO, Soraia Carolina de. Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de pandemia: respostas e impasses. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/86994>. Acesso em: mai. 2024.

MIES, Maria; SALLEH, Ariel. Woman, nature and the international division of labour. **Science as Culture**, v. 1, n. 9, p. 73-87, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09505439009526280>.

MILLER, L. Protegendo as mulheres da violência doméstica. *In*: MORAES, Maria Lygia Quartim; NAVES, Rubens (org.). **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência**. Campinas: Unicamp, 2002, p. 223-263.

MINADEO, Roberto. **Direitos humanos, cidadania e violência no Brasil**: estudos interdisciplinares. Vol. 3 Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 145-192. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274248533_Tendencias_e_Perspectivas_do_Empoderamento_Feminino_Destaque_na_participacao_politica_e_na_atuacao_empreendedora. Acesso em: set. 2019.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, n. 1, v. 9, p. 197-217, nov./2002.

MORENO, Jesús. Por que mulheres são mortas até hoje sob acusação de bruxaria? **BBC News Brasil**, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58560697#:~:text=%22As%20mulheres%20acusadas%20de%20feiti%C3%A7aria,diz%20ela%20em%20seu%20livro>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NERY, Carmen; BRITO, Vinícius. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência de Notícias IBGE**, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-ho>

mens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=A%20divis%C3%A3o%20das%20tarefas%20dom%C3%A9sticas,realiza%C3%A7%C3%A3o%20nas%20cinco%20Grandes%20Regi%C3%B5es. Acesso em: 9 jan. 2025.

NETO, João. Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas. **Agência de Notícias IBGE**, 31 mai. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em: set. 2020.

O GLOBO. A crise da meia-idade é real: estresse no trabalho e na vida atinge o pico aos 40 e 50 anos, conclui estudo. **O Globo**, 16 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2022/09/a-crise-da-meia-idade-e-real-estresse-no-trabalho-e-na-vida-atinge-o-pico-aos-40-e-50-anos-conclui-estudo.ghl>. Acesso em: mar. 2025.

OLIVEIRA, Joana. Abortos legais em hospitais referência no Brasil disparam na pandemia e expõem drama da violência sexual. **El País**, 30 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-30/abortos-legais-em-hospitais-referencia-no-brasil-disparam-na-pandemia-e-expoem-drama-da-violencia-sexual.html>. Acesso em: jul. 2023.

ONU MULHERES BRASIL; REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2017. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso em: set. 2019.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. **OPAS**, 5 mai. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 5 jan. 2025.

PEREIRA, Felipe. Mulheres que perderam emprego na pandemia recorrem à prostituição em SP. **TAB Uol**, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/19/desempregadas-pela-pandemia-mulheres-recorrem-a-prostituicao-em-sao-paulo.htm>. Acesso em: jul. 2021.

PEREIRA, Mariana. Osasco: Guardiã Maria da Penha amplia frota e efetivo. **Giro**, 15 ago. 2024. Disponível em: <https://girosa.com.br/osasco-guardia-maria-da-penha-amplia-frota-e-efetivo/>. Acesso em: jul. 2025.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Tessituras**, v. 8, n. 5, p. 8-19, 2020.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Por ser menina**. Plan International Brasil, 2021. Disponível em:
<https://plan.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-por-ser-menina-final.pdf>.
 Acesso em: jan. 2022.

PODER360. Ministra atribui violência contra a mulher a falta de investimento. **Poder360**, 21 jul. 2023. Disponível em:
<https://www.poder360.com.br/governo/ministra-atribui-violencia-contr-a-mulher-a-falta-de-investimento/>. Acesso em: jul. 2024.

PREFEITURA DE GUARUJÁ. Patrulha Maria da Penha completa seis anos com mais de 5 mil atendimentos. **Prefeitura de Guarujá**, 10 mar. 2025. Disponível em:
<https://www.guaruja.sp.gov.br/patrulha-maria-da-penha-completa-seis-anos-com-mais-5-mil-atendimentos>. Acesso em: jul. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2022**. São Paulo, nov. 2022. Disponível em:
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/mapa-da-desigualdade-2022-rede-nossa-sao-paulo-2022/>. Acesso em: jul. 2025.

REZENDE, Milka. Movimento sufragista. **Brasil Escola**, c.2025. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimento-sufragista.htm>. Acesso em: 13 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ROCHA, Lucas; DINIZ, Nicole. Bolsonaro assina decreto para distribuição gratuita de absorventes íntimos. **CNN Brasil**, 8 mar. 2022. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-assina-decreto-para-distribuicao-gratuita-de-material-de-higiene-menstrual/>. Acesso em: ago. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1. ed., 10. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2021 [1969].

SAMPAIO, Vera. Taboão da Serra: violência contra mulheres cresce em 10% em 2021. **O Taboanense**, 24 jan. 2022. Disponível em:
<https://www.otaboanense.com.br/taboao-da-serra-violencia-contr-mulheres-cresce-10-em-2021/>. Acesso em: jul. 2025.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, Bader Burihan. Da consciência à potência de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana. *In*: GALINDO, Wedna Cristina Marinho; MEDRADO, Benedito (org.). **Psicologia Social e seus**

movimentos: 30 anos de ABRAPSO. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011, p. 35-51.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2016 [1999].

SEBRAE. Data MPE Brasil. Guarujá. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/guaruja>. Acesso em: jul. 2025.

SEBRAE. Data MPE Brasil. Osasco. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/osasco>. Acesso em: jul. 2025.

SEBRAE. Data MPE Brasil. Praia Grande. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/praiagrande>. Acesso em: jul. 2025.

SEBRAE. Data MPE Brasil. Taboão da Serra. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/taboa-da-serra>. Acesso em: jul. 2025.

SENADO FEDERAL. **CPI da Pandemia.** Relatório Final. Senado Federal - Comissão Parlamentar de Inquérito, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wyq0Lwe0a6mLRz1a4xKqdpjarlWTDXPj/view>. Acesso em: jul. 2024.

SOUSA, Rosa Maria Borges Cardoso de; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres na gerência em tecnologia da informação: análise de expressões de empoderamento. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2009.

SOUZA, Érica Renata; DUMONT-PENA, Érica; PATROCINO, Laís Barbosa. Pandemia do coronavírus (2019-nCoV) e mulheres: efeitos nas condições de trabalho e na saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, n. especial, 2022, p. 290-302. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/5145>. Acesso em: mai. 2024.

SOUZA, Lorena Francisco de; MACHADO, Luiza Helena Barreira. Casa, maternidade e trabalho no distanciamento social: a “pandemia” da sobrecarga de trabalho para as mulheres. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 282-308, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12467>. Acesso em: mai. 2024.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018 [1942].

TEIXEIRA FILHO, Elizeu. Patrulha Guardiã Maria da Penha de Taboão da Serra ganha destaque no Jornal Nacional da TV Globo. **Jornal SP Repórter**, 5 jan. 2019. Disponível em: <https://www.jornalspreporter.com.br/noticia/955/patrulha-guardi-maria-da-penha-de-taboa-da-serra--destaque-no-jornal-nacional-da-tv-globo->. Acesso em: set. 2019.

TEWÁ 225. **Piores Cidades Para Ser Mulher 2024.** Tewá 225, out. 2024. Disponível em:

https://www.tewa225.com/_files/ugd/343b58_6f572a4ce69f439eaa7ab1f7830d0f07.pdf?index=true. Acesso em: jul. 2025.

THE NATIONAL WWI MUSEUM AND MEMORIAL. **Women in WWI**. c.2025.

Disponível em:

https://www-the-world-war-org.translate.goog/learn/women?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=sge#:~:text=%E2%80%9CAs%20mulheres%20trabalhavam%20co. Acesso em: mar. 2025.

THINK OLGA. Laboratório de Inovação Social Mulheres em Tempos de Pandemia.

Esgotadas: o empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres. Think Olga, out. 2023. Disponível em:

<https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/10/LAB-Esgotadas-4out-1.pdf>. Acesso em: mar. 2025.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, v. 3, p. 29-62, 1994.

TOLEDO, Mariana. Na pandemia, mulheres têm mais ansiedade, insônia e enxaqueca. **Universa UOL**, 24 set. 2020. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/09/24/na-pandemia-mulheres-tem-mais-ansiedade-insomnia-e-enzaceca-do-que-homens.htm>. Acesso em: set. 2020.

UFMG/CRISP. **Termômetro da crise COVID-19**. Belo Horizonte, 14 mai. 2020.

Disponível em: <https://www.crisp.ufmg.br/termometro-da-crise-covid-19/>. Acesso em: set. 2020.

UNICEF. Girls spend 160 million more hours than boys doing household chores everyday. **Unicef**, 7 out. 2016. Disponível em:

<https://www.unicef.org/turkiye/en/node/2311#:~:text=The%20data%20show%20that%20the,chores%20than%20boys%20their%20age>. Acesso em: jul. 2023.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional.

Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 3, p. 412-422, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/40571>. Acesso em: mai. 2024.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; PINHONI, Marina; FARIAS, Victor. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. **G1 São Paulo**, 8 mar. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 9 jan. 2025.

VENTURA, Dalia. Flora Tristan: a vida extraordinária da sindicalista feminista que inspirou até Karl Marx. **BBC Brasil**, 13 nov. 2022. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-63614378>. Acesso em: jan. 2024.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cidade, vulnerabilidade e território. **Ponto-e-Vírgula**, v. 7, p. 32-48, 2010. Disponível em:

https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_2010_Cidade_vulnerabilidade_territorio.pdf. Acesso em: jul. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**, parte 2. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2012 [1921].

WERNECK, Jurema. A epidemia de zika e as mulheres negras. Documento preliminar para discussão da AMNB. **Instituto Odara**, fev. 2016. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Boletim-Zika-AMNB-Jurema-Werneck.pdf>. Acesso em: mar. 2025.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o feminismo branco**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007.

ZOELLICK, Robert B. A igualdade de gênero promove o desenvolvimento das nações. **Câmara dos Deputados**, 27 set. 2011. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/a-camara/procuradoria-da-mulher/a-igualdade-de-genero-promove-o-desenvolvimento-das-nacoes>. Acesso em: set. 2019.